

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE SETEMBRO DE 2013

NÚMERO 6.597

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 064ª Sessão Ordinária realizada em 08/08/20132 Ata da 065ª Sessão Ordinária realizada em 13/08/20139</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes20 Aviso de Resultado22 Extratos22 Mensagem Governamental22 Ofício24 Portarias24 Projeto de Decreto Legislativo2626 Projetos de Lei26 Redações Finais29</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas e também todos que

nos acompanham nesta quinta-feira pela manhã, nesta sessão.

Quero, no dia de hoje, trazer esse grande embate que o Brasil está vivendo, do papel do estado, do papel que os governos representam, fazem ou deixam de fazer, para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Quero, com muita alegria, falar sobre essa história bonita que estamos vivenciando no nosso país, onde o povo nessa história mais recente, pós-período ditatorial, pós-ditadura, se mobiliza, se organiza e busca seus direitos, busca democratizar o país, com isso melhorando sua condição de vida, de trabalho, de saúde e de educação.

Nós tivemos momentos importantes da luta do povo brasileiro, como a dos trabalhadores na luta da Constituição de 88, no auge da luta pela democracia, das mobilizações por direitos neste país. E viemos construindo essa história, com a luta pelo *impeachment* de Collor, o movimento das Diretas e tantos outros momentos históricos que contribuíram para que este país chegasse aonde chegou. Podemos citar a eleição do metalúrgico, do trabalhador Lula para presidente da República, e a eleição da grande mulher Dilma Rousseff como presidente da República. Esses momentos vêm transformando este país nas mais diversas áreas, principalmente da marca histórica do Partido dos Trabalhadores que sempre primou

muito pelas políticas sociais e pelo direito da população ao trabalho, à renda e a uma qualidade de vida mais digna.

Neste período, principalmente, houve avanços. O presidente Lula foi avançando na educação, na saúde, nos investimentos, no direito dos agricultores familiares em especial. E nestes últimos anos a presidente Dilma encarou grandes desafios. Um deles foi mexer com o grande sistema financeiro deste país, inclusive de fora do Brasil e que está aqui, mexer com o setor energético. E, depois de mais de 20 anos, já tendo pagado por inúmeras vezes os investimentos que fez lá na origem para produzir energia, continuava-se cobrando isso em cima do preço, do custo da energia para a população brasileira. Assim, a presidente criou esse novo marco regulatório energético no país.

Não tem jeito, precisamos avançar mais, e por essas iniciativas de aumentar o salário bem acima da inflação, o salário mínimo. É importante recuperar aqui que no início dos anos 2000 o salário mínimo era de 68 dólares, o equivalente e R\$ 150,00. Imagine um trabalhador, um aposentado viver com isso.

A luta do Paulo Paim e do próprio presidente Lula era chegar a 100 dólares. E hoje o salário mínimo já passa de 300 dólares. Mais de 20 milhões de trabalhadores

conseguiram trabalho e conseguiram uma renda maior. Quando se melhora a renda da população, ocorre um conjunto de impactos. O trabalhador já pode comprar um carro. E isso causa impactos. Tanto que um dos motivos de a população brasileira ir para as ruas é o problema da mobilidade urbana.

O país vem avançando. Vai ter a Copa do Mundo no ano que vem. Vamos ter as Olimpíadas. O Brasil entra no cenário mundial com outra visão. O país contribui, elege o diretor da OMC, elege o diretor da ONU, cumpre o seu papel e assume o seu espaço de país do tamanho do Brasil e do papel que exerce no mundo com muita firmeza.

Então, entramos, neste próximo período, com grandes perspectivas. E o que nos entristece, revolta-nos, é que setores da sociedade brasileira, também representados pela grande mídia, querem trazer presente para a sociedade, impor na cabeça do povo brasileiro, o problema da inflação.

Há poucos dias ouvimos: O Brasil está explodindo de inflação! Mas está tudo normal, normal.

Os dados do IBGE mostram que neste país está crescendo a renda, melhorando a longevidade, melhorando a vida do povo. É de assustar quando se assiste nos grandes meios de comunicação o que estão querendo impor ao povo brasileiro. É um absurdo, deputada Angela Albino, o que vimos neste país, porque queremos construir um país democrata.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Quero parabenizar a sua fala.

Hoje os jornais noticiam que a inflação do mês de junho é a menor dos últimos três anos. E há um sentimento de que a inflação está fora de controle, que o governo perdeu o controle.

Então, quero dar os parabéns a v.exa. por repor a verdade, porque os números demonstram.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Isso nos deixa cada vez mais preocupado, porque de fato tem muita gente não querendo a democracia brasileira, fazendo esse tipo de afirmação, iludindo o povo, de que o grande problema do Brasil está sendo a inflação, mas estamos percebendo que a inflação está sob controle. Estamos com o menor índice de inflação da história deste país. Existem problemas sazonais, como aconteceu com a história do tomate que até virou piada. É verdade, temos problemas como o da carne, em certo período, do tomate, do arroz, do feijão, mas são situações de zoneamento de produção agrícola, inclusive do Brasil.

Felizmente, também temos grandes notícias. Parece que em Santa Catarina o problema está sendo a BR-101. Como se esse problema fosse de agora, a questão dos indígenas, das licenças ambientais, problemas históricos no país.

Eu viajei para o sul e vi que a BR-101 está prestes a ser concluída. Estamos com a licitação da BR-280 concluída. Temos também a notícia da licitação da BR-470. Então, estamos em pleno desenvolvimento neste país. Temos gargalo, temos, mas vamos enfrentá-lo.

Com certeza este vai ser o grande debate em 2014: Para aonde vai este Brasil com o atraso que estava.

Ouvimos o chamado do Gigante adormecido que agora começava a se mover. Por fim, na última semana, tivemos a entrega de máquinas em Florianópolis, Tubarão, Lages, Rio do Sul e no oeste catarinense. Inclusive, vi algumas críticas de alguns parlamentares sobre

essas máquinas. Mas nós que andamos por esses municípios sabemos o quanto é importante para uma prefeitura, principalmente para atender aos nossos agricultores no interior.

Muitos prefeitos comentaram que não precisavam dessas máquinas. Mas ando pelo interior desses municípios, bastante, e os agricultores e as comunidades continuam abandonados. É preciso melhorar as estradas. E está certa a estratégia do governo em investir no interior deste país, porque os agricultores merecem ter estradas de qualidade.

No futuro, podemos fazer uma consulta aos municípios para construir um programa, quem sabe definir duas, três grandes áreas, mas neste momento foi identificado pelos prefeitos e movimentos sociais de todas as áreas do interior do país que um dos gargalos dos nossos pequenos municípios, em todas as regiões, é justamente maquinário para atender às estradas brasileiras dos interiores, que são muito grandes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, apenas para registrar que, ontem, tivemos aqui um grupo de lideranças do município de Camboriú, mais precisamente do distrito de Monte Alegre, pró-emancipação daquele distrito. E nós somos favoráveis, porque temos visto que os novos municípios quando chegam a essa condição tem tido um grande crescimento.

Também registro a presença, nesta Casa, da prefeita Ivone Mazutti de Geroni, de Calmon, do prefeito Rudimar Francisco Guht, de Tigrinhos, e do prefeito de São Miguel da Boa Vista, Gilnei Antônio Guth.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Romildo Titon.

Ocupo esta tribuna no dia de hoje para me solidarizar com o amigo, companheiro, Wigold Bertoldo Schaeffer e sua esposa Miriam, que moram na cidade de Atalanta. O Wigold foi o primeiro presidente da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi, uma entidade reconhecida nacionalmente pelo seu papel, trabalho.

É um casal de exímios fotógrafos, a ponto de terem registros sobre a fauna e flora catarinense, do pinus; trabalharam grande tempo no ministério do Meio Ambiente, em Brasília, junto ao nosso governo Lula, quando a ministra era Marina Silva. E nesse final de semana, ele que hoje reside em Atalanta, no seu sítio, foi frontalmente agredido por um caçador.

Solicito à assessoria que exiba as fotografias.

(Procede-se à exibição das fotografias.)

Ele saiu, de manhã, junto com sua esposa Miriam, para fazer registros fotográficos em sua propriedade e se deparou com um caçador, inclusive com roupa de soldado. Ele apontou a arma. E a Miriam, como estava com a máquina fotográfica, fez os registros da briga, quando ele estava no chão se defendendo.

O caçador, Odair Gembro, de 27 anos, pegou a máquina e a quebrou na cabeça dele. Isso mostra o nível de agressão, numa

questão puramente ambiental, dentro de sua propriedade. E ao vermos esse tipo de cena, a dificuldade que é para se cuidar das questões ambientais de desmatamento e da caça, das armas que deliberadamente estão por aí, nós aqui, em nome da bancada do PT, minha líder deputada Ana Paula Lima, queremos expressar a nossa solidariedade ao Wigold, dizendo que essa luta vale a pena, porque este país haverá de ter um dia os seus cuidados ambientais com a devida segurança.

Foi chamada a Polícia Ambiental. E o seu representante disse que hoje não tem estrutura suficiente para acompanhar essa questão da caça. Como diz a Miriam Prochnow, eles viveram 20 minutos de terror, porque durante 20 minutos ficaram com armas apontadas para eles. E como já tinha sido chamada a Polícia, o caçador saiu de costas, apontando a arma para eles.

Esse Odair é uma figura conhecida na cidade, que aparece para caçar, mas nada se faz.

Essas fotografias estão nas redes sociais. Isso mostra o quanto temos que fazer nesse país, com relação a essas questões.

Portanto, a nossa solidariedade ao companheiro Wigold Bertoldo Schaeffer e à Miriam.

Vimos, nesta semana, neste país, nos principais jornais, inclusive internacionais, que um garoto de 13 anos assassinou o pai, a mãe, a tia e a avó. E depois foi para a escola. Na volta da escola, suicidou-se. Isso mostra claramente deturpações dessa criança que nasceu convivendo com armas em casa, manuseando armas com os pais.

Como disseram alguns psiquiatras, ele teve uma espécie de surto psicótico. Queria ser um serial killer.

Então, temos que ver tranquilamente, de forma muito madura e responsável, a questão das armas, a questão da caça e da preservação do meio ambiente neste estado.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Jailson Lima, peço o apoio de v.exa., porque estamos fazendo uma indicação ao governador do estado, ao secretário de Desenvolvimento Sustentável, ao Ibama, ao Instituto Chico Mendes e à Fatma, para que adotem medidas urgentes no sentido de deflagrar operações com a soltura de animais em cativeiro, bem como com a apreensão de armas de caça ilegal, no estado de Santa Catarina, exatamente fundados no episódio que v.exa. trouxe as imagens a público.

Acho que a Assembleia Legislativa precisa mesmo entrar nessa discussão do desarmamento, particularmente o que envolve questões ambientais.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Dentro dessa lógica, deputada Angela Albino, parabenizamos v.exa., pela iniciativa.

Queremos organizar e trazer o Wigold Bertoldo Schaeffer e a Miriam para participarem de uma audiência com o secretário da Segurança. E v.exa. poderá acompanhar. Inclusive, levarei aos deputados da nossa bancada, para que os acompanhe até a secretaria da Segurança, para que seja feita uma análise mais crítica, mais ponderada, mais responsável disso.

No mais quero aqui me somar ao pronunciamento do deputado Dirceu Dresch, da nossa bancada, ao falar no nosso governo, deputada Ana Paula Lima. Como disse o Lulinha, na hora em que o tomate estivesse enchendo o saco, não comeríamos mais tomates, porque até então o tomate era o

grande vilão da inflação. E agora que a inflação está zero parece que os jornais se esqueceram disso tudo. E quando diziam que a inflação estava sem controle, que este país estava à bancarrota, que não havia mais controle, era o prenúncio e a pronúncia da oposição, da forma mais equivocada possível, sobre o pregar sempre o pessimismo, pregar sempre a incapacidade de reagir e combater essas questões.

Estive, esta semana, em um debate, na Associação Médica, para discutir temas como termos mais médicos. E estava lá o deputado Luiz Henrique Mandetta, do Democratas, do Mato Grosso, que fez um pronunciamento estritamente ideológico, dizendo que este país está perdido, que não tem mais solução, que este governo é um governo roto, expressão que usou.

Mas o que se vê é que o país continua gerando emprego, que o salário mínimo e a distribuição de renda estão aí claramente mostrados no Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios, como foi apresentado agora.

Quanto a esse IDH apresentado, em que Santa Catarina aparece despontando como o melhor estado, gostaria de dizer que ainda temos que evoluir muito.

Os jornais colocam que é com relação à análise dos últimos 20 anos. Sim, a análise geográfica é dos últimos 20 anos, mas temos que ressaltar o que aconteceu nos últimos dez anos no IDH. Porque se continuássemos na lógica dos primeiros dez anos de análise, não teríamos tido esse salto de qualidade, que foi caracterizado pela distribuição de renda, por ganho real da classe trabalhadora, por investimentos maciços na saúde, reduzindo mortalidade infantil, mortalidade materna, dando condição de longevidade para a população. E são tantos os indicadores de crescimento dos últimos dez anos que eu diria o seguinte: gritem à vontade, porque o cenário brasileiro não é um cenário de complexo de vira-lata, como dizia o jornalista, o cineasta, o escritor Nelson Rodrigues.

O nosso país vive um momento em que, mesmo com dificuldades a serem questionadas, ainda é um dos que mais crescem no globo terrestre atualmente, com um crescimento superior ao americano e que vem surpreendendo este ano.

Sr. presidente, quero deixar o registro que a estrela do partido que carregamos, do Partido dos Trabalhadores, orgulha-nos. E enquanto o nosso governo trabalha, a oposição vive reclamando, pregando pessimismo, porque o povo brasileiro é um povo otimista, um povo vencedor, guerreiro, um povo que supera as suas dificuldades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação. Quero hoje fazer referência a um fato que está acontecendo atualmente, fato importante, que está ocorrendo no Congresso Nacional.

Certamente, sr. presidente, sr. deputado Jailson Lima, isso é o resultado desse movimento das ruas, quando o povo foi às ruas para demonstrar sua insatisfação com os resultados que o governo está dando, seja na saúde, na segurança ou no transporte, em todos os setores, enfim, cada um quer dar uma mensagem. E cabe a nós, ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, ao Poder

Legislativo, interpretar o que se pode fazer para melhorar e também transformar para que o resultado seja melhor.

O Orçamento da união, dos municípios e dos estados - e já disse isso em outras ocasiões - é uma fábrica de fazer mentirosos. É através do Orçamento que o deputado, lá no seu município, é cunhado, é marcado na palheta como mentiroso. Digo isso porque durante o ano ele vai aos municípios e reúne-se com os vereadores, a comunidade, os prefeitos e depois vai ao jornal e à rádio e diz que está conseguindo R\$ 200 mil para um hospital, R\$ 100 mil para uma associação, "x" de dinheiro para o prefeito. E ao chegar o ano seguinte, quando é para acontecer, nada daquilo acontece. Ora, se ele ouve o povo e diz que vai colocar no Orçamento, que vai fazer, e depois nada acontece, o que se chama isso?

Se olharmos as emendas dos parlamentares que são apresentadas ao Orçamento e analisarmos quantas são de fato executadas, veremos que beiram os 15%, 20% e dificilmente passa dos 30% o percentual das emendas apresentadas pelos deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores. É uma cena bonita quando elas são apresentadas, pois na hora se dá uma divulgação, mas lá adiante nada do que foi prometido acontece. E toda essa cerimônia é o que vai transformando os deputados, os vereadores, os senadores e os deputados federais nos grandes mentirosos deste país.

Conforme uma pesquisa feita na semana passada, a classe política é a mais desacreditada entre todas as categorias, justamente por essas mentiras frequentes e repetidas, e que não se vê a cura.

Mas quero aqui dar os meus cumprimentos especiais naturalmente primeiro a um conjunto de vozes que, como a minha, há muito tempo vem pedindo que o Orçamento dos estados, dos municípios e da união seja impositivo. Ontem o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, contrapondo um pedido especial da presidente; contrapondo um movimento dos líderes, principalmente dos líderes governistas, e naturalmente os líderes mais ligados à Presidência da República... E eu mesmo sou testemunha de que quando fui deputado federal inúmeros deputados, hoje da base do governo, faziam um movimento para que o Orçamento fosse impositivo. Hoje eles, no governo, fazem exatamente o discurso contrário do que faziam há 10, 15, 20 anos. Eles são os mesmos, mas o discurso mudou frontalmente.

Ora, graças a esse apoio especial do presidente da Câmara, porque ele mesmo foi à comissão especial que foi designada para votar essa emenda que tramita no Congresso já há muito tempo, e que estava parada, amassada, justamente porque o Poder Executivo do momento não quer essa emenda aprovada... Por quê? Porque se ela for aprovada, como diz o próprio jornal a *Folha de S.Paulo*, a Presidência acabaria tendo outras despesas extras. Eu não sei o que se quer dizer com isso, mas imagino que essas outras despesas extras seriam para alguns momentos em que o Executivo federal precisasse apoiar algo polêmico. Se as emendas dos parlamentares forem de execução obrigatória, na hora de a Presidência mandar um projeto muito especial teria que liberar algo novamente, imagino. Mas não vejo por quê.

Então, esse movimento das ruas, que está exigindo uma velocidade melhor e melhores resultados, faz com que a pressão seja distribuída entre muitos e cada um venha a cobrar aquilo que é possível fazer.

O presidente da Câmara, responsável também por esse mau conceito, pela falta de

credibilidade da classe política, certamente vestiu essa responsabilidade e foi para cima da comissão e perdeu então que analisasse, votasse e desse o parecer. A comissão deu parecer favorável a essa emenda, tornando obrigatório o Orçamento Impositivo. Esse Orçamento são aquelas emendas que os deputados, durante o ano, combinaram com a população, com os vereadores, com os prefeitos, e apresentaram ao Orçamento, discutiram, fizeram uma porção de análise para caber dentro de um conjunto de normas, de regras que precisam ser respeitadas, mas que depois não são executadas, que ainda não estão sendo executadas.

Se hoje esse Orçamento fosse obrigatório, e olhando o que a Presidência acaba tendo que liberar para atender às pressões em determinadas situações, as manchetes dos jornais não seriam assim: "A Presidência da República libera dinheiro para deputados e senadores aprovarem tal emenda." E ainda vincula o que liberou para cada um. Ou seja, dá a impressão de que aquela emenda que a Presidência está liberando, que o Orçamento-Geral está liberando, é um recurso que foi diretamente ao deputado, que o deputado dispõe daquilo. Mas não é assim, porque aquilo já estava lá, já foi altamente discutido. Era um pedido do governador, um pedido do prefeito, que estava no Orçamento, que passou por uma porção de pré-requisitos, uma porção de análises. Mas como não é obrigatório atender, a Presidência vai executando todas as outras coisas e deixa aquela emenda para sacar na hora que precisar. Quando precisa do apoio, então diz que vai liberar, se for votado a favor ou contra, de acordo com o interesse.

Então, seguramente, com essa emenda aprovada, o parlamentar vai ganhar credibilidade e vai acabar com essa impressão que o povo tem de que para o deputado votar a favor ou contra um projeto da Presidência tem que liberar as suas emendas.

Parabéns ao deputado Henrique Alves, e conto com o apoio dos demais parlamentares para a aprovação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A próxima oradora inscrita é a sra. Deputada Angélica Albino, a quem concedemos a palavra.

Vamos implantar o Orçamento Impositivo também aqui em Santa Catarina, deputado Serafim Venzon.

A SRA. DEPUTADA ANGÉLICA ALBINO - Sr. presidente, também gostaria de dialogar com a proposição do deputado Serafim Venzon, e considero muito saudável que um integrante destacado da base do governo se disponha a discutir o Orçamento Impositivo, que esta Casa, por um voto, é bom lembrar, perdeu a oportunidade para tornar impositivo.

Não falamos de emendas individuais, não dessas que deve causar arrepios a quem ouviu. Mas de emendas coletivamente construídas na comunidade, que é o nosso Orçamento Regionalizado.

Essas reuniões feitas sob a tutela, sob a batuta do deputado Gilmar Knaesel que ampliou a participação das pessoas no Orçamento Regionalizado, uma proposição do então deputado estadual Carlito Merss, mostraram que precisamos incorporar esse Orçamento.

Se o governo, como ontem fez na comissão de Constituição e Justiça, se dispõe a saudar essa iniciativa feita no Congresso Nacional, para emendas individuais, muito mais obrigação teremos aqui de aprovar o que já foi derrotado nesta Casa por um voto, que é ser impositivo o Orçamento Regionalizado, apro-

vado pela população nas reuniões da comissão de Finanças sobre o Orçamento Regionalizado.

É um bom momento, portanto, para discutirmos as subvenções sociais, que nesta Casa contemplam apenas e tão-somente integrantes da base do governo e que transformaram num instrumento republicano que são as emendas. Se no Congresso Nacional estão discutindo a imposição de emendas, estamos aqui na pré-história da democracia por não ter ouvido a população.

Então, quem saúda o movimento que está sendo feito na Câmara Federal precisa impulsionar aqui, para que tenhamos um fim às subvenções e que possamos finalmente ter as republicanas emendas e depois discutir, inclusive, se elas serão impositivas ou não.

Preparei-me hoje para tratar de dois temas que me chamaram particularmente a atenção. Um deles diz respeito a uma representação do Ministério Público, em que o juiz corregedor do sistema prisional de Joinville, João Marcos Buch, fez contrapropaganda do governo do estado, dizendo que Santa Catarina lidera o número de detentos ressocializados.

Quando vi essa propaganda, aliás, milionária e que não deixa dúvida sobre a qualidade, estranhei muito que Santa Catarina liderasse o número de ressocializados, pois quando tivemos algumas audiências com a Frente Parlamentar de Combate à Violência, em uma delas fomos, inclusive, ao presídio de São Pedro de Alcântara. Naquele momento não conversamos com os detentos, porque era troca da chefia do presídio, mas os agentes prisionais que lá estavam diziam que a principal demanda dos presos era que pudesse ter trabalho lá dentro, vaga de trabalho dentro do presídio. Havia uma fila de espera enorme, pois eles querem trabalhar.

É bom lembrar que essa discussão foi naquele momento muito tensionado em que os presos acabaram se comunicando com a sociedade através de queima de ônibus e de vários outros atos que assustaram o estado de Santa Catarina. A grande queixa era que eles não tinham espaço para se ressocializar através do trabalho. Então, fica estranha essa propaganda do governo. Mas fico feliz que o juiz corregedor do sistema prisional de Joinville tenha entrado com essa representação, porque aí vamos lidar com alguém que conhece de fato o sistema, como é o caso do juiz corregedor.

Mais do que isso, quero lembrar aqui que a deputada Ana Paula Lima já havia proposto um projeto de lei que eu desconhecia. E por desconhecer, propus matéria semelhante que tratava da ressocialização de presos, que o governo do estado vetou e que, infelizmente, esta Casa manteve o veto. Se for o desejo, de fato, que tenhamos na ressocialização através do trabalho uma ferramenta de recuperação da violência, precisamos resgatar esses projetos e aprovar aqui para gastar menos em propaganda e em mais efetividade.

Quero também compartilhar com todos aqui que estamos aprovando hoje uma indicação à gerência regional da secretaria da União, de Santa Catarina, pedindo que instaure um procedimento administrativo para verificar possível irregularidade na demolição do imóvel, construído no século XIX e tombado pelo município, situado à Rua Henrique Valgas, n. 167, centro de Florianópolis.

Quem é da cidade sabe a falta que faz aquele patrimônio. Foi derrubado durante o final de semana, de forma ilícita, mas é uma perda irreparável. Assim, estamos pedindo que a gerência de Patrimônio da União em Santa Catarina, que é muito zelosa, possa instaurar inquérito administrativo.

Eu não podia deixar de usar a tribuna hoje para falar da minha alegria de termos

alcançado as assinaturas necessárias para a proposição da CPI de Águas e Saneamento. Quero agradecer a cada um e cada uma dos parlamentares que assinaram essa nossa CPI. Até brincava com o deputado Jorge Teixeira, porque a ele coube a honra na história de ser a 14ª assinatura. Também as assinaturas que antecederam a do deputado Jorge Teixeira têm todo o meu agradecimento, mas obviamente o agradecimento é do povo catarinense.

Não queremos discutir o município "a" ou "b". Não queremos sequer discutir a questão do governo do estado. Ao contrário, queremos fortalecer um sistema solidário, que permita a todo o estado de Santa Catarina ter esse saneamento, através de uma instituição que tenha efetivamente capacidade de endividamento. E isso passa necessariamente por fortalecer a Casan.

Portanto, essa CPI, ao contrário do que alguns ventilaram, não só reforça esse espírito de solidariedade, não só reforça a nossa Casan, mas principalmente ajuda o governo do estado nessa tarefa, que é de todos nós, de superarmos esse índice histórico terrível que Santa Catarina tem, de só ter saneamento melhor do que o estado do Piauí, no Brasil inteiro.

Um estado de excelência, de qualidade de vida como é o nosso, não pode conviver com saneamento e água de forma tão precária como é hoje, obviamente não tendo inclusive esse debate sob um prisma da saúde pública, que é sabido por todos nós, ou seja, que a cada um dólar investido em saneamento economizamos quatro em saúde.

Portanto, ajudar o governo do estado, a Casan, a promover saneamento, através da sua capacidade de endividamento, mas principalmente para a reunião dos grandes municípios, para de forma solidária possibilitar aos pequenos municípios ter saneamento, considero uma tarefa estratégica.

Essa CPI não pretende fazer caça às bruxas, ao contrário, queremos discutir sistema. E vamos partir de um ponto, essa é proposição que vou apresentar à CPI, que é comum a todos nós, que está para além de governo e Oposição, que são as relatorias e as auditorias do Tribunal de Contas do estado, que já fez auditorias em vários desses contratos da empresa Raiz, aqui, em Santa Catarina. É bom lembrar que numa delas o Tribunal de Contas fala da formação de um monopólio de água e saneamento por empresa privada em Santa Catarina, o que é um risco estratégico para nós.

Portanto, a Assembleia Legislativa tem que investigar isso. E os pareceres do Tribunal de Contas do estado alertam para várias vezes em que acontece o mesmo procedimento, de o município rescindir de forma unilateral o contrato. Sai do sistema da Casan, contrata emergencialmente, curiosamente sempre a mesma empresa, que é essa empresa Raiz que começou lá em Itapema e tem se espalhado pelo estado de Santa Catarina, e depois vai propondo editais de licitação impossíveis de serem aprovados pelo Tribunal de Contas.

Estou falando com base em documentos do Tribunal de Contas. Parece-me que esses são dois pontos de partida que podemos encampar na CPI. O primeiro deles são os municípios que, de forma unilateral, romperam com a Casan, estão *sub judici* nessa ruptura, e de outro horizonte são os relatórios do Tribunal de Contas, que já nos apontam caminhos, que já nos apontam situações graves aqui no estado.

Obviamente, que embora se diga que CPI se sabe onde começa, mas não se sabe onde termina, queremos fazer um trabalho muito concentrado, um trabalho que efetivamente nos ajude a pensar nesse sistema. Já

temos as assinaturas necessárias, e quase outro tanto de bancadas inteiras vão assinar a nossa CPI. Inclusive, o deputado Reno Caramori nos ligou dizendo que a bancada do PP inteira vai assinar o nosso pedido de CPI.

Então, espero que a Casa inteira aprove essa CPI. Que essa não seja uma CPI de um lugar, que seja CPI da nossa Casa, que a Casa possa investigar água e saneamento, que a Casa possa dar nesse momento, que o estado de Santa Catarina assim como o Brasil inteiro pede, respostas mais contundentes do Poder Público. Que neste momento em que os Parlamentos estão em xeque, possamos dar essa resposta conjunta, os 40 parlamentares discutindo saneamento, água e de que forma faremos para contribuir, para que o estado inteiro tenha saneamento e água de qualidade.

Portanto, conclamo a todos os meus colegas parlamentares para que assinem essa CPI. Agradeço a todos que já assim o fizeram.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença de Silvana Ruschel e Marcos Lewe, comunicadores da Rádio 103 FM no oeste catarinense, um dos maiores sistemas de rádio do estado. Quero deixar o nosso abraço aos diretores, ao Fernando e ao Valmir, que estão aqui para o Congresso Catarinense de Rádio e Televisão, da Acaert, onde serão premiados os melhores comunicadores do estado. E hoje à noite será feito o anúncio dos escolhidos.

Nós sabemos da grande capacidade do Marcos e da Silvana.

Parabéns ao Roberto, esposo da Silvana. E agradecemos a presença de vocês nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Digital, visitantes que nos prestigiam na manhã de hoje, assomo à tribuna para fazer alguns registros importantes do trabalho deste parlamentar no sul de Santa Catarina.

Venho lutando há muito tempo para que o Hemosc se instale em Araranguá, para que possamos começar a trabalhar em termos de qualidade de saúde na região.

Há poucos dias tivemos a grata alegria de ter a confirmação de que o Hemosc irá para Araranguá. Essa é uma conquista da população e dos deputados do sul do estado, porque trabalhamos todos num só caminho, buscando os pleitos da região.

Houve uma audiência pública, através de um trabalho incansável realizado pela Assembleia Legislativa, no sentido de que fosse criado um curso de Medicina em Araranguá. E hoje temos o campus da universidade federal.

A reitora da Universidade esteve presente na audiência pública, bem como o prefeito Sandro Maciel, de Araranguá, o deputado Pedro Uczai e o deputado Jorge Boeira. Na ocasião, a reitora confirmou 30 vagas para o curso de Medicina em 2016 e mais 30 vagas em 2017.

Mexe com o nosso coração quando conseguimos dar um passo tão importante e fundamental. Precisamos oportunizar às

peças não privilegiadas, que nasceram pobres, que passam dificuldades, poder participar efetivamente. E esses cursos de Medicina são importantes.

Essa foi uma conquista sem limite para o estado. É importante para Araranguá e toda a região. Apenas podemos dizer que estamos felizes, pois assim vamos preparando o sul para grandes embates e missões, podendo sair da condição de uma região carente, pobre, para uma região de respeito, que é a nossa luta neste Parlamento.

Vejo, nos últimos anos, a dificuldade de haver UTI neonatal, uma necessidade para as mães que ganham prematuros. Entramos em contato com as pessoas responsáveis em Lages, mas disseram que não há vagas. Em Florianópolis também não há mais vagas. Em Porto Alegre também há dificuldades nessa questão.

Como água mole em pedra dura tanto bate até que fura, para felicidade de todos nós, mas muito mais para as mulheres que aguardam por essa decisão para terem mais tranquilidade, além da UTI neonatal, temos dez leitos de UTI e ganhamos mais dez leitos. Então, vamos ter 20 leitos de UTIs no Hospital Regional de Araranguá, e toda região sul vai se beneficiar disso. Ainda vamos ter dificuldades, mas pelo menos haverá um pouco mais de conforto para a região.

Então, foi um ganho extraordinário para a região. Estamos vivendo um momento importante, porque os problemas estão sendo amenizados e estão acontecendo as melhorias. E tudo fruto de muito trabalho. Temos que fazer do Parlamento, que é a Casa do Povo, um instrumento para buscar resultados.

Meu caro presidente, depois de 29 anos de luta foi criada uma empresa chamada Sulcatur para poder realizar a Interpraías. E vejam que todos os anos eu faço questão de falar sobre a Interpraías.

Na semana passada, foi definido pelo governo do estado que a obra já está enquadrada e vai haver a licitação - são R\$ 50 milhões da Interpraías.

No governo de Luiz Henrique ganhamos R\$ 40 milhões e realizamos a obra de Laguna até Camacho, sendo que está quase pronta. Agora será de Passo de Torres em diante - e são R\$ 50 milhões.

A região que mais cresce é a Estrada do Mar, com investimentos do turismo. E agora vamos iniciar de lá para cá, sendo que a primeira etapa virá até Balneário Gaivota. Então, vai ser um investimento com retorno, já que os recursos que estamos conseguindo do BNDES, do Banco do Brasil, são importantes, com prazo longo, mas tem que pagar. É preciso fazer investimento onde tem retorno. E a Interpraías vai dar retorno real.

Vamos transformar a região numa grande indústria, a indústria do turismo, que gera emprego, que gera renda, que não tem fumaça, que não polui e que gera qualidade de vida para toda a população da região.

Então, é dentro desse aspecto que viemos trabalhando muito para buscar os resultados para uma região que precisa muito de ação e precisa muito do Parlamento que está unido em prol de resultados positivos. Por isso, os resultados estão aparecendo.

Então, essa definição da Interpraías é um fato real para desenvolver toda aquela região.

O governador perguntou se essa obra é tão importante assim. Agora, se derem quatro ou cinco dias, deputado Valmir Comin, para nós, os deputados, poderemos nos reunir, colocaremos duas mil pessoas ligadas ao turismo no sul do estado para mostrar a importância e o potencial que é isso.

Assim, com a licitação na segunda-feira, já está enquadrada no BID a serra do Faxinal. E é apenas licitar. Estão rescindindo o contrato da outra empresa, e teremos a serra do Faxinal que irá ligar Gramado, Canela, Caxias do Sul, aquela região inteira. Então, se é importante para nós subir, é muito mais importante para eles descerem e irem para a praia.

Também a empresa está fazendo a medição da BR-285, que vai ligar Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Em todas as reuniões realizadas ao longo desses 29 anos, faltam 22 quilômetros definidos. E toda aquela soja virá do Rio Grande do Sul para o porto de Imbituba, e a cerâmica vermelha irá de volta para lá.

Então, é ganho real. É importante, fundamental e por isso, antevendo, estivemos na SCGás, pedindo a ampliação, porque o gás está em Araranguá, mas precisamos ampliar para a região manter o crescimento, o desenvolvimento. E também estamos marcando no ministério de Minas e Energia para garantir a vinda de mais gás para atender a toda a região do sul do estado. Esse é um caminho de luta de alguém que tem 30 anos de vida pública e não quer abandoná-la enquanto a nossa região não for tratada com respeito, porque ela contribui com o crescimento do estado catarinense.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, ouço v.exa. que tem sido também um lutador por essas questões e pelo sul. E sinto-me honrado por fazer parte desse time dos oito parlamentares que representam 20% o sul do estado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, parabeno v.exa. pelo tema abordado.

Basta retroceder um pouco no tempo, buscar no mapa do desenvolvimento econômico do estado, para perceber que éramos a quarta economia, que, digamos, seja a cidade satélite do sul e que decrescemos para 12ª posição por conta da falta de segurança jurídica, investimento na infraestrutura e, principalmente, pela amputação do trecho sul da BR-101, quando liberado de Palhoça até a divisa com o Paraná.

É evidente que cada investidor, quando procura o mapa de desenvolvimento econômico, vai se situar numa condição de ter acesso, mobilidade, aeroporto, porto, rodovias, água e energia. E quanto a isso ficamos relegados a segundo plano, idêntico praticamente ao planalto serrano, que são as duas regiões mais deprimidas do estado de Santa Catarina.

Mas penso que estamos vivendo um novo momento de expectativa. O governo tem procurado e está fazendo a sua parte. Essa movimentação das associações comerciais e industriais, integradas com a classe política, é uma pauta de responsabilidades e crescimento do resgate dentro de uma unidade suprapartidária. Evidentemente, resgatar essa condição de crescimento, não que o sul não tenha crescido, tem crescido sim, mas muito distante de outras regiões do estado, principalmente se equiparar com o norte catarinense.

Por essa razão parabeno v.exa., mas penso que estamos no rumo, no caminho certo para realmente promovermos o desenvolvimento dessa região.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado, deputado Valmir Comin e incorporo o seu pronunciamento ao meu, porque essa é uma das discussões muito importantes.

Temos hoje uma luta incansável, pois ainda respondo aos meus processos na Polícia Federal, em razão da BR-101, mas temos que registrar que a ponte da Cabeçuda está indo a todo vapor, assim como o morro do Formigão, em Tubarão.

Então o sul, o porto, o aeroporto e a BR-101 estão enquadrados num crescimento. Estamos trabalhando para que possamos reverter esse processo.

O norte do estado recebeu ao longo do tempo muitos investimentos. O sul do estado sempre foi uma região reprimida, porque uns parlamentares puxavam para cá e outros puxavam para lá. Mas depois de alguns anos mudamos esse caminho. Estamos no caminho da unidade pelo desenvolvimento da região.

Por isso, a população pode aguardar que as respostas positivas vão aparecer a cada instante, porque é isso que a população espera de um parlamentar. Ela vota em um parlamentar para buscar os resultados. E trabalhamos em cima de resultados, para que a nossa região seja uma região respeitável, uma região que sabe valorizar e sabe o potencial que tem. E o que estamos fazendo é colocar isso em prática.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente quero registrar a presença do ex-prefeito do município de Castelo Branco, sr. Ademir Mioto, que atualmente ocupa o cargo de secretário de Finanças e Administração deste município. Ele está tratando de interesses do município nesta Capital e está acompanhado do Adelan Mioto, seu filho, e da Ana Cláudia Bedin. Inclusive, o Adelan é um dos indicados ao Prêmio da Acaert.

Quero parabenizá-lo e cumprimentar os ilustres representantes e visitantes, especialmente na pessoa do ex-prefeito Ademir Mioto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, meu líder deputado Valmir Comin, neste horário dos Partidos Políticos vou falar em economia, porque faz parte da política de produtividade da nossa região. E aqui prestarei contas de alguns pleitos que ocorreram em nossa região.

Trago aqui um resumo da Pampa Arremates, a empresa que promove os leilões. E temos a honra de mais uma vez fazer um registro nesta Casa das duas Cabanhas que em comum têm apresentado e comercializado gado bovino e equino em nossa região.

(Passa a ler.)

"A Cabanha Palhoza de Abelardo Luz vendeu neste último leilão 18 animais, com uma média de R\$8.213, perfazendo um total de 147.840 o movimento de touros com genética de primeiro mundo PO. E da mesma forma venderam 14 novilhas, com uma média de R\$3.000.00., tendo 41.922 o movimento.

Da mesma forma a Fazenda Santa Lúcia, de Água Doce, propriedade do sr. Marcus Gonzatto, comercializou 17 touros, com uma média de R\$ 6.832,94 mil por cabeça, touros

de uma genética muito apurada, satisfazendo às necessidades dos criadores de Santa Catarina e Paraná, que compareceram ao leilão para comprar esses exemplares. Também vendeu três fêmeas prenhas, no valor médio de R\$ 5.090,00 mil por cabeça. Essa fazenda teve o movimento de R\$ 131.280,00 mil, isto num sábado à tarde. Então, aí está a prova da qualidade dos produtos que foram comercializados.

O leilão teve um faturamento total de R\$ 321.042,00 mil. Por esses dados dá para ver o quanto é importante prestigiarmos e fazermos esse registro das cabanhas da nossa região.

A Cabanha Pampa Remates também encaminhou o 4º Leilão Volta Grande, quando foram vendidos cavalos quarto de milha, as raças bovinas Holandesa, Charolês, Simental, Hereford, Brahaman e o famoso Angus que está hoje em evidência.

E vejam que o meu amigo Henrique Rumpf vendeu 18 potros e potrancas, faturando um total de R\$ 203.760,00 mil, deputado Neodi Sareta.

O Henrique Rumpf ainda vendeu cinco fêmeas prenhas, numa média de R\$ 6.916,00 mil por cabeça da raça Holandesa. E da raça Charolês vendeu quatro cabeças a R\$ 6.370,00 mil. Então, os produtores que entendem dessas raças sabem o quanto é importante melhorar a qualidade da raça na sua propriedade.

Da raça Simental, o Henrique Rumpf vendeu duas fêmeas e três touros, na média de R\$ 5.516,00 mil. Da raça Hereford vendeu fêmeas e touros, em torno de sete animais, numa média de R\$ 6.620,00 mil por cabeça. Da raça Angus, o xodô dos nossos pecuaristas, vendeu 11 cabeças, na média de R\$ 6.567,00 mil. Da raça Brahaman, uma raça já conhecida, de renome nacional, vendeu quatro exemplares, no valor de R\$ 4.795,00 mil a cabeça.

Esse leilão deu um total expressivo, principalmente por ser um sábado à tarde, dia 27 de julho, de R\$ 429.160,00, com a venda de 54 exemplares. Então, dá para ver o quanto é importante mantermos nas fazendas uma genética apurada, que os nossos criadores exigem no dia de hoje para melhorar o amanhã.

Nós teremos também em agosto, na Fazenda Renascença, no município de Vargem, de propriedade do sr. Nelson Antônio Serpa, o 4º Remate Destaque de Angus. São 40 touros PO e mais dez novinhos PO, registrados, com uma genética muito apurada, que hoje vem se destacando em Santa Catarina."

Sra. deputada e srs. deputados, Santa Catarina é um estado pequeno, de pouca área para grandes criações de bovinos, mas temos uma grande genética. Nas nossas cabanhas, com os seus laboratórios, com a sua tecnologia apurada, com o acompanhamento dos médicos veterinários, faz-se, hoje, transplante de embrião. A melhoria da genética, hoje, é muito grande, porque a exigência dos nossos criadores também é grande.

Por isso, teremos, no dia 10, mais um leilão na nossa região para melhorar cada vez mais a produtividade da pecuária catarinense.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, quero apenas comunicar e lamentar o falecimento, nesta madrugada, do empresário Estélio Beckhauser, do município de Tubarão. Ele é fundador das empresas Beckhauser e um

empreendedor que iniciou as suas atividades empresariais no município de Tubarão, espraiando-a para outros municípios do sul de Santa Catarina. Perde muito a cidade e a região sul com o passamento precoce do sr. Estélio Beckhauser.

É profundamente lamentável o seu passamento. Então, queremos, e temos certeza que falamos em nome de todos os parlamentares, manifestar à família a nossa solidariedade pelo passamento do sr. Estélio Beckhauser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A nossa solidariedade, também, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, que falará em nome da bancada da presidente da República, Dilma Rousseff.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão com muito orgulho, realmente, do governo da nossa presidenta Dilma Rousseff e do nosso presidente Lula, que fizeram as mudanças significativas no nosso país.

Muito bom-dia aos deputados, às deputadas, ao público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Trago uma boa notícia. Hoje o DNIT faz as licitações para mais um trecho das obras da BRs-470 e 280. Esse é o terceiro trecho, deputado Jailson Lima, e v.ex.a. sempre está acompanhando os trabalhos da duplicação da BR-470.

Então, hoje, o DNIT vai abrir mais essas licitações para a contratação de empreiteiras ou de consórcios que vão executar os dois últimos trechos de duas importantes estradas federais.

A BR-470 é muito importante para o estado de Santa Catarina, principalmente para nós, que moramos no médio vale do Itajaí. É uma via que escoia toda a economia da produção do oeste de Santa Catarina para os aeroportos e portos que ficam no litoral, bem como é uma via de turismo e para o trânsito das pessoas que moram em torno dessa importante rodovia. E, infelizmente, a todo o momento também temos nela muitas vítimas.

Então, este é um ano no qual temos o que comemorar, e espero que essas obras comecem logo para a felicidade de todos os catarinenses.

A BR-280 é uma BR importante também na região norte do nosso estado, em Jaraguá do Sul e Guaramirim, sendo que há muito tempo está sendo esperada pelo povo catarinense. E hoje no DNIT será aberto mais um lote para a licitação.

O que me traz à tribuna no horário dos Partidos Políticos é um assunto que vem sendo destacado pela mídia, e também, mais uma vez, da semana passada para cá, que é a questão da saúde.

Hoje, nesse momento, os deputados Volnei Morastoni e Sargento Amauri Soares - e eu não pude acompanhar porque ia falar no horário dos Partidos Políticos -, fazem uma visita no Hospital Regional de São José devido a grandes denúncias que têm acontecido naquele hospital.

Hoje, o deputado Volnei Morastoni, que é presidente da comissão de Saúde, está lá, verificando o que está acontecendo nos atendimentos das pessoas, no Hospital São José, aqui, na Grande Florianópolis, e certamente trará novidades na próxima semana.

Ontem, também, 70% dos trabalhadores aderiram à greve, por 24 horas,

no Hospital Regional, no município de Araranguá, devido à principal reivindicação daqueles servidores, contra o assédio moral que os trabalhadores estão sofrendo, um tipo de ameaça. Já fizeram a denúncia no sindicato e cobram ainda o cumprimento dos direitos trabalhistas retirados por essa entidade que está administrando aquele hospital, a SPDM.

Foram tirados os 40% da insalubridade para os funcionários que trabalham na radiologia. E temos ainda as 15 demissões sem justa causa.

Também, a equipe de enfermagem do Hospital Regional de Araranguá informa que a entidade que está administrando o hospital está usando os recursos públicos para a contratação de seguranças, deixando, então, de utilizar os recursos para o bom atendimento das pessoas que necessitam de tratamento na área da saúde. A saúde realmente é um problema.

Estivemos ontem com a secretária Tânia. Graças a Deus mudou a administração daquela secretaria de estado da Saúde. Espero que haja condições melhores para o atendimento dessa demanda tão reivindicada pelo povo catarinense.

Também não posso deixar, srs. parlamentares, de fazer alguns questionamentos que a imprensa vem fazendo. De quem é a responsabilidade em relação à situação das condições de atendimento da nossa população, através do serviço de atendimento móvel de urgência no estado de Santa Catarina? E várias vezes, vários parlamentares subiram a esta tribuna denunciando esse serviço.

A responsabilidade, povo catarinense, é do governo do estado de Santa Catarina. E começo com esse questionamento, porque o caos está instalado no Samu, colocando em risco a vida da nossa população que, a todo o momento, precisa ter uma resposta. E tem que ser uma resposta urgente, porque estamos tratando de vida.

No nosso gabinete, aqui na Assembleia Legislativa e em vários municípios que tenho visitado as denúncias chegam a todo o momento sobre o funcionamento desse serviço. E existe a preocupação tanto de pacientes quanto de familiares.

Também somos procurados pelos funcionários que trabalham no Samu, profissionais responsáveis e éticos, que tem um compromisso com uma boa assistência à saúde do povo catarinense. Eles não aceitam, por exemplo, o descaso por parte das autoridades do governo. E a situação ficou tão crítica que, nas últimas semanas, a imprensa já está mostrando novamente como está sendo o atendimento através do SAMU, o quadro desses atendimentos e as consequências desse serviço. Realmente é um quadro desolador.

Além da imprensa, inconformados e pedindo respeito, os usuários desse serviço também registram com as suas próprias câmeras, através dos celulares, ou através de câmeras fotográficas, os flagrantes de despreparo, negligência, com a saúde da nossa população.

Para que os senhores, as senhoras e o público catarinense entendam isso, tenham conhecimento disso, dessas denúncias, apresento um vídeo que foi uma matéria de reportagem que alguns puderam assistir, outros não. Por isso trago novamente esse vídeo para que vocês possam acompanhar o problema que está acontecendo no Samu de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A situação é grave, srs. parlamentares! Isso foi uma matéria de reportagem na última semana, mas a todo o momento

funcionários do Samu vêm fazer as denúncias, e o Ministério Público já está há um ano fazendo essas denúncias.

Aconteceu um caso grave em Itajaí, onde morreu um jovem de 30 anos. E isso acontece a todo instante. Pena que ainda não temos todas essas denúncias gravadas, do que tem acontecido nessa empresa que presta serviço para o estado de Santa Catarina.

O estado privatizou o atendimento de urgência e emergência no estado de Santa Catarina. E no hospital de Araranguá a greve dos funcionários, de ontem, foi por isso.

Há uma economia da iniciativa privada? Economizar onde? No atendimento à nossa população, porque eles têm que cumprir metas, e as metas são na economia do atendimento à nossa população.

Por isso, srs. deputados, protocolei na comissão de Saúde, para que a secretária de Saúde e essa empresa também venham prestar contas a este Parlamento sobre o que está acontecendo no atendimento à nossa população, no que diz ao Samu e também ao hospital de Araranguá.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero reiterar o meu registro de saudação ao Marcos, da equipe do Sistema 103. E sabemos a capacidade, a liderança, o dinamismo desses jovens e que a escolha não foi por acaso, foi por merecimento. Já estão brindados com o reconhecimento do povo de Santa Catarina.

Quero saudar também a comitiva de Tijucas, o vereador Edison Souza, que com os nossos amigos de Tijucas está nos visitando. Quero saudar também o nosso amigo Olímpio Mallmann, de São Miguel d'Oeste, que também está nos visitando.

Ouvi atentamente o discurso da deputada Ana Paula Lima sobre o caos na Saúde. Todos nós reconhecemos que a Saúde tem que melhorar. O governo federal está buscando formas alternativas tentando fazer até milagres na questão da falta de médicos, pois o país já está há doze anos com o governo do PT, e agora é que a população demonstrou seu descontentamento, é que se buscam alternativas milagrosas, quando na verdade temos que buscar alternativas planejadas, discutindo com a sociedade.

Então, nem sempre o serviço público prestado pelo próprio estado é tão eficiente quanto o prestado pela iniciativa privada. E temos grandes exemplos sobre essa questão. O próprio partido da presidente, que era contra as privatizações, é o partido que privatizou as rodovias no nosso país.

Nós tivemos aqui grandes movimentos para não privatizar a SC-401. E depois, quem fez o movimento para não privatizá-la privatizou as rodovias federais. Estão privatizando os aeroportos; estão privatizando, reformando, gastando milhões nos estádios e também entregando esses investimentos para a iniciativa privada.

Então, entendemos que tem que ter melhorias, mas nem sempre a passagem de alguma atividade para a iniciativa privada significa prejuízo ao cidadão. Tem que se buscar a melhor qualidade da prestação de serviço para o cidadão.

Eu li hoje a coluna do jornalista Moacir Pereira, que diz que o DNIT licita as BRs 470 e 280. Eu acho que é milésima vez que alguém lê que o DNIT está licitando rodovias. Mas precisamos de ação e não de licitação. A população precisa de inauguração dessas rodovias. E aqui até temos um exemplo de que algumas vezes o serviço público é prejudicado. O próprio diretor diz que o DNIT está em greve, mas ele implorou, e os funcionários com boa vontade resolveram não prejudicar o andamento e fazer uma parte do trabalho, para que essas licitações possam ser realizadas. Isso é o fim do mundo. Como diria o jornalista Bóris Casoy: "Isso é uma vergonha".

Então, fala aqui o jornalista Moacir Pereira.

(Passa a ler.)

"Expectativa no vale do Itajaí, no planalto norte, em todas as principais cidades catarinenses que dependem da duplicação da BR-470 e da BR-280. Serão realizadas hoje na sede do DNIT, em Florianópolis, as licitações para a contratação das empreiteiras ou consórcios que executarão os dois últimos trechos das duas importantes estradas federais em Santa Catarina.

Pelo Regime Diferenciado de Contratação (RDC) serão conhecidos ainda hoje os concorrentes e suas propostas para a duplicação do lote 1 da BR-470, trecho entre Navegantes e a BR-101, e também o lote 1 da BR-280.

Entre São Francisco do Sul e a BR-101 tem três lotes. Os outros dois lotes já estão com a concorrência concluída. Está faltando a licença de instalação para que o governo assine os contratos.

A BR-470 tem uma situação mais complicada. A duplicação ali está mais atrasada, apesar de dois trechos contratados e com ordens de serviço recentemente emitidas pelo ministério dos Transportes.

O lote 2, entre a BR-101 e Gaspar, não teve nem licitação lançada pelo DNIT. E a previsão é de que o edital saia em setembro."

Esse lote é importante. E não só o vale do Itajaí, mas todo o estado de Santa Catarina depende desse espaço. Mas não houve nem a licitação lançada pelo DNIT.

"O superintendente do DNIT, em Santa Catarina, engenheiro João José dos Santos, faz questão de destacar o esforço dos servidores. Mesmo em greve nacional, eles cumprem decisão judicial de manter 50% das atividades sem interrupção. 'Compreenderam que não é mais possível atrasar as licitações no estado', afirma o superintendente.

Sobre o trecho sul da BR-101, os prazos de conclusão de pavimentação continuam previstos para maio de 2015. Os dois túneis do Morro dos Cavalos dependem da Funai e do Ibama. Licitações? Só consultando um oráculo."

Realmente, vemos todos os dias falarem das obras públicas. Vem ministro, superintendente, assinam o contrato, e quem mora lá no interior fica imaginando que aquela obra já está em andamento ou concluída. Quer dizer, assina-se o contrato, mas não há autorização para o serviço. Então, nem sempre o serviço público prestado pelo ente público é mais eficiente, rápido ou atente à necessidade do cidadão. Muitas vezes a terceirização com responsabilidade e acompanhamento é interessante. O governo pode, se não houver o cumprimento, interromper o contrato e multar.

Queremos destacar o esforço que o governador Raimundo Colombo tem feito e os resultados que aos poucos começam a aparecer em algumas áreas, principalmente na questão da saúde.

E ao citar a questão do serviço público e privatizado, quero aproveitar para homenagear o Rogério Rosa, proprietário da Embraed, uma empresa que iniciou em Camboriú, em 1984, um exemplo da atuação da iniciativa privada.

A Embraed, do amigo Rogério Rosa e do seu irmão Roberto Rosa, pessoas que nós admiramos pela luta, determinação e competência, iniciou suas atividades em 1984. E agora no mês que passou a empresa entregou o maior edifício de apartamentos do país, com 46 andares, no município de Balneário Camboriú, e projeta um maior, com 86 andares, também no município de Camboriú. Enfim, são vários empreendimentos da Embraed, que eu faço questão de registrar, porque muitas vezes o trabalho passa despercebido. E temos que reconhecer esses empresários que muito fazem pelo nosso estado, pelo nosso país.

Destaco que temos atividades essenciais, como saúde, educação, segurança pública, em que o estado tem que atuar com firmeza. E algumas atividades, com o devido acompanhamento, podem ser e devem ser terceirizadas.

Vimos que o Brasil mudou muito quando saiu e abriu as ações, os trabalhos e a prestação de serviço para empresas particulares, em várias áreas. Essa mudança começou no Collor, abrindo o nosso país para a indústria automobilística mundial. Mas principalmente com o presidente Fernando Henrique Cardoso começaram as grandes mudanças que o Brasil enfrentou. Depois, com o presidente Lula, continuando com a presidente Dilma Rousseff, muitos desses projetos foram encampados, porque viram a sua importância.

Privatizaram ou transferiram para a iniciativa privada várias obras, os aeroportos, os estádios da Copa do Mundo. Ressaltando que as obras mais baratas da Copa do Mundo são aquelas efetivamente em estádios como do Internacional, clubes de futebol. O estádio de Brasília, o Mané Garrincha, acho que foi a obra mais cara, cerca de R\$ 1,6 bilhão, com capacidade para 70 mil torcedores, num distrito, num estado onde a média de público em um campeonato é de três mil torcedores. Então, depois de utilizar para três jogos da Copa do Mundo, infelizmente, vamos ter o maior exemplo da incompetência administrativa na capital federal, que vai ser um estádio com capacidade para 70 mil pessoas que vai ficar abandonado.

É por isso que entendemos a movimentação das ruas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s.: 0194/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, e 0361/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Comunica, ainda, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0101/2013.

Igualmente comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0207/2013, 0213/2013,

0220/2013, 0223/2013, 0225/2013, 0254/2013 e 0299/2013, todos encaminhando documentação para a manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública.

A Presidência comunica também que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0488/2013 e 0490/2013, de autoria da deputada Angela Albino; e 0489/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0824/2013, 0825/2013, 0826/2013, 0827/2013, 0828/2013, 0829/2013, 0830/2013, 0831/2013, 0832/2013 e 0833/2013, de autoria do deputado Carlos Chiadini; 0835/2013, de autoria da bancada do PT; 0836/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0834/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita ao presidente da Santur informações sobre o porquê de os municípios de Piratuba e Itá não integrarem o conteúdo dos filmes de promoção turística veiculados nas redes de TV, sob o slogan "Isso tudo é Santa Catarina".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0078/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao presidente da Câmara dos Deputados e ao

presidente da comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, repúdio às agressões praticadas por caçador contra Wigold B. Schaffer, Miriam Prochnow e sua filha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0079/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações acerca das ações do governo do estado no sentido de coibir poluição sonora e perturbações geradas por som automotivo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0077/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, a ser enviado ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações sobre o porquê de os municípios de Piratuba e Itá não integrarem o conteúdo dos filmes de promoção turística que estão sendo veiculados nas redes de TV, sob o slogan "Isso tudo é Santa Catarina".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar, com muita alegria, a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, César Farias, que nos está visitando. Também o parabenizo pelo trabalho como vereador e como presidente da Câmara.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Os oradores que estão inscritos não estão presentes.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem à Fecomércio, pela passagem dos seus 65 anos de fundação.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiadini - Ciro Roza - Dado Cherm - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs.

deputados, todos que nos acompanham pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, nesta tarde de terça-feira, quero iniciar registrando a formatura que houve no Centro de Ensino da Polícia Militar, na última sexta-feira, no final da tarde, quando se formaram novos sargentos da Polícia Militar, assim como foram promovidos diversos outros policiais militares. Quero parabenizar todos os promovidos, aqueles que se formaram terceiro sargento, depois de décadas trabalhando na Polícia Militar.

Também parabenizo os bombeiros militares que em formatura na manhã de ontem, no Centro de Ensino do Corpo de Bombeiros, na Trindade, foram promovidos, data de 11 de agosto, data de promoção na instituição Corpo de Bombeiros. Quero parabenizar todos os formandos, todos os promovidos, bem como as respectivas instituições e todos os escalões de comando, os comandantes das instituições, por esses eventos. E registro mais uma vez que um dos maiores anseios dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros é justamente uma maior mobilidade na carreira, uma pauta pela qual batemos ao longo desses anos.

Quero registrar também a visita da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, ao Hospital Regional de São José na manhã da última quinta-feira, dia 8 de agosto. Dessa visita participaram, além do deputado Volnei

Morastoni, presidente da comissão, também este parlamentar e o deputado Serafim Venzon.

Fomos lá para verificar aquilo que para nós, da comissão, está claro e estampado há muito tempo: o abandono do serviço público de saúde no estado de Santa Catarina, com o governo priorizando outras modalidades de administração de serviço público, priorizando e trabalhando na perspectiva de sucatear o serviço público da administração direta e transferir esse serviço, com os recursos, evidentemente, para que as organizações privadas, chamadas organizações sociais, administrem.

O Hospital Regional de São José está com os seus corredores atupetados de pacientes internados. Aqui em Florianópolis também é assim. Lá em Joinville vimos algo parecido, deputado Kennedy Nunes: uma senhora de 80 anos está há 30 dias sentada numa cadeira esperando um leito. Então, imaginem um ser humano de 80 anos de idade internada numa cadeira durante um mês. Se ela não estava doente, com certeza ficará. Mas ela já estando doente, e por isso foi internada, com certeza o seu estado de saúde se agravará.

Nós evidentemente que não temos nenhuma intenção de criticar os servidores do Hospital Regional de São José, nem mesmo a própria direção, vamos ser francos aqui e trabalhar essa questão com a tranquilidade

necessária. Porque eu imagino o desespero da própria direção, dos gestores do hospital, para dar conta de uma situação que não é criada dentro daquele hospital, que chega àquele hospital pela inexistência de uma rede básica de atendimento. E aí a responsabilidade das prefeituras da vasta região da Grande Florianópolis e, inclusive, de outras regiões, que encaminham na hora do desespero todo mundo para o Hospital Regional de São José.

Mas o governo do estado, com certeza, tem uma imensa responsabilidade - e a maior responsabilidade -, porque temos o Hospital Florianópolis, que acolhia parte dessa demanda, fechado há quatro anos. Aqui no continente, a 5km do Hospital Regional de São José, o Hospital Florianópolis está fechado há quatro anos. Era um hospital geral que atendia pelo menos 50% dessa demanda e agora não atende mais. E está fechado porque o governo ainda não conseguiu privatizá-lo.

Lemos, na semana passada, na coluna do Moacir Pereira, que o governador desistiu de entregar para a iniciativa privada, para as organizações sociais, os outros hospitais, que vai entregar apenas o Hospital Florianópolis. É evidente que essa é uma boa notícia, porque ele dizia que ia entregar os 11 hospitais.

Eu queria sugerir ao governador que radicalize: governador Colombo, o senhor poderia radicalizar, ou seja, desista de privatizar também o Hospital Florianópolis.

Esse assunto, com certeza, merecerá a nossa atenção em outras falas, nesta tribuna, nos próximos dias.

Quero, por fim, no tempo que ainda me resta, falar de um assunto que com certeza não poderia passar em branco, nesta primeira sessão desta semana: A série de reportagens que a *RIC TV* e o jornal *Notícias do Dia* publicaram, de quinta-feira passada para cá, acerca de mais irregularidades, mais falcatruas, na Companhia de Energia Elétrica do estado de Santa Catarina.

O que foi levantado de documentos que a *RIC TV* teve acesso indica que R\$ 5,900 milhões foram roubados da Celesc, através do mecanismo de emissão de notas falsas, notas frias. Isso por quatro pessoas que aparentemente fizeram esse estrago de R\$ 5,900 milhões, nas cidades de Criciúma, de Joinville, de Rio do Sul e de Florianópolis.

Ouvíamos comentários sobre documentos ao longo dos últimos três anos, mas evidentemente não havia elementos de prova, porque a investigação que foi feita pela própria diretoria da Celesc não foi tornada pública, em 2011, quando assumiu a nova diretoria que foi analisar algumas situações esquisitas da administração anterior e levantou essas informações.

Curiosamente, não houve processo administrativo dentro da Celesc. Todo o material recolhido foi encaminhado ao Ministério Público, dizem, ao Tribunal de Contas e à Polícia Civil. Dois anos e meio depois, ou dois anos depois, absolutamente foi inquirido ninguém e muito menos alguém foi punido pelo desaparecimento de R\$ 5,900 milhões, comprovadamente roubados através do mecanismo da emissão de nota fria, de nota falsa. Notas feitas supostamente para pagar serviços que nunca foram realizados ou para comprar produtos que nunca foram entregues.

Parabenizo a equipe de jornalistas da *RIC TV*, o Iuri Grechi, a Roberta Kremer e toda a equipe da *RIC* e do jornal *Notícias do Dia* pela investigação.

Esse fato veio a público e não podemos, neste Poder, fazer ouvidos moucos, fingirmo-nos de surdos, porque há três anos também houve outro episódio, quando R\$ 51

milhões teriam sido pagos a uma empresa chamada Monreal, pela realização de serviços de cobrança que não se tem prova ou pelo menos não é de conhecimento público de que tenha sido realizado dentro da mesma Celesc.

Este Poder precisa se posicionar a respeito desse assunto. Aliás, este Poder precisa se posicionar a respeito de diversos assuntos.

Temos aqui a CPI da Telefonia que está em andamento. A deputada Angela Albino e o presidente da Assembleia, deputado Joares Ponticelli, pretendem entregar as assinaturas suficientes, pelo que li, as 19 assinaturas, dentre as quais a deste deputado, para que se faça a CPI das Águas. Não é CPI da Casan. É a CPI da privatização da Casan pelos municípios por aí afora, especialmente na cidade de Palhoça.

E agora não temos dúvida de que, se já temos a abertura, a partir de hoje, da CPI das Águas, da Palhoça e de outras localidades, seria importante a CPI da luz, do telefone. Eu acho improvável que nós, os 40 deputados, não consigamos investigar o que houve de falcatrua na Celesc alguns anos atrás.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Angela Albino, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Boa-tarde a todos.

Gostaria de agradecer em particular a presença do Sintaema, na pessoa do querido presidente Odair. Agradeço, em nome da Janete, a todas as mulheres sindicalistas, ao Senge, na pessoa do Carlos Abran, ao sindicato dos administradores, na pessoa do Afonso Coutinho, ao sindicato dos técnicos industriais, ao sindicato dos contabilistas, na pessoa do Udo, ao sindicato dos economistas, ao sindicato das secretarias, na pessoa da Sonia, e ao sindicato dos advogados. Quero destacar também a presença do Jocélio Paladini, indicado pelos trabalhadores na direção da Casan.

Estão todos presentes aqui hoje para acompanhar a entrega das 19 assinaturas da nossa CPI sobre água e saneamento, em Santa Catarina. E agradeço ao presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, que logo mais, tão logo eu conclua esta fala, receberá esse documento.

Gostaria de aproveitar esses minutos para fazer uma pequena abordagem sobre a municipalização do sistema de saneamento, o interesse de Santa Catarina e, portanto, desta Assembleia Legislativa.

Quando da abordagem da celeuma envolvendo as municipalizações do sistema de saneamento, uma primeira indagação é comumente realizada, especialmente quando se tem a plataforma de discussão e investigação da Assembleia Legislativa.

Qual o interesse do estado e por que não se atribui às respectivas Câmaras Municipais tal ofício? Ainda que numa regra geral tais serviços possam ser considerados de competência municipal, como diz o art. 30, inciso V, da Constituição Federal, há inúmeras situações em que o interesse ultrapassa o local, avançando para o regional e o estadual, especialmente após o julgado da Adin 1.842 pelo Supremo Tribunal Federal. Ademais, abordamos uma questão de saúde pública, envolvendo impacto direto e indireto no SUS e a saúde financeira de uma empresa estadual que atende a mais de uma centena de municípios deficitários e ao se tornar uma empresa dependente pode impor pesado ônus aos cofres estaduais, principalmente por ser o estado o garantidor dos empréstimos desses municípios, empréstimos milionários.

Muitos episódios na história recente justificam uma análise profunda sobre o modelo de municipalização e privatização crescente em Santa Catarina, em forma disforme, quando comparados em outros estados da Federação. Trata-se de um fenômeno iniciado em 2000, quando começaram a vencer concessões da Casan de 30 anos, conquistadas na década de 70, dentro do modelo da Planasa.

Trataremos pontualmente primeiramente o mau exemplo de Palhoça. Os índices de saneamento de Palhoça interessam diretamente ao estado. A ampliação da cobertura de esgoto em andamento em Florianópolis e São José não terá a eficácia esperada sem o equivalente caminhar do município vizinho, especialmente pelo seu litoral, que impacta na ilha, sem contar o negativo impacto no turismo regional.

Desde a municipalização ocorrida em 2008 não houve em Palhoça qualquer avanço nos índices de cobertura, até mesmo porque o município vem reiterando contratos emergenciais com a famigerada empresa alvo da investigação e intervenção do Gaeco, Ministério Público, que culminou com a prisão dos envolvidos.

A situação impactou ainda diretamente na arrecadação da Casan e no abastecimento regional de água.

Desde 2008 o município de Palhoça vem pagando um valor metro cúbico à Casan irrisório, absolutamente fora da realidade de mercado e que judicialmente tende a impor um débito atual de mais de R\$ 40 milhões ao município de Palhoça. Tal situação impacta nos investimentos da estação de tratamento de águas de Cubatão, que abastece a Grande Florianópolis, e no caixa da Casan, que não bastasse a perda da arrecadação vem recebendo um valor ínfimo mensal, além de ainda sequer ter sido indenizada dos investimentos realizados no município de Palhoça.

Além disso, essa supostamente criminoso condição em Palhoça, como apontam as investigações, trazem efeitos maléficos à saúde dos moradores, assoberbando o sistema de saúde regional estadual, uma vez que Palhoça não tem hospital público e confessadamente reinveste o arrecadado em saneamento, não em saneamento, mas, sim, na folha de pagamento, em desvio de finalidade reconhecido pelo próprio prefeito, em entrevista ao jornal *Diário Catarinense*.

O caso de Penha, o município é hoje referência nacional e internacional, em função das suas atrações naturais e por ser sede do maior parque de diversões na América Latina. No entanto, mesmo tendo uma ação popular, transitado e julgada, que determinava ao município, à Casan, realizar a cobertura total de esgoto, com multa diária à Casan, aquele município desprezou R\$ 71 milhões que a Casan, após quase uma década, conseguira com organismo de financiamento internacional, o Jica. Agora, o município, com sua parca arrecadação, não possui perspectiva alguma de avanço significativo e atua com contratos de emergência, delegando à empresa privada praticamente a totalidade de serviços.

Agora, a Casan perde a obrigação junto ao processo de realizar tais obras, uma vez que não detém mais a concessão. E temos o seguinte cenário: uma multa diária sendo aplicada ao município de Penha que ignorou R\$ 71 milhões garantidos, com impacto direto negativo no turismo regional e na saúde da população de Penha e dos municípios limítrofes.

O litígio decorrente da municipalização em Itapema, logo após rescisão do contrato de convênio com a Casan, pelo município de Itapema, a própria Casan

ajudou ação indenizatória não só contra a municipalidade, mas contra ex-diretores que teriam dado caos intencional à ruptura. Em síntese, mesmo ainda tendo prazo para concessão pelo convênio firmado em 1977 para 30 anos, gerou-se termo aditivo, com acréscimo de obrigações, tidas como inexequíveis, no prazo assinalado pelo mesmo, ou seja, todos saberiam que aquele termo seria motivo da rescisão e a municipalização do contrato de Itapema.

Portanto, ultrapassados os negativos e perigosos exemplos apresentados, que, repita-se, não são exaustivos, são exemplificativos, apresenta-se o quadro atual de debates judicializados ativos, envolvendo a municipalização e privatização do sistema de saneamento: Balneário Camboriú, Balneário Gaióva, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Campo Alegre, Campo Erê, Canoinhas, Canelinha, Capivari de Baixo, Catanduvas, Corupá, Curitibanos, Friburgo, Garuva, Gravatal, Guarimir, Guabiruba, Içara, Imbituba, Itajaí, Itapema, Itapoá, Joinville, Lages, Massaranduba, Meleiro, Navegantes, Palhoça, Papanduva, Penha, Porto Belo, que recentemente o prefeito Evaldo voltou à Casan, Praia Grande, Presidente Getúlio, São Cristovão do Sul, São Francisco do Sul, São João Batista, Schroeder, Sombrio, Timbó, Três Barras e Tubarão.

O ritmo de dilapidação da Casan, com a perda de sistema superavitário, em fenômeno ímpar, num cenário comparativo com os demais estados, poderá representar o fim da independência financeira da Casan, trazendo para o estado de Santa Catarina a responsabilidade da resposta a mais de uma centena de sistemas municipais deficitários, atendidos hoje pelo subsídio cruzado. Somado a isso, estará a natural competência estadual em regiões metropolitanas recentemente ratificadas pelo Supremo Tribunal Federal, no bojo da Adin n. 1.842.

Ante o exposto, não restam dúvidas sobre a legitimidade e interesse da Assembleia Legislativa em dar uma resposta à sociedade sobre tão delicada e impactante questão.

Destaco aqui, senhores, em nome da CPI, que, logo que termine o meu tempo, protocolaremos junto ao presidente desta Casa que o estado de Santa Catarina é o fiador de todos esses contratos em que foram contraídos os empréstimos e, portanto, ao estado caberá o pagamento desses valores, caso não possamos corrigir esse erro que está em curso em Santa Catarina; que o procedimento que vimos em Palhoça é o procedimento que se repete em outros municípios, o de fazer a ruptura unilateral desses contratos e para não haver, obviamente, a suspensão desses serviços são contratadas empresas sem licitação, e elas vão se mantendo à frente do serviço, sem licitação, por conta de editais absolutamente impossíveis de serem aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e renovações que se repetem em Águas de Palhoça, durante mais de oito anos.

Esta Assembleia não tem somente o interesse, esta Assembleia tem a responsabilidade de tratar desse assunto. Assim como também há de se debruçar sobre a questão da Celesc, porque vimos nestes últimos dias com grande assombro a farta comprovação de desvio de verba.

A Assembleia Legislativa que já investiga a questão da telefonia, também precisa agora tratar de água. E precisa também entender o que aconteceu com esse movimento no estado de Santa Catarina sobre privatização e municipalização da água. É preciso reiterar que em nenhuma cidade o serviço melhorou e que em várias delas o processo está *sub*

judice, com suspeitas de ilicitudes na condição desse processo.

Por isso, agradeço a todos que vieram.

Peço ao sr. presidente que possamos já assinar o recebimento da CPI.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação. Quero também cumprimentar todos que estão nas galerias desta Casa, acompanhando os nossos trabalhos. Cumprimos a sra. Maria Angela Ramos Furtado e o sr. Clóvis, de Balneário Camboriú, que vieram a esta Casa trazer uma proposta, encontrar uma alternativa para inúmeras crianças e adolescentes de Balneário Camboriú. E, no caso deles, um grupo de músicos voluntários atende a mais de 50 crianças, num projeto de ensaio de música, de diversos níveis sociais, mas grande maioria de famílias tem dificuldades financeiras. Portanto, através da música acredito que o que mais vão aprender é em relação aos valores humanos, muito mais do que notas musicais, que é a grande finalidade desses projetos com as crianças e os adolescentes.

Quero parabenizá-los!

Em nome deles, saúdo as centenas de pessoas que sonham com projetos como esses, mas, no entanto, não encontram guarida, não encontram alternativa de apoio tanto nas prefeituras como em qualquer outro lugar, em qualquer espaço do Poder Público.

No ano passado, por exemplo, através do Fundo da Infância e Adolescente, teríamos reserva de recursos para mais de R\$ 60 milhões em Santa Catarina, que poderiam ser investidos ali, mas não foram por falta de projetos.

Vejo um desânimo total por parte desse segmento, onde provavelmente a causa é que historicamente nunca se investiu nesse setor, e toda a corrente do setor está desestimulada. O conselho não aprova e não analisa. Automaticamente, aqueles que estão imaginando apresentar projetos, já prevendo que o mesmo dará um trabalho danado para ser feito e depois sequer será analisado, nem os fazem. E assim então acontece em diversas outras cidades.

Vejo aqui um sonhador como eu, a sra. Maria Ângela e o sr. Clóvis, tentando encontrar uma alternativa para aqueles jovens e crianças que poderiam através da música fazer sua complementação na educação.

Cumprimento, também, o professor Ronaldo Moreira, da universidade de Criciúma, que vem aqui prestigiar os nossos trabalhos no dia de hoje.

Sr. presidente, neste final de semana o jornal *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria sobre a análise da economia do Brasil, do mundo e da América Latina. Será que a economia do Brasil vai mal por nossa conta, por conta de falha na administração pública, ou vai mal porque o mundo inteiro vai? E foi feita então uma pesquisa por uma equipe de economistas paulistas, que o Samuel Pessoa traz aqui expresso, ele que retratou alguns dados importantes.

De 2002 a 2010 a economia do mundo cresceu, em média, 3,9%. E de 2010 a 2013 decresceu para 3,5%. Ou seja, baixou 0,4%. A economia da América Latina, da década de 2002 a 2012, foi de 4,1%. E de 2010 a 2013 baixou de 4,1% para 3,7%. Isto é,

baixou também 0,4% a economia da América Latina.

A Argentina, por exemplo, que na década de 2002 a 2010 foi de 7,6%, decresceu de 2010 a 2013 para 4,5%, ou seja, baixou mais de 3% a sua economia. Quebrou bastante.

A Bolívia, por exemplo, de 2002 até 2010 crescia 4,3% e, agora, de 2010 a 2013 cresceu 5,1%. E o Brasil? Vamos falar antes do Chile. No Chile que era de 4,4%, de 2002 a 2010, de 2010 a 2013 passou para 4,5%. A Colômbia passou de 4,6 para 4,9%. O Equador passou de 4,2 para 5,8%. E assim continua. O México que na década de 2002 a 2010 era 2,1% passou para 3,8%. O Paraguai passou de 4,4% para 4,6%. O Peru estava em 6,5% e permaneceu nesses mesmos percentuais. O Uruguai baixou de 5,3% para 4,4%. A Venezuela passou de 4,7 para 3,2%. E veja, sr. presidente, o Brasil que de 2002 a 2010 era de 4,0% baixou para 2,2%.

Então, a economia global se manteve ou teve um crescimento de 3,5; a economia da América Latina se manteve em 3,7; e o Brasil foi de 2,2.

Sr. presidente, seguramente, essa queda na economia brasileira não tem como causa a crise global, a crise mundial, a crise de 2008, porque se fosse a crise global, certamente os outros países teriam que ter tido um comportamento na sua economia semelhante ao nosso. De todos os países da América Latina, somos o país que menos cresceu. De 2010 a 2013 cresceu 2,2.

O que menos cresceu foi a Venezuela, ainda assim com um ponto a mais do que nós.

Por isso, então, sr. presidente, seguramente tenho convicção de que precisamos tomar inúmeras providências para melhorar não só o comportamento político das pessoas e principalmente dos agentes políticos, nas há que melhorar a resposta que a interação que a sociedade pode ter com aquilo que se faz.

Estão muito mal as atitudes do governo, e cabe a nós governantes, cada um na sua instância, interpretar e encontrar a forma para que a sociedade brasileira possa ter uma qualidade de vida melhor. E essa qualidade advém, sem dúvida nenhuma, justamente do nosso movimento econômico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Inscrito para falar em primeiro lugar o deputado Nilson Gonçalves, ao qual concedo a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON

GONÇALVES - Sr. Presidente, srs. deputados, Deputado Serafim Venzon, fazendo um paralelo entre as economias principalmente da América do Sul e a nossa, aproveito para comentar que no nosso país está estagnados por conta de algumas iniciativas extremamente equivocadas. Por exemplo, as nossas indústrias reclamavam da concorrência externa por conta da estupidez de impostos que pagam, por conta da enormidade de tributos que pagam ao governo federal. Por conta disso não conseguem competir com indústrias ou com equipamentos do mesmo gênero que vinham de fora. E o que o governo fez? Em vez de desonerar as indústrias, diminuir os impostos das indústrias, o governo procurou o caminho mais fácil, fechou as portas, fechou as importações de muitos produtos que concorriam com produtos brasileiros.

A estagnação que estamos vivendo hoje no Brasil se deve muito também ao

equivoco do governo federal com relação à economia, que em vez de desonerar as empresas, as indústrias, dessa carga enorme de impostos, prefere fechar a importação para que essas indústrias não tenham concorrência. Em vez de estimular a concorrência e diminuir os impostos das indústrias, para que elas possam concorrer com os produtos de fora, pega o caminho contrário e fecha a importação. É o chamado nacionalismo burro, porque o mundo hoje é globalizado, e estamos aqui querendo nos fechar. Em vez de procurar concorrer com par de igualdades com produtos lá de fora, nós nos fechamos.

Muda-se a regra do jogo a toda hora, o investidor, aquele que alavanca a economia, o que traz divisas para o país, fica com o pé atrás também na questão de investimento. E o país vai empacando. Tanto é verdade que v.e.x.a., deputado Serafim Venzon, fez nesta tribuna uma constatação, porque muitos que acompanham a economia deste país já sabem que o país está estagnado.

Estamos apanhando para o Peru, para o México, e acho que até para a Venezuela estamos apanhando, até para o Paraguai. Isto que o Paraguai é espertíssimo. Esse pessoal que está dirigindo o Paraguai é esperto. Já entraram até em acordo com os países que fizeram aliança com os países do Pacífico. E nós aqui fazendo política no Mercosul, juntando pessoas que ainda pensam como 20 anos, 30 anos atrás, reunindo-se e fazendo política, em vez de desonerar a economia dos países que fazem parte do Mercosul. É lamentável! É lamentável!

O governo federal acena com a possibilidade de a iniciativa privada participar de projetos, de investimentos que tragam benefícios para a população, o chamado PPP (Parcerias Público-Privadas). Só que o governo estabelece regras que o empreendedor, o investidor, acaba ficando com o pé atrás. É o caso do Trem Bala que estão inventando para São Paulo. Está muita gente com o pé atrás, ninguém quer se envolver. E por quê? As regras não estão claras, vão investir dinheiro, mas o governo quer controle de tudo, e o investidor não vai investir dinheiro, se não vê possibilidade de ter retorno. Isso é a coisa mais natural do mundo, em qualquer país do mundo, em qualquer empresa, por menor que seja. Ou seja, não vai fazer nada, se não vê a possibilidade de ter retorno.

Então, o que estamos vendo no nosso país é que muitos investimentos que poderiam ter a participação pública e privada não estão acontecendo por falta de clareamento nas regras ou então de condições mais igualitárias nas regras. Querem um país estatizante e ao mesmo tempo querem que o investimento privado venha. É como se o investidor colocasse o dinheiro no investimento, mas o governo é quem decide o que vai ser feito. Portanto, dessa forma ninguém vai fazer isso, é um ou outro investimento que está ocorrendo no país, mas na regra geral as coisas acabam não acontecendo.

De boas intenções o inferno está cheio, e estamos vendo neste país muitas boas intenções, mas as coisas andarem mesmo, não estamos conseguindo fazer.

Era este o comentário que queria fazer, srs. deputados. Quero aproveitar esses 45 segundos que me restam para cumprimentar a professora da Escola Municipal Dr. Sadalla Amin Ghanem, Rosiane Ribeiro Justino, que está entre os dez professores nota dez do Brasil. O título disputado por mais de três mil concorrentes foi concedido em um concurso anual da Fundação Victor Civita, em parceria com a Editora Abril. Além dela, outra docente da rede municipal também ficou entre

as 20 finalistas, a educadora Angela Maria Vieira, com um projeto muito bonito. Eu, oportunamente, ocuparei a tribuna para falar sobre esse projeto e também pedir a esta Casa que preste uma pequena homenagem a essa professora.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os deputados e as deputadas.

A minha manifestação no dia de hoje refere-se a uma preocupação de muitos prefeitos deste estado com relação à queda da Emenda Constitucional n. 62, que trata justamente do pagamento de precatórios.

Uma decisão soberana do Supremo Tribunal Federal decidiu, no dia 14 de março, considerar inconstitucional a Emenda Constitucional n. 62. Essa é uma decisão muito importante para o país, especialmente para os credores alimentares, ou seja, aqueles que têm recursos a receber oriundos de remunerações, vencimentos, etc.

A decisão do Supremo foi motivada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e apresentada pela OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

Ainda não é possível saber exatamente quais serão as consequências desse gesto do Supremo Tribunal. Nós nos perguntamos o que virá em seguida? Governadores e prefeitos serão obrigados a ampliar o volume de recursos destinados a esses pagamentos? Os credores serão de fato beneficiados com a queda dessa Emenda Constitucional n. 62?

Se prevalecer a regra anterior, os precatórios constituídos até 31 de julho de um determinado ano deverão ser pagos até dezembro do ano seguinte, integralmente. E é nesse sentido que quero chamar a atenção da gravidade da situação. O Supremo deverá esclarecer esse e outros pontos da recente decisão em sessão futura ainda não realizada e também com data ainda não definida. E até lá nós vivenciamos, na verdade, um vácuo legal, ou seja, não se sabe o que será feito com os parcelamentos que já foram realizados ou então que estão programados.

As dúvidas que os prefeitos e governadores têm em relação aos pagamentos é quanto à ordem crescente de valor que estava colocado na Emenda Constitucional n. 62 e com os depósitos também a partir de agora. Para esclarecer de forma mais transparente o que significa isso, gostaria de dizer que a Emenda Constitucional n. 62 estabelecia, na verdade, 15 anos de pagamento para os precatórios, que são aquelas dívidas que o cidadão vai tendo direito de receber do município ou do estado. Nesse sentido, o estado ou o município emitem os precatórios. Então, 15 anos de acordo com a Emenda Constitucional n. 62, sendo que os municípios, de acordo com a região, deveriam depositar num fundo 1.5% da sua receita corrente líquida. Alguns municípios têm feito isso - a emenda é de 2009, portanto tem quatro anos -, e alguns municípios não têm feito, o que tem causado problema, porque quem tem a receber precatórios não tem recebido.

Onde está o problema? O problema é que, ao ser revogada a Emenda Constitucional n. 62, vale o pagamento dos precatórios de um ano até o ano seguinte. Portanto, num prazo de

18 meses será pago integralmente no ano seguinte.

Então, o que temos hoje são prefeituras praticamente inviabilizadas. Imagina uma prefeitura que sobra 1% da sua receita corrente líquida para investimentos e tem que desembolsar quase 10%, presidente deputado Romildo Titon, para pagar precatórios no ano que vem. Assim, há prefeitos que estão extremamente preocupados, alguns nos dizendo inclusive que vão devolver a chave da prefeitura ao Tribunal de Justiça, porque fica praticamente inviabilizado, deputada Dirce Heiderscheidt, o pagamento desses precatórios nessa condição.

A minha manifestação é no sentido de que dívida tem que ser paga. É óbvio que tem que ser paga! Mas não podemos querer resolver um problema criando um problema ainda maior. Não vou compactuar com a ideia de que para pagar precatórios o prefeito tenha que demitir professores, médicos, assistentes sociais, deixar de fazer saneamento básico ou casa própria, ou seja, o Tribunal de Contas precisa cumprir a lei, pagar quem tem direito a receber precatório, no entanto, é preciso observar o orçamento de cada município. E a partir desse orçamento de cada município, fazer os ajustes necessários, numa espécie de termo de ajuste e conduta, que o Ministério Público faz muito bem. Acho que é o caso de o Tribunal de Justiça também firmar termos de ajuste e conduta com as prefeituras, garantindo o equilíbrio, o pagamento dos precatórios por um lado, mas não inviabilizando as prefeituras no seu funcionamento.

Então, para vocês terem uma ideia da gravidade, são 191 municípios afetados que terão que pagar até dezembro do ano que vem R\$ 500 milhões. E isso afeta diretamente as prefeituras de Santa Catarina.

Para se ter uma ideia, somente a dívida de Florianópolis chega a R\$ 60 milhões a serem pagos no ano que vem; de São José corresponde a R\$ 10 milhões. Temos casos de prefeituras do oeste, com 15 mil habitantes, ter que pagar 15, 20, 22 milhões, tudo no ano que vem, porque os prefeitos anteriores não pagaram.

Então, quero pedir a sensibilidade do Tribunal de Justiça. Acredito que nenhum juiz, nem mesmo este Poder importante como o Tribunal, quer ser responsável por inviabilizar as prefeituras catarinenses. E, nesse sentido, a Fecam realizou uma audiência, no dia 8 de agosto, para pedir ao Tribunal de Justiça que de fato esta previsão de quitação desses débitos pendentes seja adequada de acordo com o orçamento de cada prefeito.

Quero fazer a minha manifestação em nome do Partido dos Trabalhadores, porque temos muitos prefeitos, de todos os partidos e também do Partido dos Trabalhadores, que não têm culpa, muitas vezes, de assumir um governo agora e deparar-se com essa situação grave. É o caso da prefeitura de Campo Erê. E eu falava hoje de manhã com o prefeito Rudimar Borcioni que dizia: "Eu já reduzi os comissionados de 81 para 21. Agora eu vou ter que demitir servidores efetivos." Isso é extremamente grave, porque demitir servidores efetivos significa reduzir serviços à população.

Então, gostaria de pedir encarecidamente que o Tribunal de Justiça tivesse essa sensibilidade para encontrar o equilíbrio. Inclusive, temos aqui vários advogados que prestaram serviços, através da Defensoria Dativa, e que não estão recebendo. É de direito seu receber, porém, precisamos equilibrar o jogo e garantir que se dê as condições necessárias para o pleno funcionamento das prefeituras.

Essa é a minha manifestação.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que nos acompanham nesta tarde de terça-feira, imagino que as bancadas estejam reunidas avaliando talvez o que fazer com relação a essa pergunta que paira no ar, aqui, no estado de Santa Catarina, desde as denúncias que se tornaram públicas, através da RIC TV, jornal *Notícias do Dia*, a respeito de mais situações de corrupção na Celesc.

Nós já manifestamos o nosso posicionamento na fala anterior, ou seja, aquilo para quem está medianamente formado o desaparecimento de R\$ 5,9 milhões, num mecanismo de apresentação de notas frias, por serviços não prestados e produtos não entregues, durante o ano de 2010 - isso em apenas em um ano.

Temos também já uma situação anterior, que há dois ou três anos foi notícia no estado de Santa Catarina, depois esfriou, com relação ao contrato, pouco explicado ao público, da Celesc com a Monreal. Uma empresa que recebeu R\$ 51 milhões da Celesc supostamente para realizar serviços de cobranças e não tem comprovação da realização desses serviços.

Esse tanto tempo passado, tanto nessa questão agora das notas frias quanto na questão da Monreal, que talvez seja uma imensa nota fria, gelada, não se tem explicação. É espantoso isso, porque a gente tem um estado onde se repete de forma incessante que os gestores das instituições, dos poderes e dos órgãos estão a serviço da sociedade, da população e subordinados à legislação vigente no país, se passa mais de dois anos sem que alguém precise esclarecer os R\$ 51 milhões da Monreal ou os R\$ 5,9 milhões das notas frias da última situação que veio a público, porque o fato já é antigo, é do ano de 2010.

Na oportunidade as diretorias da Celesc tinham conhecimento disso, deveriam tornar esses documentos públicos e encaminhar aos órgãos de Polícia, ao Ministério Público. Não quero apontar o dedo, mas mais um pouquinho e a coisa caduca. Dá a impressão de que o estado constituído em todos os seus poderes e seus órgãos prefere não falar sobre assuntos como esse. Por certo não é pelo volume de dinheiro que desapareceu.

Isso é um elemento daquilo que se tem tornado uso e costume na sociedade brasileira. Eu me lembro de que em 1999 houve uma rebelião na penitenciária de Florianópolis. Nós estávamos há uma década, eu mesmo, fazendo relatório de que precisava melhorar a iluminação, porque à noite não se via nada nos pátios da penitenciária. Precisava-se renovar a pintura, porque uma pintura escura e mofada não ajuda na iluminação. Eu mesmo fiz um relatório há dez anos sobre esse e outros problemas estruturais que afetavam a segurança pública e o nosso trabalho de buscar impedir a fuga de presos.

Pois houve uma rebelião pela manhã, e no meio da tarde não parava de chegar caminhão com telha, material de construção, postes, luminárias. Parece que diante das calamidades e das situações que dispensam licitação tudo fica mais fácil para gestores. Essa é uma reflexão que se precisa fazer.

Enfim, quero reafirmar a nossa posição pela assinatura da CPI da Celesc, ou seja, CPI da luz - já que há a da água e do

telefone -, a fim de que esta Assembleia possa exercer a sua função.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar a todos aqui presentes.

Gostaríamos de iniciar a nossa fala, em nome do Partido Progressista, cumprimentando os economistas, porque hoje, dia 13 de agosto, é o Dia do Economista, uma das profissões que mais contribuíram e contribuem para o crescimento e o desenvolvimento de nossa nação. Desde 1951, quando foi regulamentada no Brasil a profissão de economista, podemos observar as transformações que aconteceram. E a nossa economia vem evoluindo sob o olhar e a concepção desse profissional.

Através do economista são pensadas as ações que vão projetar o futuro da sociedade. E, sem uma política econômica pautada nos princípios técnicos corretos, nenhuma sociedade consegue garantir cidadania, evolução e qualidade de vida para a população.

Podemos destacar como grandes economistas da história deste país: Celso Furtado, Maria Conceição Tavares, Delfim Neto, Roberto Campos, todos em seu tempo e com suas contribuições. Se hoje somos uma economia destacada mundialmente, muito devemos ao trabalho dos economistas. Por isso, hoje, queremos fazer a nossa homenagem a essa categoria.

O estado de Santa Catarina conta com 1.600 economistas. Então, gostaria de saudar e parabenizar as instituições que formam esses profissionais, a UFSC, a Udesc, as universidades do sistema Acafe e demais faculdades. Aproveito também para saudar e parabenizar o Corecon - Conselho Regional de Economia - em nome do seu presidente Waldemar Bornhausen Neto, a OESC - Ordem dos Economistas de Santa Catarina - pelo seu presidente Luiz Henrique Beloni Faria, e o presidente do sindicato dos economistas deste estado, João Henrique da Silva. Estendo também as felicitações a todos os egressos e acadêmicos dos cursos de Ciências Econômicas de Santa Catarina.

Aproveito esta data e deixo registrado que no dia 29, deste mês, no clube Mambituba, em Criciúma, será realizada a cerimônia de posse, com a palavra do adido comercial da Holanda, Erik Bauduim. A Ordem dos Economistas de Santa Catarina, seccional sul, abrange as três microrregiões, Amurel, Amrec e Amesc. Será presidida pelo economista Richard Guinzani e terá como vice-presidente o economista e professor da Unesc de Criciúma, Alex Bristot.

Em nome deles quero cumprimentar todos os economistas do sul do estado pelo trabalho que desenvolvem na região, de assessoria, de encaminhamento e direcionamento para as questões econômicas do sul do estado, mas em nome deles também quero dizer que tem toda essa categoria uma participação significativa no progresso, no desenvolvimento da nossa economia de Santa Catarina, em particular do sul do estado.

Por isso, em nome do Partido Progressista, quero cumprimentar todos os economistas de Santa Catarina, desejando sucesso, mostrando o reconhecimento a essa importante categoria que muito tem

contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do nosso país.

Quero aproveitar o tempo que resta para trazer a público as declarações do presidente da Confederação Nacional dos Economistas, agora dos municípios, doutor Paulo Ziulkoski, que apresentou ontem, em Brasília, por ordem do debate que está sendo feito, através de uma proposta de emenda constitucional que torna impositiva a execução das emendas parlamentares. A CNM divulgou dados que interessam a todos nós.

Falava há pouco tempo a deputada Luciane Carminatti de toda essa situação dos precatórios com relação aos municípios. O que não é diferente com relação ao orçamento da união, que é o orçamento mais significativo que nós temos no país, de alguns trilhões de reais.

Ontem dizia o Paulo Ziulkoski, em suas colocações, em que defende a mudança na questão da regra das emendas parlamentares ou através de outra forma mais justa e universal da liberação dos recursos para os municípios.

Paulo Ziulkoski mostrou dados, ontem, que apenas 16.9% das emendas incluídas no Orçamento Geral da União, do ano de 2012, deputado Kennedy Nunes, v. exa. que ainda será prefeito de Joinville, até o ano de 2012, somente 16.9% dos valores empenhados foram liberados. E aí os prefeitos de todos os estados do Brasil vivem em Brasília correndo, gastando, fazendo despesa. Existem mais de dez órgãos fiscalizando os prefeitos. Mas ninguém consegue liberar os recursos que são empenhados pelos deputados federais.

Por isso, quero aproveitar esse debate da PEC para se construir uma nova fórmula de liberação dos recursos federais para os municípios. É óbvio que a melhor maneira, a mais universal de todas, seria, sem dúvida, levar em consideração o índice de desenvolvimento econômico de cada cidade e também o número de habitantes. A partir daí, criar um critério para que os deputados federais também abrindo mão das suas emendas, e esse dinheiro chegasse direto aos municípios.

A cada ano apenas 1.200 cidades recebem emendas federais, das 5.600 que nós temos no Brasil.

Então, é um processo que está viciado, que tornou o Poder Legislativo Federal refém do governo federal, do orçamento da união, ou seja, quem lá estiver acaba manipulando o Congresso Nacional de acordo com o seu interesse, e nem sempre o que está aprovado, as liberações, atendem ou chegam até a população.

Por isso, quero aqui, enquanto ex-prefeito, ex-presidente da Fecam, somar esforços na aprovação de um Orçamento Impositivo das emendas federais ou da mudança do critério da distribuição de recursos do governo federal para com os municípios que hoje têm tido muita dificuldade em função disso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, parceiros que nos acompanham pelas redes sociais, porque temos, deputado Dirceu Dresch, através da assessoria da Casa, um trabalho bem feito para todos os parlamentares, com relação às redes sociais, principalmente quando se trata do *twitter* ou do *facebook*.

Eu queria fazer dois relatos. Um sobre a fala do deputado José Milton Scheffer em relação à questão dos 16% daquilo que foi proposto pelas emendas parlamentares, que estão sendo liberados.

Hoje, na reunião da nossa bancada, foi exatamente abordado o problema que estamos começando a ver pipocar pelo Brasil, que há promotores que dizem que quando um parlamentar destina uma emenda para algum lugar ele estaria fazendo desvio de função. Então, deputado Romildo Titon, há promotores que dizem que não podemos, porque não temos a legitimidade da indicação dos municípios.

Deputado Nilson Gonçalves, se fomos eleitos aqui para representar, como é que perdemos a legitimidade desta representação dizendo onde é importante o recurso? E como é que fica aqui a discussão do nosso Orçamento Regionalizado que esta Casa faz? O assunto vai virar cada vez mais polêmico, porque vamos daqui a pouco responder, deputado Taxista Voltolini, como se fosse crime, quando trouxermos a demanda de um município, porque para alguns promotores temos que legislar e fiscalizar o Executivo e não dizer onde o governo tem que investir. E aí não sei, sinceramente, não sei mais.

Estou tentando buscar, por exemplo, lá na cidade a qual represento, ou em qualquer município, onde é que não tenho legitimidade para trazer aqui aquela reivindicação e pedir para que o Executivo faça aquele investimento ou aquela obra. Deputado Manoel Mota, v.exa. que está no sexto mandato com certeza, com uma notícia dessas, fica pasmo como eu.

Então, esse é um problema que teremos que enfrentar cada vez mais aqui, e o Poder Legislativo estará preparado para esse tipo de debate e defesa.

A outra informação que gostaria de trazer é que ontem, deputada Luciane Carminatti, recebemos, aqui, no estado de Santa Catarina, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, do PT, junto com os seus secretários, da Educação e de Obras, que vieram a Santa Catarina visitar uma empresa, em Araquari, que ganhou a licitação do FNDE para fornecer a tecnologia e o material para três mil creches no Brasil, que serão construídas pelo governo federal.

A empresa é a *Global Housing Internacional*, de Araquari. Ela desenvolveu um sistema de parede e de construção que tem o revestimento de PVC, e por dentro é de concreto.

Então, são três mil creches que eles estarão fornecendo para o governo federal. A primeira creche, se não me engano, é na cidade de Aparecida, de Goiânia, no estado de Goiás, que será inaugurada pela presidente Dilma Rousseff, no próximo dia 10 de outubro. E como é de PVC, não precisa de manutenção, de pintura. Ou seja, é bem mais prático no pós, na manutenção. Mas se ergue uma creche, deputado Romildo Titon, de 1.200 metros quadrados, em 30 dias. Tecnologia e desenvolvimento nosso, do pessoal de Joinville, deputado Nilson Gonçalves, que se instalou em Araquari, porque não teve condições de se instalar em Joinville, pela dificuldade que era à época. E não mudou muito até agora para as empresas se instalarem em Joinville.

Foram eles que conseguiram aprovar, tanto na Caixa Econômica Federal quanto no ministério da Educação, para serem cadastrados e participarem da licitação com novas tecnologias para a construção de creches.

Conheço o pessoal da *Global* e acompanhei o governador Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, nessa visita técnica. E tanto ele quanto os secretários ficaram abismados,

deputado Mauro de Nadal, com relação à rapidez na construção dessas creches pré-moldadas. Elas têm o revestimento de PVC, e por dentro é concreto. E ele ficou mais admirado ainda quando visitou a escola que já foi construída, lá na cidade de Barra Velha, pois parece que acabou de ser inaugurada, por conta que é de PVC.

Então, quero aqui deixar registrado o meu agradecimento e as minhas felicitações aos empresários dessa tecnologia, que ganharam do governo federal essa licitação. E vão fornecer três mil creches para o governo federal que as estará inaugurando nos próximos seis meses.

Santa Catarina foi contemplada com parte dessas creches. O Rio Grande do Sul, o Paraná e tantos outros estados ganharam também. E será distribuída em 17 estados brasileiros essa tecnologia de Araquari, que já está presente em 80 países do mundo.

Então, quero aqui parabenizar mais uma vez essa empresa de Araquari. Que essa nossa voz, esse nosso pronunciamento chegue até um pouco mais para o centro da cidade, no prédio da secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina. E quem sabe o secretário Eduardo Deschamps possa escutar isso e perguntar por que em Santa Catarina eles não querem instalar esse tipo de tecnologia que é mais barata, mais durável, mais rápida. Por que não querem? Qual é o problema, se a empresa ganhou uma licitação para fornecer três mil creches para o Brasil inteiro, aprovadas pelo FNDE e pela Caixa Econômica Federal? Por que a secretaria de estado já não usa esse tipo de tecnologia para ser construída com muito mais agilidade do que é a construção civil normal, sem desperdício, sem qualquer tipo de qualidade?

Quantas vezes, deputado Taxista Voltolini, vamos a uma obra pública recém-inaugurada, que já tem paredes rachadas, que já tem vazamento? Pelo que mostraram ontem ao governador do Distrito Federal, isso aí nada acontece.

Talvez a secretaria da Educação possa responder algo que tenha embasamento e que possa ser muito mais forte do que o parecer do ministério da Educação, da Caixa Econômica Federal, dos técnicos do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas -, que fizeram essa análise, que indicaram e vão fazer. E por que o governo do estado de Santa Catarina não está usando essa tecnologia que é nossa, da cidade de Araquari? A empresa está fornecendo para o Brasil inteiro. E aqui em Santa Catarina não deixam. Então, com a palavra a secretaria da Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho a esta tribuna fazer um balanço, uma reflexão com muita profundidade do mandato do nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

(Passa a ler.)

"Secretarias de Desenvolvimento Regional: exemplos de gestão administrativa

Em 2013, as secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) completam uma década de existência.

As SDRs nasceram do olhar visionário e empreendedor do ex-governador Luiz Henrique da Silveira e de sua equipe, que pretendiam levar o governo para mais perto da população. E, de fato, conseguiram.

Hoje, a população tem participação ativa nos pleitos, através dos conselhos regionais. Há mais transparência nas decisões, e o governo está muito mais próximo dos catarinenses.

As 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional possuem 410 cargos comissionados, ou seja, 20% do total de cargos existentes no estado, e representam um gasto de 0,25% do total da folha de pagamento. Vale destacar que esses cargos já existiam na estrutura administrativa do estado, ou seja, não houve criação de novas funções, apenas um remanejamento para o interior.

É bom lembrar também que os gastos de custeio das SDRs são bem menores do que os estabelecidos no modelo anterior, pois, antigamente, cada setor tinha sua estrutura separada e isolada em vários pontos da cidade. O estado gastava mais com aluguel, telefone, limpeza etc. Atualmente, muitos desses órgãos estão num mesmo local, economizando recursos do estado.

Além da considerável economia, o estado também ganhou em agilidade. Estudos realizados pela secretaria de Planejamento revelam que, antes de 2003, a construção completa de uma quadra de esportes (desde a ordem de serviço até sua inauguração) levava em média três anos. Agora, com as SDRs, leva em torno de dez meses, principalmente devido à fiscalização e acompanhamento mais efetivo do estado. E a população aprovou essa nova forma de governar muito mais democrática e participativa.

Em recente pesquisa divulgada pelo governador Raimundo Colombo, e publicada na prestigiada coluna do jornalista Moacir Pereira, no *Diário Catarinense*, quase 70% da população do estado aprovam as SDRs. O governador Colombo prometeu revitalizar as secretarias.

Aproveito para sugerir que esta Casa provoque um amplo debate sobre as SDRs e as suas possíveis melhorias. Poderíamos convidar, além do senador Luiz Henrique da Silveira, grande mentor desse projeto, representantes da classe política, empresarial e universitária, além, logicamente, da comunidade em geral."

Vivemos um momento ímpar na história do nosso estado. Em Santa Catarina havia um grande número de pessoas que se deslocavam do interior, dos pequenos municípios, para ir atrás de emprego nas grandes cidades, formando grandes favelas sem controle do governo. Com as SDRs, que levaram o projeto do governo para cada região, houve um equilíbrio dos investimentos em Santa Catarina, sendo que empresas se instalaram por todo estado. Portanto, essa grande demanda de pessoas que corriam atrás de emprego não precisa mais ocorrer. Agora as pessoas estão-se mantendo nos pequenos municípios, que antes estavam esvaziando. Hoje, ao contrário do que ocorria, as cidades estão crescendo, têm a sua autonomia e vivem um novo momento.

Então, é preciso, sim, um grande debate nesta Casa para avaliarmos isso com profundidade, porque de acordo com essa pesquisa praticamente 70% da população não aceitam de forma nenhuma a retirada das secretarias. Isso é uma resposta da população, porque estamos vivendo um momento de muita reflexão, um momento em que a sociedade foi para as ruas, um momento em que as redes sociais, ao tomarem conta das manifestações, estão mostrando o que é errado, o que é certo e o que o povo quer. E a sociedade disse para todos nós que não abre mão das secretarias Regionais.

Portanto, é importante que tenhamos um debate profundo nesta Casa para que o governo passe a investir com mais força nas

secretarias, e para que os catarinenses possam colher esses benefícios em defesa do estado. Porque o grande ganhador não deve ser o governo e o Parlamento, mas, sim, o povo, que tem que ser respeitado em todas as áreas.

Por isso, estamos fazendo este registro. Queremos dizer que temos certeza do que o povo quer. Foi feita, recentemente, essa pesquisa mostrando que Santa Catarina sabe o que quer, e as secretarias fazem parte de todo esse desenvolvimento alavancado, assim como a população de Santa Catarina também.

Eu quero aqui, com muita honra, dizer que recebi duas jovens senhoras que lutam também pela UTI Neonatal. Santa Catarina vive um momento de angústia, quando acontecem nascimentos prematuros de crianças. E o Brasil inteiro vive esse problema. Nós percorremos várias cidades, como Porto Alegre, e vimos que muitas não têm uma UTI Neonatal.

Mas, de repente, como diz o ditado, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. E nós furamos a pedra, conseguimos tirar do papel e colocar em prática para que o Hospital Regional de Araranguá tenha dez leitos de UTI Neonatal e dez leitos também de UTI. Portanto, vamos ter 20 leitos, e isso é um avanço significativo.

Eu só posso dizer aqui obrigado à secretária, obrigado ao Acélio Casagrande, à Márcia Seixas, à Gislaiane Farias, que estão sempre participando efetivamente na rede social para defender a UTI, as quais saíram daqui com a convicção de que em janeiro de 2014 o nosso sonho será concretizado, pois o Hospital Regional de Araranguá ganhará uma UTI Neonatal. Assim, as crianças prematuras, com certeza, receberão o tratamento adequado às suas vidas. Por isso, é um trabalho sem limite, é um trabalho que necessita de muita luta, e a Márcia Seixas e a Gislaiane Farias me ajudaram muito nesta questão, lutaram, envolveram toda uma rede social para que tivéssemos uma estrutura mostrando que o povo sabe o que quer e quer também esse investimento em Araranguá.

Hoje, temos a felicidade de dizer que está definido um banco de sangue em Araranguá, ou seja, vamos ter um Hemosc. Isso é importante para a nossa saúde. Vamos ter, sim, um curso de Medicina, com 30 vagas, em 2016, e mais 30 vagas em 2017. Foi uma luta nossa.

Realizamos uma audiência pública, colocamos em prática e aprovamos o requerimento de autoria deste deputado. Assim conquistamos tudo isso!

Por isso, quero, mais uma vez agradecer, em nome das nossas duas visitantes, de toda população, que lutaram pela UTI Neonatal para dar mais conforto às mães que estão grávidas e que precisam de segurança para o nascimento de seus filhos.

Assim, não poderia deixar de registrar este acontecimento.

Sr. presidente, é uma luta permanente, tem amparo no Parlamento que tem dado a retaguarda para que possamos colocar em prática as nossas ações, através de requerimentos, criar audiência pública e buscar os resultados.

Por isso, quero agradecer à Márcia Seixas e à Gislaiane Farias. Que elas levem daqui uma imagem altamente positiva, que levem ao sul do estado este conforto para todos nós, e que possamos oferecer e proporcionar saúde, qualidade de vida e mais vida às essas crianças.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Comunicamos ao Plenário que esta Presidência recebeu o Requerimento n. 0849/2013.

(Passa a ler.)

“Os Deputado que este subscrevem, com amparo no art. 47, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o art. 41 do Regimento Interno da Alesc, REQUEREM a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 membros, para, no prazo de 120 dias, prorrogáveis, apurar fato determinado, consistente em possíveis atos ilícitos praticados na concessão, outorga ou permissão dos serviços de água e esgoto feita pelos municípios a pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme justificativa em anexo.” [sic].

O requerimento está assinado por 19 parlamentares. Portanto, tem mais de 1/3 exigido pelo Regimento Interno.

Dou por recebido o requerimento e determino à assessoria que faça a publicação.

Esta Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0020/2011.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0038/2013, 0083/2013, 0084/2013, 0088/2013, 0105/2013, 0106/2013, 0109/2013, 0115/2013, 0134/2013, 0137/2013, 0151/2013, 0157/2013, 0170/2013, 0174/2013, 0189/2013, 0193/2013, 0200/2013, 0201/2013 e 0203/2013.

O Sr. deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o eminente prefeito de São Bento do Sul, Fernando Tureck, que se encontra conosco, juntamente com o seu assessor de finanças.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Que fique registrada a sua presença nesta Casa, com o aval do deputado Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0106/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0219/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que institui o Dia Estadual do Produtor de Tabaco.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a abstenção do deputado Maurício Eskudlark.

Discussão e votação do projeto de Lei n. 0346/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que denomina José Buss o Centro de Educação Profissional (Cedup), do município de Rio Fortuna.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0491/2013, 0492/2013 e 0493/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0494/2013, 0495/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0496/2013, 0497/2013, 0498/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s: 0837/2013, 0838/2013, 0839/2013, 0840/2013, 0841/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0842/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0843/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0845/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 844/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que solicita ao presidente do Tribunal de Contas informações sobre a existência no estado de agentes públicos, titulares de mandato, cargo, emprego ou função pública, civil ou militar, de caráter temporário ou não, investido por eleição, nomeação, designação, contratação ou por qualquer outra forma ou vínculo, detentores de remunerações mensais superiores ao teto constitucional.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 846/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o encaminhamento ofício ao presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, visando o esclarecimento de diversas questões decorrentes da política de defesa sanitária animal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 847/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini, que solicita aos diretores das empresas de telefonia móvel, TIM, VIVO, CLARO e OI, a instalação de antenas de telefonia móvel nas localidades de Palmeira e Alto Cedro, no município de Rio dos Cedros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 848/2013, de autoria do deputado Taxista Voltolini, que solicita aos diretores das empresas de telefonia móvel, TIM, VIVO, CLARO e OI, a instalação de antenas de telefonia móvel nas

localidades de Capivari, Alto Forcação, Piave e Salto Donner, no município de Doutor Pedrinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0079/2013, de autoria deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro das Cidades, ao Denatran, apelando pela obrigação das autoescolas incluírem pauta versando sobre o uso de bicicletas como meio de transporte.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0078/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de Turismo, Cultura e Esporte, solicitando informações referentes a entidades que nos exercícios financeiros de 2012 até julho de 2013 foram contempladas com o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0079/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário de estado da Agricultura e da Pesca, solicitando informações referentes a diversas questões decorrentes da política de defesa sanitária animal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Estamos aguardando a verificação de quórum.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero agradecer a presença no plenário dos alunos de oito escolas, de oito regiões do estado de Santa Catarina, que vão exercer amanhã, quarta e quinta-feira, a 15ª edição do Parlamento Jovem, quando vão trazer grandes debates para esta Casa.

São professores, lideranças políticas, sindicais, de cada região do estado, que se fazem presente neste plenário. Neste momento, eles estão assistindo a esta sessão ordinária.

Sejam muito bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência incorpora as boas-vindas a todos os alunos e professores que estão presentes no dia de hoje.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, vou na mesma esteira da

deputada Ana Paula Lima, pois hoje, pela manhã, tivemos a oportunidade de participar da abertura do evento da Escola do Legislativo, que traz 40 deputados e deputadas de diversas regiões de nosso estado. E vivemos, deputado Romildo Titon, um momento em que a juventude e o povo brasileiro começam mostrar a inquietação que têm na questão política.

Penso que estamos no caminho certo, permitindo que os jovens, os educadores e as pessoas possam participar de fato e verificar o que fazem os políticos, porque sempre que conhecermos um político, nosso representante, poderemos avaliar do que ele é capaz, daquilo que ele faz e pode fazer.

Portanto, fico muito feliz de vê-los aqui e que vocês possam transmitir aos seus colegas aquilo que estão presenciando na Assembleia e aquilo que vocês estão buscando conhecer. Que os jovens possam participar da verdadeira democracia, das eleições e da escolha dos políticos que irão representá-los com dignidade, à altura daquilo que é a nossa gente, o nosso povo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, da prefeita Ana Paula da Silva e o seu vice, Paulo Henrique Dalago Müller, do município de Bombinhas, assim como do vereador Ernani Wogeinaki Júnior, do município de Três Barras, acompanhado do seu pai, sr. Ernani Wogeinaki, que por oito legislaturas foi vereador no município de Três Barras.

E não poderia deixar de saudar os estudantes que aqui estão, nesta Casa. E muitos daqui a alguns anos poderão estar aqui como deputados ou como legisladores e vão se lembrar deste momento. Então, nada é por acaso nesta vida. E essa iniciativa muito importante da Assembleia Legislativa e da Escola do Legislativo tem que ser referendada.

Então, parabéns os professores, os alunos e todos que estão participando desse belo exemplo de democracia. E como todos nós queremos melhorias e mudanças, inclusive na política, a melhor delas que podemos fazer é efetivamente participar da vida política, não apenas achando que existem erros ou reclamar. Assim, parabéns vocês que estão efetivamente participando da vida política do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo quórum qualificado para deliberarmos sobre os vetos, eles serão transferidos para a sessão de amanhã.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Há um pedido por parte da Escola do Legislativo para que possamos conceder um espaço para que a Escola possa fazer o sorteio das oito escolas de ensino médio que participarão da 16ª Edição do Programa Parlamento Jovem.

A sessão será suspensa por um período de até 15 minutos, para que seja feito o referido sorteio pela Escola do Legislativo.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço a todos que nos acompanham, aos srs. deputados, às sras. deputadas, especialmente aos nossos estudantes do Parlamento Jovem que nos acompanham nesta sessão.

Seria importante vocês acompanharem a nossa agenda de fim de semana para verem o trabalho dos deputados pelos municípios, pelas regiões e a representação que estamos fazendo.

Quero trazer presente, deputada Ana Paula Lima, o debate sobre a Celesc. Mas antes disso quero fazer uma cobrança aqui, nesta tribuna, ao governo do estado, porque o governador continua prometendo e não cumprindo essa questão da compra de aquisição da área para um assentamento provisório dos indígenas, no município de Bandeirantes, assim como em outros casos, como na questão da alimentação escolar, como no fim da terceirização. Ou seja, é um governo que está enrolando, enrolando.

O secretário da Agricultura e o governador foram a público falar, na abertura do Itaipu Rural Show, que se tivesse o documento da Funai, dos índios, eles iriam comprar a área. Foi feito esse documento, e aí disseram que precisava também de um documento da Funai, de Brasília. Foi viabilizado o documento, e não compraram. Depois, disseram que precisava de uma avaliação da Caixa, porque tinha indício de superfaturamento. Foi feito o documento da Caixa Econômica Federal, está feito o documento. E agora não sei o que é que vão encontrar para não ser fechada a questão da compra.

Então, esperamos que de fato nesta semana conclua-se a negociação. Inclusive, estivemos numa atividade, no palácio, no Centro Administrativo, com dois prefeitos, com lideranças presentes, onde foi acordado, mas infelizmente essa coisa continua sendo enrolada. É uma enrolação sem fim. E queremos uma decisão sobre isso.

Sr. presidente, depois de tanto Parlamento Jovem aqui, também quero fazer uma fala a partir do que mais uma vez vem à tona sobre a situação da Celesc. Esta empresa ocupa um papel extraordinário em nosso estado, na contribuição do desenvolvimento, fornecendo energia para a agricultura, para as empresas, para o crescimento do nosso estado. E nesse último período novamente vem com força a situação de possíveis desvios de recursos da empresa.

Os jovens que nos visitam hoje, do Parlamento Jovem, sabem que um dos papéis e uma das principais funções deste Parlamento é fiscalizar a boa aplicação do dinheiro público.

Temos aí, já comprovados inclusive pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, possíveis desvios de recursos.

Há uns dois anos veio à tona a questão Monreal. Essa empresa foi contratada por mais de R\$ 50 milhões. E possivelmente pode chegar até a R\$ 200 milhões o desvio desses recursos.

Agora, mais uma vez vem à tona um possível desvio de mais R\$ 5,9 milhões, com a justificativa das intempéries, problemas climáticos, situação de emergência, quando foram contratados serviços e obras. E agora vem à tona a situação de que possa ter comprado notas, desviado recursos que podem chegar a quase R\$ 6 milhões.

Há um bom tempo temos acompanhado o sucateamento dessa empresa, dos problemas que temos em várias regiões, do fechamento do pronto-atendimento 24 horas, em nosso estado.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputada Dirceu Dresch, e por esta e outras razões, não foi a primeira nem vai ser a última vez, a bancada do Partido dos Trabalhadores já vinha orientando o governo, denunciando inclusive com ações no Ministério Público, através desta tribuna também, das irregularidades dessa empresa que presta serviço para o povo catarinense.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores deliberou hoje, no seu almoço de bancada, srs. deputados, que iremos protocolar, e já estamos coletando assinaturas, para instalarmos nesta Casa uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar, depois de tantas denúncias, o que vem ocorrendo nessa empresa pública que presta serviços aos catarinenses. São inúmeras irregularidades, são inúmeros depoimentos de pessoas.

Esta semana o deputado Neodi Saretta vai participar de uma audiência pública no meio-oeste de Santa Catarina, devido à queda de energia nessa área, e não é diferente em outros municípios.

Eu espero coletar assinaturas dos demais integrantes deste Parlamento, porque somos guardiões do dinheiro público. Essa é a nossa função.

Era isso que queríamos falar, deputado Dirceu Dresch. V.Exa. já assinou, bem como toda a bancada do nosso partido, e estamos aguardando as demais assinaturas para que esta Casa possa fazer o seu dever de casa, que é investigar não somente denúncias que a imprensa relatou, mas outras denúncias feitas por várias pessoas, também funcionários, o sindicato, inclusive o conselho daquela instituição.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. É exatamente isto, ou seja, este Parlamento, esta Casa, não pode ficar de braços cruzados frente a tudo isso que vem sendo noticiado.

São mais de dois anos de denúncias, e precisamos agilizar esse processo. Esta Casa precisa cobrar rapidez nas apurações desse tema. Por isso, é importante que o Poder Legislativo catarinense acompanhe de perto. E para acompanhar de perto e fiscalizar, atuar nessa perspectiva da defesa do patrimônio público, da defesa da Celesc, estamos propondo a abertura de uma CPI.

Hoje, também foi encaminhada a CPI que vai discutir irregularidades na privatização dos serviços de água e esgoto. E já temos nesta Casa a CPI que está acompanhando o problema da telefonia em nosso estado. Precisamos instalar também a CPI que trata do tema da Celesc.

O recado das ruas foi mandado para os políticos brasileiros, para que cuidem do dinheiro público, do fim da corrupção. E o Parlamento catarinense não pode se mostrar surdo frente a tudo isso, ao tamanho do escândalo da maior empresa pública catarinense.

Se falta competência à Celesc para impedir os apagões de energia que afetam várias regiões do estado, o Parlamento não pode ser vítima de um apagão da moralidade. E com isso eu fecho a minha fala no dia de hoje, conclamando os demais deputados, das diversas bancadas, a nos ajudarem a fazer essa apuração. São denúncias de quase R\$ 6 milhões de notas frias, de notas falsas. Além disso, temos outras situações como os R\$ 51,7 milhões no contrato assinado com a empresa Monreal, que foi contratada para cobrar contas de inadimplentes, que já

denunciamos na tribuna deste plenário. E há quem diga que esse valor pode chegar a R\$ 200 milhões, como aponta o próprio Ministério Público estadual.

Então, este Parlamento não pode ficar de braços cruzados. Temos que fazer a nossa parte, porque o povo nos cobra ações mais enérgicas contra a corrupção no estado de Santa Catarina.

Então, era isso o que tínhamos a dizer, sr. presidente e srs. deputados. Esperamos que de fato não aconteça o que aconteceu com o Besc, que não aconteça o que já aconteceu, em outros momentos, também com a nossa Casan, em que parte das ações foram privatizadas.

Também quero, sr. presidente, dizer que o PT sempre primou por um estado forte, mas também não por um estado com um descontrole absoluto, como aconteceu na era Collor e na era FHC, onde os pedágios, que foram instalados naquela época, são muito caros e a população brasileira reage contra isso.

Então, tem que haver controle nas ferrovias e rodovias. Em qualquer serviço público tem que haver controle pesado do estado, senão a iniciativa privada faz o que bem entende, e isso pode acontecer com a Celesc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses, primeiramente, quero fazer uma saudação especial aos alunos do Parlamento Jovem, que estão aqui acompanhando esta sessão juntamente com os professores.

Gostaria de dizer que é muito importante essa participação. Eu vivenciei uma experiência importante no ano passado. Os alunos de uma das escolas que aqui estiveram, a de Rio das Antas, debateram um projeto interessante sobre a semana da reciclagem, relacionado ao lixo. Depois de conversarem comigo no meu gabinete resolvi transformar aquele projeto num projeto de lei que tramitou nesta Casa. Em todas as comissões por onde passou foi aprovado por unanimidade. Depois veio a plenário, onde foi aprovado por unanimidade. Depois foi sancionado e hoje é uma lei em Santa Catarina. E, juridicamente falando, na autoria consta como eu sendo o proponente, mas os verdadeiros autores - e isso está escrito no projeto e na justificativa - foram esses alunos do Parlamento Jovem. Inclusive, reproduzi integralmente a justificativa, citando a fonte, obviamente.

Então, esse é um dos exemplos de resultados importantes que, além da formação individual, resultou também numa ação importante para Santa Catarina.

Por isso, quero fazer uma saudação especial a todos vocês que estão aqui participando da edição deste ano.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, gostaria de tocar em dois assuntos que julgo importantes. Um deles diz respeito a uma questão que nós já debatemos nesta Casa diversas vezes. Há até um projeto de lei tramitando nesse sentido, que são as chamadas casas de apoio aos pacientes que vêm do interior do estado para tratamento na capital e que raramente conseguem encontrar um local para ter o seu apoio, para ter a sua instituição. E somos defensores de que o estado deve providenciar esses locais para acolher essas pessoas.

Então, esse já é um debate que tem sido travado aqui.

Mas o motivo maior da minha fala não é retomar esse debate que eu acho importante - e aproveito para citá-lo -, mas, sim, trazer ao conhecimento dos nobres deputados e deputadas uma solicitação que fiz, e acabou de ser deferida pelo presidente, endereçada ao governador do estado, para que se tome providências em relação ao fornecimento de energia elétrica e água de uma casa de repouso que serve aos pacientes, e que está situada junto à Maternidade Carmela Dutra.

Gostaria de dizer, srs. deputados e sra. deputada, que tive uma conversa, dias atrás, com um ilustre catarinense, e que, inclusive, acompanha esta sessão, que nos trouxe um calhamaço de talvez 200 ou 300 fotografias mostrando a situação triste em que se encontram os pacientes quando ficam esperando lá fora dar a hora da consulta. Às vezes a ambulância que os transporta de outro município chega às 5h ou 6h e a consulta é somente às 17h. Ou vice-versa, a consulta é de manhã, mas o carro sai somente à noite. E eles, via de regra, não têm onde ficar, inclusive, esperando, aguardando, um local para tomar uma água ou para fazer as suas necessidades básicas. E ali, junto ao Hospital Maternidade Carmela Dutra, deputado Taxista Voltolini, há uma casa simples, que serve de apoio, conforme o documento que recebi.

(Passa a ler.)

"Surpreendentemente, tivemos nosso fornecimento de água e luz cortado pelo Hospital e Maternidade Carmela Dutra, de onde era suprimido há mais de 20 anos. Foram concomitantemente interrompidos os serviços que espontânea e voluntariamente eram por nós disponibilizados aos pacientes que além de enfermos ainda são carentes de um local no mínimo decente, para se resguardar pelo tempo que aqui permanecerem e, assim, até levando uma boa imagem do povo catarinense."

Então, estou fazendo um apelo ao governo e à direção do Hospital Maternidade Carmela Dutra que vejam a situação dessa casa de apoio e que possam tomar as providências, permitindo energia elétrica e água para que aquele trabalho voluntário possa continuar, porque a única justificativa que teria para não ter esse trabalho é que já tivessem as casas de apoio devidamente providas pelo estado, com todas as condições, mas enquanto isso, pelo menos que se permita àqueles voluntários, pessoas abnegadas, o atendimento mínimo.

Quero apenas, para concluir esse assunto, dizer que a pessoa que esteve comigo mostrando algumas fotos se referiu assim: "Olha, podia ser seu pai, sua mãe, seu irmão, alguém que está ali esperando para ter o atendimento e que precisa, às vezes, até fazer as necessidades básicas e não tem um local".

Então, deixo este apelo dirigido ao governo do estado e ao Hospital e Maternidade Carmela Dutra. Aliás, ouvimos com frequência aqui os deputados falando, inclusive este deputado, de saúde, e agora falamos do programa Saúde+10, para aplicar mais recursos, mas às vezes vemos situações como essa que nos deixa entristecidos e apelamos então ao governo do estado para uma solução.

O segundo assunto que gostaria de abordar, para encerrar essa minha participação, é em relação à maioria das nossas rodovias catarinenses. Temos, reiteradas vezes, vindo a esta tribuna citar exemplos de rodovias e até reconhecemos que algumas estão em fase inicial de recuperação. Falamos inúmeras vezes também do trecho ligando Jaborá a Concórdia e de alguns outros que precisam de recuperação. E poderia citar que quase todas as rodovias catarinenses precisam de assistência.

Existe um trecho especial que gostaria de me referir hoje, que liga o município

de Seara a Chapecó, o trecho Concórdia/Seara/Chapecó, especialmente de Seara a Chapecó. Temos informações de que já tem um projeto de estudo de recuperação em andamento. Mas a nossa reivindicação, e já apresentamos documentos sobre isso, é no sentido de que nesses estudos sejam incluídas as terceiras faixas, pois ali é um local de grande trânsito de caminhão. Entre Chapecó e Seara temos grandes frigoríficos. Temos frigorífico em Seara, em Concórdia e em Chapecó.

Então, a necessidade ali, além da revitalização, é que sejam também incluídas as terceiras faixas, terceiras pistas, principalmente nas partes mais íngremes, nas subidas, nas curvas. E que essa revitalização seja agilizada. Há, inclusive, um clamor da comunidade regional, porque falamos disso. Também houve explicação de que há esse projeto em estudo, mas o projeto está um tanto quanto demorado, assim como o projeto do contorno viário de Concórdia, que também já se anunciou inúmeras várias vezes.

Sabemos que essas obras são importantes; então, que possam o quanto antes dar início a elas. Mas é preciso agilidade para que essas obras possam iniciar o quanto antes.

Por isso, estamos aqui mais uma vez fazendo uma manifestação sobre esse assunto e apelando ao governo do estado, ao secretário Cobalchini, que sempre tem sido atencioso quando a gente encaminha os pleitos, para que possa junto ao Deinfra e aos organismos que cuidam dessa parte agilizar a conclusão desses projetos e a revitalização desses trechos e rodovias.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Inscrito o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria aqui de tratar de três questões. A primeira delas refere-se à audiência pública que faremos na próxima quinta-feira aqui na Casa, para a criação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

Gostaria de convidar para dia 15, quinta-feira, às 14h, no plenarinho da Casa. Essa audiência é chamada através da comissão de Legislação Participativa que tem como sua presidente a deputada Angela Albino. Essa audiência está sendo convocada pela deputada e por este deputado.

Portanto, deixo aqui o registro e ao mesmo tempo o convite à nossa população para participar, haja vista que o estado de Santa Catarina ainda não tem o conselho. E o governo entendeu que seria o momento de criá-lo. Portanto, feita a solicitação, o governo do estado encaminhou a esta Casa o projeto de lei que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Lembrando que há anos, o deputado Neodi Saretta era presidente dessa Casa, por iniciativa do ex-deputado Carlito Merss foi apreciado e votado o projeto que criava o conselho. Como o governo tem vetado a lei aqui votada, o presidente na época promulgou essa lei que depois foi derrubada, através de uma Adin. E nesse momento o governo do estado entendeu de encaminhar um projeto de iniciativa do Executivo.

O segundo registro que gostaria de fazer é que no dia de hoje tivemos uma audiência, no Tribunal de Justiça, com o nosso presidente do Tribunal, desembargador Cláudio Barreto Dutra, onde tratamos, entre outros assuntos, mas de maneira essencial, a questão da criação da comarca no extremo oeste, mais propriamente dito, no município de Guaraciaba,

haja vista que a comarca de São Miguel d'Oeste tem na sua constituição municípios ao redor, que são os municípios Bandeirantes, Barra Bonita, Paraíso e Guaraciaba, perfazendo um total de 60 mil habitantes. E sabemos que existe uma demanda muito alta, muito grande.

São mais de cinco mil processos na segunda vara, mais de quatro mil na primeira vara e quase três mil na vara criminal. Assim, por outro lado, existe morosidade no andamento desses processos. Entendemos que existe o acesso à Justiça, mas, se o atendimento fosse desmembrado, teríamos uma maior agilidade e celeridade no atendimento à população.

Diante disso, prontamente o presidente do Tribunal de Justiça entendeu o pleito e solicitará ao setor de engenharia do Tribunal de Justiça uma visita ao município, para avaliar as instalações físicas em que poderá funcionar a unidade jurídica avançada em Guaraciaba, no antigo prédio do Besc.

A solicitação deste parlamentar ao prefeito municipal é no sentido de que encaminhe o pedido ao Tribunal de Justiça. Automaticamente, a partir daí, dar-se-á o encaminhamento da criação da unidade jurídica avançada naquele município.

Quero agradecer ao presidente do Tribunal de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra, pelo atendimento e encaminhamento tomado, entendendo que o pleito faz justiça, uma vez que os processos terão mais agilidade. Certamente a criação da comarca jurídica avançada em Guaraciaba irá também aliviar enormemente o atendimento na comarca de São Miguel d'Oeste.

Por fim, o meu terceiro tema a ser tratado nesta tarde refere-se ao trabalho acelerado do DNIT na BR-163, que liga São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, relativo ao início das obras da restauração e ampliação da rodovia. A empresa que ganhou a licitação e está desenvolvendo o trabalho é a empresa Sul Catarinense, que faz um trabalho a uma velocidade extraordinária, para que se possa devolver o mais rápido possível segurança à nossa população, àqueles que transitam nessa rodovia importante do estado de Santa Catarina.

Trata-se de uma reivindicação bem antiga, pois por vários momentos tem-se reivindicado a revitalização, restauração e ampliação, inclusive com uma terceira pista ao longo do trajeto. Estamos muito esperançosos com o andamento desse trabalho. Espero, oxalá, que num curto espaço de tempo que seja entregue essa obra à população catarinense. O meu reconhecimento ao João José dos Santos pela condução e seriedade que está sendo encaminhado aquele trabalho.

Solicitei, faz uns 30 dias, uma reunião para já no início das obras tratarmos da indenização dos moradores ao longo desse percurso. Aliás, pela primeira vez na história deste país, enquanto se faz o trabalho da restauração e ampliação do projeto, faz-se também o pagamento das indenizações, haja vista que em grande parte das rodovias, tanto estaduais como federais, às vezes, demorava 20 anos. E em algumas delas, as pessoas, as famílias, sequer receberam o dinheiro da indenização.

Então, tivemos essa experiência extremamente positiva na BR-282 que liga São Miguel d'Oeste ao município de Paraíso. E, com certeza, logo, logo estaremos reunidos no final deste mês ou no começo do mês que vem, tratando da questão das indenizações àqueles famílias, logo no começo dos trabalhos de restauração e ampliação daquela rodovia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, venho à tribuna anunciar uma boa nova principalmente às pessoas que moram no médio vale do Itajaí, porque acabamos de receber a notícia que estávamos aguardando, de um campus na região do médio vale do Itajaí.

Depois de uma longa luta para fazer a Furb federal, depois de tentarmos abrir o campus, como não houve êxito por parte dos dois conselhos, tanto como da Universidade Federal quanto do conselho da Furb, queremos é que tenha o ensino público, gratuito, de boa qualidade às pessoas que moram naquela região.

Hoje, recebemos a boa notícia que já foi determinado pelo conselho gestor da Universidade Federal que o campus acontecerá no município de Blumenau. Não sabemos ainda qual dos terrenos será comprado para destinar à construção desse campus, mas essa assinatura vai acontecer no próximo dia dois de setembro, data que a nossa cidade comemora o seu aniversário.

Os cursos irão começar no ano que vem, três na área da Engenharia e dois em bacharelados, porque precisamos também formar os nossos professores, totalizando assim inúmeras vagas para todas as pessoas que querem ingressar nos cursos oferecidos. São os primeiros cursos, mas certamente traremos muito mais. Ali é o nascedouro do tão sonhado projeto há muito tempo debatido por várias entidades, tanto empresariais como políticas e sindicais, com campus em várias regiões do vale.

Então, é uma boa notícia, e o público de Blumenau e das cidades vizinhas estarão muito felizes com essa conquista.

Também quero falar que comemoramos sete anos da sanção da Lei n. 11.340, feita pelo presidente Lula, conhecida por 98% da população, que é a Lei Maria da Penha que criou uma série de mecanismos para coibir a violência doméstica que, infelizmente, ainda acontece.

São muitos avanços nesses sete anos da lei, mas somente com a pactuação entre as três esferas, união, estado e municípios, é que poderemos realmente implementar a Lei Maria da Penha em todo o nosso país.

O governo federal, através da secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, vem propondo, vem construindo inúmeras políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, principalmente em relação à violência doméstica e familiar.

Essa lei nos garante uma série de equipamentos para proibir a violência contra a mulher, tais como: casa abrigo, juizado especial, centros de referência, delegacia especializada e a possibilidade de implementação de inúmeras políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, porque milhares de mulheres continuam sendo vítimas de ameaças, lesões corporais, estupro e também de muitos milhares de homicídios.

Diariamente, lemos notícias de mulheres que foram brutalmente violentadas por seus parceiros ou por seus ex-parceiros. E por que ainda acontece isso em pleno século XXI? Por que diariamente temos notícias de meninas estupradas por pessoas de seu convívio familiar? É lamentável. Mas é preciso questionar de que forma vamos conseguir romper com a omissão do estado e com o machismo enraizado em nossa sociedade há séculos, pois isso continua vitimando milhares de meninas e mulheres.

O Instituto Patrícia Galvão, junto com o Instituto Data Popular, realizaram uma pesquisa com o objetivo de captar a percepção de homens e mulheres sobre esse cenário da violência doméstica contra a mulher em nosso país, sobretudo no que diz respeito a assassinatos de mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros. Essa pesquisa é intitulada como "Percepção da Sociedade Sobre a Violência de Assassinatos de Mulheres" e entrevistou em todo o nosso país 1.500 pessoas acima de 18 anos, entre os dias 10 e 18 de maio deste ano. E traz dados muito interessantes para pensarmos, inclusive, em estratégias de prevenção à violência doméstica contra as mulheres, crime que está entre os crimes percebidos como um dos mais recorrentes em nosso país, perdendo apenas para assassinato, roubo e assalto. Esse é um dos dados da pesquisa.

A percepção da população brasileira é de que os crimes contra as mulheres têm aumentado muito nos últimos cinco anos. A população já percebe isso, já tem noção disso.

Também há um dado dessa pesquisa que diz o seguinte: 70% dos entrevistados nesses dias de maio acreditam que a mulher sofre mais violência dentro da sua casa do que nos espaços públicos. E metade da população considera que as mulheres se sentem mais inseguras dentro da sua casa. Outrossim, 80% dos entrevistados concordam que quem ama não bate. Dados desse Instituto Patrícia Galvão juntamente com outra empresa que faz a pesquisa também dizem que 9% acham que bater na parceira não deve ser crime e 9% desses entrevistados, principalmente os homens, dizem que bater na mulher não deve ser considerado crime. E, ainda, 70% acreditam que a violência contra a mulher não ocorre apenas nas famílias pobres, ocorrem também nas outras classes sociais e econômicas, e a maioria conhece a mulher agredida por seu parceiro. Conhecem, sabem, mas também não querem denunciar. Também, 54% desses 1.500 entrevistados conhecem uma mulher que já sofreu agressão do seu parceiro, e 56% deles conhecem um homem que já agrediu uma parceira. E é um dado interessante, pois metade desses entrevistados conhece também o seu agressor.

Oitenta e cinco por cento nessa pesquisa concordam que a agressão contra a mulher deverá ser denunciada à Polícia, ou seja, 85% dos entrevistados acham que a mulher agredida também deve denunciar o seu agressor à Polícia. E num outro dado sobre os assassinatos de mulheres, que é outra vertente da pesquisa, diz que vergonha e medo de serem assassinadas são percebidas como as principais razões para a mulher não se separar do agressor. Ela continua sendo agredida, ela continua sendo ameaçada, mas ela não se separa do seu agressor com medo de ser assassinada.

Sessenta e seis por cento desses entrevistados pensam que ela tem vergonha que os outros saibam que ela sofre violência, por isso não denuncia. E 58% afirmam que ela tem medo de ser assassinada e acabar com a relação.

Então, srs. deputados, sras. deputadas, público catarinense, é uma pesquisa ampla. Ela certamente vai nos direcionar para algumas medidas estratégicas, inclusive para o governo do estado de Santa Catarina. E esses dados também vão poder

nos instrumentalizar a traçarmos estratégias para combater esse tipo de violência contra a mulher, para combater os estupros e assassinatos, para a prevenção e para os agressores serem realmente detidos, serem realmente culpados.

Então, o governo do estado tem que fazer a sua parte também, providenciando mais delegacias, mais casas abrigo, mais segurança para as nossas mulheres vítimas de violência.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. Realmente nos deixa intrigados, revoltados, essa questão da violência.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, líder da bancada do PSD, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e toda a população catarinense.

Sobre a questão abordada pelo deputado Padre Pedro Baldissera também quero parabenizar o DENIT pela rapidez com que agora as obras da BR-163 estão sendo conduzidas. Realmente, há a questão ainda da desapropriação dos moradores que terão as suas propriedades atingidas, razão até de uma audiência pública na última sexta-feira.

O DENIT não esteve presente, mas o seu diretor, João José dos Santos, mandou um expediente dizendo que as obras serão realizadas momentaneamente, na faixa de domínio, e que num prazo máximo de 60 dias teremos desapropriações. O DENIT vai buscar contato com os moradores, com os proprietários e encontrar uma solução. É isso que todos nós esperamos.

Nós recebemos a visita em nosso gabinete, no dia de hoje, do vereador Carlinhos, o Carlinho mecânico, do município de Itajaí, juntamente com o Almir, chefe de gabinete. E quero registrar que a Câmara de Vereadores de Itajaí, com proposição do vereador Carlinhos, estará realizando no próximo dia 21 de agosto, às 19h, uma audiência pública para tratar da ligação viária entre os municípios de Itajaí e Navegantes.

Tivemos uma audiência da comissão de Transportes, há poucos dias. Foi um debate sobre a questão do *ferry boat*. Quem tem residência num município e trabalha em outro já tem direito à gratuidade, como motos, bicicletas, mas existe ainda problema com relação aos veículos.

Estivemos visitando a direção da empresa que faz o transporte do *ferry boat*, verificamos a boa vontade em querer prestar um bom serviço à comunidade catarinense, principalmente dos municípios de Itajaí, Navegantes, Penha e Balneário Camboriú. Foi debatido esse problema, e temos que aprimorar esse trabalho.

Foi proposto pelo vereador Carlinhos o debate, com o objetivo de discutir a construção da ponte ou túnel sobre o rio Itajaí-Açu. E pelos estudos já levantados, as verbas já estão previstas pelo governo federal. Também existem verbas previstas em orçamento; por isso, é preciso encontrar uma solução rápida. Essa obra é fundamental para toda a região, para todos os municípios envolvidos, desde Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, na ligação com Itajaí e Balneário Camboriú.

Teremos, no próximo dia 21 de agosto, às 19h, na Câmara de Vereadores de Itajaí, uma audiência pública, para buscar propostas para o encaminhamento de soluções o mais rápido possível, para a nossa região de Balneário Camboriú, Navegantes, Itajaí, enfim, para ajudar a população que precisa dessa via de acesso, em razão da economia e da força de trabalho dessa área.

Teremos uma audiência da comissão de Segurança Pública, com o vereador Thiago Morastoni e o Carlos Ely, para um debate com relação à guarda municipal. Isso vai ocorrer no dia 11 de setembro. E teremos outra audiência pública, no dia 21 de agosto, sobre a travessia do rio Itajaí-Açu. São questões importantes que devem ser debatidas e solucionadas para o nosso vale do Itajaí.

Hoje, falando também sobre a questão de Balneário Camboriú, queremos dizer que tivemos mais uma conversa com o reitor da Udesc, que nos informou que o curso de Administração Pública continua aprovado pelo Conselho da universidade. E aquele objetivo de manter os cursos de Engenharia e também de Administração Pública, inclusive expandindo os cursos... E o objetivo de todos, que é a construção do *campus* da Udesc em Balneário Camboriú, continua nos projetos da Udesc, e os recursos deverão ser viabilizados para que isso venha a ocorrer.

Então, precisamos dessas obras tão importantes para a região da foz e vale do rio Itajaí.

Por último, gostaria de registrar a iniciativa dos deputados que também têm atuação no extremo oeste catarinense. Conforme proposição, na última sexta-feira houve o lançamento da feira e a exposição em São Miguel d'Oeste. E a Assembleia Legislativa, através dos deputados da região, também está na busca de recursos para aquela região e para aqueles eventos lá programados.

Então, seria este, sr. presidente, o nosso relato no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, gostaria de dar os parabéns, mesmo que atrasado, a todos os pais, já que domingo foi o nosso dia. Quando é o Dia das Mães, todos falam a respeito, mas quando é o Dia dos Pais ninguém fala. Então, parabéns a todos os pais, mesmo não sendo lembrados.

Portanto, a nossa referência aos pais que tiveram a oportunidade de, com os seus filhos, comemorar o Dia dos Pais no último domingo.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia 21 de agosto do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala zero um de reuniões das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Moacir Sopelsa - Presidente, Arnaldo Moraes; Mauro de Nadal, José Nei Alberton Ascari, Narcizo Parisotto, Adiloor Guglielmi e Dirceu Dresch, os trabalhos foram abertos pelo Deputado Moacir Sopelsa que cumprimentou a todos os presentes, seguindo fez leitura do parecer favorável do relator Deputado Dirceu Dresch ao projeto de Lei nº 00239.0/2013 de autoria do Deputado Darci de Matos, que Institui o Dia Estadual do Zootecnista no Estado de Santa Catarina. Foi aprovada por unanimidade; leitura do Ofício 0364.0/2013, que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Rural de Lages, referente ao exercício de 2012. Foi aprovado por unanimidade. Distribuiu ao Deputado Arnaldo Moraes o Ofício 0526.0/1013 que encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Cooperativa Santo Antônio dos Anjos dos Criadores nos Campos Públicos de Laguna (COOPERSANTO), referente ao exercício de 2012. Seguindo fez leitura do requerimento da Deputada Ana Paula Lima, solicitando Audiência Pública para debater problemas enfrentados pelos avicultores da região Sul. Foi aprovada por unanimidade com data e local há ser definido pela associação dos avicultores da região Sul do Estado. Seguindo foi aprovado por unanimidade o Requerimento do Deputado Dirceu Dresch, solicitando uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia para debater os problemas enfrentados na construção da Usina Hidrelétrica Garibaldi, a ser realizada no dia onze de setembro às nove horas na Assembleia Legislativa. Fez leituras das moções recebidas na Comissão para conhecimento dos Senhores Deputados. Moção de apelo do presidente da câmara municipal de Xanxerê vereador Fernando Callfass, solicitando apoio para que seja garantida a manutenção dos direitos previdenciários dos trabalhadores do campo e da cidade de modo especial a aposentadoria por idade para homens aos 60 e mulheres aos 55 anos de idade. Requerendo assim ampliação do salário maternidade para seis meses, atendendo um antigo desejo de todas as trabalhadoras. Moção de apelo do presidente da Câmara Municipal de Xanxerê vereador Fernando Callfass solicitando apoio ao projeto de lei nº 0018. 0/2013 de autoria da Deputada Luciane Carminatti, o qual altera a alínea "b" do inciso III do art. 19 da lei nº 10.297 de 26 de dezembro de 1996, ampliando a abrangência da alíquota do ICMS, no que tange a energia elétrica de produtor rural de cooperativas rurais redistribuidoras de 500 kW para 1000 kW mensais por produtor rural. Moção de repúdio do presidente da Câmara municipal de Catanduvas vereador. Odair José Gabrielli, bem como do presidente da câmara municipal de Rio das Antas, Vereador Luiz Antonio Cattani, as resoluções nºs 429/2012 e 434/2013 do CONTRAN, que desde o dia 1º de junho determinava que todos os tratores e máquinas agrícolas que circulam por vias públicas sejam emplacadas e licenciadas, no entanto em virtude da pressão exercida pelas casas legislativas, sindicatos de agricultores e outras entidades, foi alterado o texto de obrigatório a facultativo e somente para máquinas novas, mesmo de forma facultativa vão onerar ainda mais o agricultor, razão pela qual solicitam revogação das mesmas. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, chefe de secretária lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo presidente. Florianópolis, vinte e um de agosto de dois mil e treze.

Deputado Moacir Sopelsa

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 16 DE JULHO DE 2013, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às quinze horas, do dia dezesseis do mês de julho do ano de dois mil e treze, reuniram-se, sob a Presidência da Deputada Luciane Carminatti, os Deputados: Gilmar Knaesel, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, Jorge Teixeira, José Milton Scheffer e Antonio Aguiar (justificou). A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão, de 02/07/2013, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento colocou em votação os Requerimentos de sua autoria, solicitando **Curso de Capacitação de Comunicadores de Rádios Comunitários**, em 03 etapas regionais, nos municípios de Chapecó, Curitiba e Florianópolis. Requerimento solicitando **seis (06) Seminários**

de Formação Política para Mulheres, com intuito de democratizar e construir mais justiça no tratamento igualitário entre homens e mulheres nos espaços da Sociedade, os Seminários serão realizados nos municípios de Criciúma, Chapecó, Curitiba, Florianópolis, Mafra e São Miguel do Oeste, de Setembro a Dezembro de 2013. Requerimento solicitando Audiência Pública para debater "As Limitações Discriminatórias Impostas pela Lei 587/2013, no Ingresso das Instituições nas Carreiras Militares de Santa Catarina". Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 21 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE IMPRENSA.

Às quinze horas, do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e treze, reuniram-se, sob a Presidência da Deputada Luciane Carminatti, os Deputados: Gilmar Knaesel, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, Jorge Teixeira, Arnaldo Manfroi Moraes e Antonio Aguiar. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão, de 21/08/2013, que foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento colocou em votação os Requerimentos de sua autoria, solicitando **Audiência Pública** que vai debater sobre "O Desaparecimento de Paulo Stuart Wright". Solicitando **Audiências Públicas** nos municípios de Lages, Mafra, Criciúma, Balneário Camboriú e Chapecó, para tratar das **Violências Contra Mulher**. Requerimento solicitando **Audiência Pública** para promover o debate sobre o "Funcionamento da Casa Vítima de Violência de Rio do Sul", no município de Rio do Sul. Requerimento a Deputada Luciane Carminatti solicitando a **Audiência Pública** sobre "O Sistema Nacional de Enfrentamento a Violência Contra LGBT e Promoção dos Direitos - Sistema Nacional LGBT", no Plenário Deputado Paulo Stuart Wright. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, João F. F. Vieira, Chefe de Secretaria em exercício, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Deputada Luciane Carminatti

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às treze horas e trinta minutos, do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, reuniram-se sob a Presidência do Deputado José Nei Alberton Ascari, os Deputados: Antonio Aguiar, Dirce Heiderscheidt e Taxista Voltolini. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Comissão submeteu à votação os pareceres de aprovação dados aos ofícios de prestação de contas, para manutenção do título de utilidade pública das seguintes instituições: Of./0223.0/2012 da APAE de Pouso Redondo; Of./0401.0/2012 da APAE de Xanxerê; Of./0576.0/2012 da APAE de Itapema; Of./0645.6/2012 da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência (COEPAD), de Florianópolis; Of./0654.7/2012 da Orianópolis Catarinense, de Florianópolis; Of./0049.3/2013 da APAE de Meleiro; Of./0053.0/2013 da APAE de Curitiba; Of./0066.4/2013 da APAE de São Miguel do Oeste; Of./0097.0/2013 da APAE de Guarimirim; Of./0098.1/2013 da APAE de Descanso; Of./0099.2/2013 da APAE de Nova Veneza; Of./0140.8/2013 da APAE de Jaraguá do Sul; Of./0185.0/2013 da APAE de Praia Grande; Of./0205.8/2013 da APAE de Imaruí; Of./0211.6/2013 da APAE de Campo Alegre; Of./0218.2/2013 da Associação Mafrense dos Deficientes Visuais (AMADEV), de Mafra; Of./0235.3/2013 da APAE de Nova Trento; Of./0239.7/2013 da Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador; Of./0255.7/2013 da APAE de Concórdia; Of./0274.0/2013 da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB), de São José; Of./0283.0/2013 da APAE de Içara; Of./0315.2/2013 da APAE de Cocal do Sul; Of./0317.4/2013 da APAE de Galvão; Of./0331.2/2013 da APAE de Ipira; Of./0332.3/2013 da APAE de Morro da Fumaça; Of./0337.8/2013 da APAE de Faxinal dos Guedes; Of./0338.9/2013 da APAE de São Ludgero; Of./0345.8/2013 da Federação Estadual das APAES de Santa Catarina (FEAPAES-SC), de Florianópolis; Of./0353.8/2013 da APAE de Seara; Of./0358.2/2013 da APAE de São José do Cerrito; Of./0360.7/2013 da APAE de Forquilha; Of./0368.4/2013 da AMA do Litoral de Santa Catarina, de Balneário Camboriú; Of./0371.0/2013 da APAE de Salto Veloso; Of./0376.4/2013 da

APAE de Araranguá; Of./0382.2/2013 da APAE de Xaxim; Of./0394.6/2013 da APAE de Monte Castelo; Of./0395.7/2013 da APAE de Laguna; Of./0398.0/2013 da APAE de Cunha Porã; Of./0403.1/2013 da Associação dos Atletas Especiais de Brusque (AAEB); Of./0404.2/2013 da APAE de Criciúma; Of./0405.3/2013 da APAE de Videira; Of./0412.2/2013 da APAE de Indaial; Of./0413.3/2013 da APAE de Celso Ramos; Of./0435.9/2013 da APAE de Sombrio; Of./0442.8/2013 da APAE de Siderópolis; Of./0455.2/2013 da APAE de Maravilha; Of./0459.6/2013 da APAE de Caçador; Of./0463.2/2013 da APAE de Iraceminha; Of./0476.7/2013 da Sociedade da Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal de Joinville (PROFIS); Of./0479.0/2013 da APAE de Maracajá; Of./0555.5/2013 da APAE de São João do Oeste; Of./0557.7/2013 da Associação Camponovense de Apoio a Deficientes Auditivos e Visuais, de Campos Novos; Of./0561.3/2013 da APAE de Guaraciaba; Of./0566.8/2013 da APAE de Guabiruba; Of./0574.8/2013 da APAE de Navegantes; Of./0582.8/2013 da APAE de Santo Amaro da Imperatriz. Os pareceres foram aprovados por unanimidade. Da mesma forma, foram aprovados por unanimidade os pareceres que requereram diligência aos órgãos de prestação de contas das seguintes instituições: Of./0229.5/2013 da APAE de Rio Fortuna; Of./0230.9/2013 da APAE de São Joaquim; Of./0231.0/2013 da APAE de Rio do Campo; Of./0363.0/2013 da APAE de Urussanga; Of./0378.6/2013 da APAE de Saleté; Of./0396.8/2013 da APAE de Ipuacu; Of./0426.8/2013 da APAE de Itá; Of./0428.0/2013 da APAE de Itapiranga; Of./0430.4/2013 da APAE de Tijucas; Of./0469.8/2013 da APAE de Campo Belo do Sul; Of./0560.2/2013 do Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick, de Chapecô. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião, da qual eu, Larissa Garcia Martins, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões em vinte e um de agosto de dois mil e treze.

José Nei Alberton Ascari
Presidente

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*** X X X ***

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quatro de setembro de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado **Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Maurício Eskudlark, Neodi Saretta, Renato Hinnig e Valmir Comin. O Deputado Antônio Aguiar, foi substituído pela Deputada Dirce Heiderscheidt, conforme ofício nº 043/2013. A Deputada Angela Albino foi substituída pelo Deputado Dirceu Dresch, conforme ofício 403/2013. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 18ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente anunciou a presença do Secretário de Estado da Fazenda, Antônio Gavazoni acompanhado de seus assessores que participaram da Audiência Pública que teve como pauta, a demonstração das receitas e despesas do orçamento do Estado, referentes ao terceiro quadrimestre de dois mil e doze e primeiro quadrimestre de dois e treze, conforme preceitua o art. 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seguida o Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Neodi Saretta** relatou o PL./0314.5/2013, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Serra Alta (Rodovia SC - 469 - regularização de faixa de domínio), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel**, relatou o PL./0297.0/2013, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo de Desenvolvimento Social e Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião ordinária e deu início à Audiência Pública, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia.

Sala das Comissões, quatro de setembro de dois mil e treze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia treze de agosto do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Marcos Vieira, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Nona Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Marcos Vieira, Silvio Dreveck, Dirceu Dresch, Aldo Schneider e Ciro Roza. A Deputada Angela Albino, apresentou justificativa da sua ausência. Passou à discussão e votação dos Projetos de

leis nºs: PL./0016.9/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; PL./0132.1/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; PL./0134.3/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; PL./0136.5/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; PL./0137.6/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; PL./0181.0/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; PL./0191.1/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; PL./0192.2/2013, Relator Deputado Ciro Roza; PL./0195.5/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; PL./0201.8/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; PL./0203.0/2013, Relator Deputado Ciro Roza; PL./0204.0/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; PL./0218.6/2013, Relator Deputado Ciro Roza; PL./0221.1/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; PL./0223.3/2013, Relator Deputado Aldo Schneider. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade e os Ofícios nºs: Of./0450.8/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0060.9/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0065.3/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0099.2/2012, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0176.9/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0179.1/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0187.1/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; Of./0208.0/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; Of./0217.1/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0221.8/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0234.2/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; Of./0244.4/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; Of./0251.3/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch; Of./0259.0/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0261.5/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0263.7/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0265.9/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0282.0/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0303.9/2013, Relator Deputado Ciro Roza, Of./0310.8/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0311.9/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0313.0/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0316.3/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0323.2/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0342.5/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0346.9/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0348.0/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0350.5/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0354.9/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0372.0/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0383.3/2013, Relator Deputado Silvio Dreveck; Of./0385.5/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0389.9/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0450.8/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0457.4/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0515.9/2013, Relator Deputado Dirceu Dresch. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. O Senhor Presidente leu ainda o Ofício nº 367/2013 da Deputada Angela Albino, com justificativa de sua ausência devido ao atraso da reunião; e leu o requerimento, de sua autoria, solicitando Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação Cultura e Desporto, a ser realizada no dia dez de setembro de dois mil e treze, às 14 horas no Plenarinho desta Casa, para tratar do Campus da UDESC em Palmitos, que também foi aprovado por unanimidade. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima reunião ordinária da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, treze de agosto de dois e treze.

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Marcos Vieira, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Décima Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Marcos Vieira, Silvio Dreveck, Angela Albino, Aldo Schneider, Renato Hinnig e Ciro Roza. O Presidente leu o Ofício/0164/2013, contendo justificativa de ausência do Deputado Dirceu Dresch, que tinha agenda na Região Serrana. Passou à discussão e votação dos Projetos de Lei nºs: PL./0100.4/2013, Relatora Deputada Angela Albino. Parecer pela diligência; PL./0101.5/2013, Relatora Deputada Angela Albino. Parecer pela diligência; PL./0108.1/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; PL./0133.2/2013, Relatora Deputada Angela Albino; PL./0155.8/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; PL./0173.0/2012, com emenda Substitutiva Global, Relator Deputado Marcos Vieira; PL./0176.2/2013, Relator Mauro de Nadal; PL./0220.0/2013, Relatora Deputada Angela Albino; PL./0256.1/2013, Relatora Deputada Angela Albino; PL./0275.4/2013, Relator Deputado Ciro Roza; PL./0285.6/2013, Relator Deputado Ciro Roza; PL./0292.5/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; PL./0369.9/2012, Relator Deputado Marcos Vieira; PL./0392.8/2012, Relator Deputado Aldo Schneider, com emendas - aditiva e modificativa, recebeu pedido de vistas, em gabinete, dos Deputados

Renato Hinnig e Deputada Angela Albino; PL./0394.0/2012, Relator Deputado Mauro de Nadal; PL./0470.5/2011, com emenda substitutiva global. Relatora Deputada Angela Albino. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade e os Ofícios nºs: Of./0025.6/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0042.7/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0090.4/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0112.4/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0177.0/2013, Relator Deputado Marcos Vieira. Parecer pela diligência; Of./0249.9/2013, Relatora Deputada Angela Albino, Of./0250.2/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0264.8/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0268.1/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0269.2/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0286.3/2013, Relatora Deputada Angela Albino, Of./0295.4/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0301.7/2013, Relator Deputado Marcos Vieira. Parecer pela diligência; Of./0305.0/2013, Relator Deputado Marcos Vieira. Parecer pela diligência; Of./0307.2/2013, Relator Deputado Marcos Vieira. Parecer pela diligência; Of./0321.0/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0330.1/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0352.7/2013, Relator Deputado Marcos Vieira. Parecer pela diligência; Of./0357.1/2013, Relator Deputado Sílvio Dreveck; Of./0367.3/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0369.5/2012, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0377.5/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0390.2/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0397.9/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0399.0/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0400.9/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0409.7/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0414.4/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0416.6/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0431.5/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0432.6/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0437.0/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0440.6/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0447.2/2013, Relatora Angela Albino; Of./0475.6/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0498.2/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0500.1/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0504.5/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0507.8/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0508.9/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0509.0/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0510.3/2013, Relatora Deputada Angela Albino; Of./0514.7/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0516.9/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0519.1/2013, Relator Deputado Marcos Vieira; Of./0522.7/2013, Relator Deputada Angela Albino; Of./0528.2/2013, Relator Deputado Mauro de Nadal; Of./0535.1/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0554.4/2013, Relator Deputado Aldo Schneider; Of./0559.9/2013, Relator Deputado Ciro Roza; Of./0631.0/2013, Relator Deputado Aldo Schneider. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima reunião ordinária da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, vinte e sete de agosto de dois e treze.

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO - REPUBLICAÇÃO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2050/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 022/2013, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTILHAS REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO ARTISTA PLÁSTICO WILLY ZUMBICK.

ITEM ÚNICO -

Vencedora: COAN INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Valor do Último Lance: R\$ 7.050,00

Florianópolis, 13 de setembro de 2013

EVANDRO CARLOS DOS SANTOS

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 196/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 058/2013-00, celebrado em 10/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Aki Distribuidora de Livros Eirelli Epp.

OBJETO: Aquisição livros para compor o acervo da Biblioteca.

VALOR: R\$ 330,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização para o Processo Licitatório nº 033 de 14/5/2013, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Edital de Pregão Presencial nº 020 de 22/08/2013.

Florianópolis, 13 de setembro de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Ana Carolina Farias- Sócia Administradora

*** X X X ***

EXTRATO Nº 197/2013

REFERENTE: Contrato CL nº 062/2013-00, celebrado em 11/09/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Positivo Informática S.A

OBJETO: Aquisição de 250 microcomputadores desktop e 45 notebook (equipamentos de informática) para atender as necessidades da ALESC.

VALOR GLOBAL: R\$ 671.650,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Decreto Federal nº 7.892/2013; Edital de Pregão Presencial nº 14 de 11/07/2013; Ata de Registro de Preços nº 008/2013.

Florianópolis, 13 de setembro de 2013.
Deputado Joares Ponticelli - Presidente ALESC
Gerson Luiz Appel- Representante Legal

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1008

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei nº 106/2011, que "Determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina", por ser inconstitucional e contrário ao interesse público.

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto ao projeto de lei, conforme as seguintes razões:

"As disposições do autógrafo do projeto de lei nº 106/2011 são manifestamente inconstitucionais por contrariarem os preceitos do art. 24 da Constituição Federal e dos arts. 32 e 71, inciso IV, da Constituição Estadual, por tratarem de matéria que tem sua execução disciplinada pela Lei federal nº 11.947/2009, além do que, se houvesse a necessidade de editar normas complementares pelo Estado, tal competência seria privativa do Chefe do Poder Executivo".

Ouvida, a Secretaria de Estado da Fazenda manifestou-se pelo veto ao projeto de lei, conforme as seguintes razões:

"Uma vez que o autógrafo do PL nº 106/2011 implica na criação de ônus financeiro para o Erário e que não apresenta a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, previsto no inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, tampouco a origem dos recursos para o seu custeio, conforme previsão contida no § 1º do art. 17 da mesma Lei, recomendamos o veto ao referido autógrafo por apresentar aspectos de contrariedade ao interesse público."

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 11 de setembro de 2013.

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 12/09/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONSULTORIA JURÍDICA

Processo: (Ofício nº 2611/13/SCC-DIAL-GEMAT).

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil - DIAL.

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 106/2011 que dispõe sobre a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina. Análise de contrariedade ao interesse público. Legalidade.

Senhor Consultor,

A Secretaria de Estado da Casa Civil encaminha cópia de Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, o qual, segundo consta de sua ementa, "Determina a inclusão da carne

de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina", para que esta Secretaria de Estado da Fazenda examine e apresente parecer a respeito da matéria, tendo como intuito a verificação da existência ou no de contrariedade ao interesse público em relação ao procedimento intencionado.

A mencionada proposta, pelo que se verifica, tem o intuito de aumentar os nutrientes que compõe a alimentação escolar, em benefício do desenvolvimento dos estudantes.

É o sucinto relatório.

Apesar dos seus aspectos positivos, uma vez que almeja a adoção de uma alimentação saudável para os estudantes catarinenses, a proposta tende a aumentar as despesas públicas.

Neste contexto, no âmbito de competência desta Secretaria, considerando que o Autógrafo implica na criação, para o Erário, de um ônus financeiro, entendemos que o mesmo não está em sintonia com os artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), segundo os quais:

"Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público **a geração de despesa ou assunção de obrigação** que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. **A criação, expansão ou aperfeiçoamento** de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - **declaração do ordenador da despesa** de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, **de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;**

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput sera acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

[...]

Art. 17. Considera-se **obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.**

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput **deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.**

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais** previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, **as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar."**

[...] (grifos nossos).

Desse modo, é possível afirmar que a proposta deixou de apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto no inciso I, art. 16 da LC 101/2000, bem como a origem dos recursos para seu custeio conforme previsão contida no art. 17, § 1º da LC 101/2000, de tal sorte que o Autógrafo apresenta aspectos de contrariedade ao interesse público.

Diante do exposto, recomendamos que seja sugerido o veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº. 106/2011.

Patrick Santos Borges
Assistente Jurídico

Parecer nº 0197/13 - PGE

Processo nº.SCC 4825/2013

Origem: Secretaria da Casa Civil

EMENTA: Autógrafo de projeto de lei. Determina a inclusão de carne de peixe na alimentação escolar. Interferência do Poder Legislativo nas matérias afetas ao Poder Executivo. Matéria regulada por normas gerais editadas pela União - Lei Federal nº 11.947/2009. Violação de preceitos constitucionais. Recomendação de veto.

Senhor Procurador-Geral,

Atendendo à solicitação contida no Ofício nº 2610/13/SCC-DIAL-GEMAT, de 23 de agosto do corrente ano, a Secretaria de Estado de Casa Civil, por intermédio da Diretoria de Assuntos Legislativos, requer a manifestação desta Procuradoria sobre a matéria tratada no autógrafo do projeto de lei de iniciativa parlamentar - PL 106/2011, que **"Determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina"**.

O projeto aprovado pela Assembleia Legislativa foi remetido para exame e parecer da Procuradoria Geral do Estado, a fim de orientar a decisão do Senhor Governador do Estado, tendo em vista o que estabelece o art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "verbis":

"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.

§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto".

O Autógrafo do PL nº 106/2011 determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar oferecida pelas unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Trata-se de matéria disciplinada pela Lei Federal nº 11.947/2009, que estabelece as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, ao qual o Estado de Santa Catarina está vinculado, conforme o seguinte dispositivo:

"Art. 17. Competem aos Estados, Federal e aos Municípios, no âmbito de suas jurisdições administrativas, as seguintes conforme disposto no § 1º do art. 211 da Constituição Federal:

I - garantir que a oferta da alimentação escolar se dê em conformidade com as necessidades nutricionais dos alunos, durante o período letivo, **observando as diretrizes estabelecidas nesta Lei**, bem como o disposto no inciso VII do art. 208 da Constituição Federal;

.....".

Inicialmente, vale ressaltar que a carne de peixe já faz parte do cardápio da merenda escolar, por ser considerada genero alimentício básico, que garante uma alimentação saudável e adequada, conforme consta da Informação nº 012/2009, da Secretaria de Estado da Educação (fls. 10), encaminhada à ALESC, o que significa dizer que a matéria tratada no Autógrafo de Projeto de Lei é inócua, pois não trará qualquer inovação em termos de preparo da merenda escolar.

Ainda assim, o legislador estadual não tem ampla liberdade para definir qual o alimento que deve fazer parte da merenda escolar, levando-se em consideração que a definição do cardápio esta subordinado a critério exclusivamente técnico sob a responsabilidade de profissional nutricionista, que levará em conta as **"referências nutricionais", "hábitos alimentares" e a "cultura e a tradição alimentar da localidade"**, segundo a definição consignada na Lei Federal nº 11.947/2009, que dispõe:

"Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei alimentícios básicos são aqueles indispensáveis a promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei".

Portanto, já existe um regramento legal que estabelece os critérios para a elaboração do cardápio da alimentação escolar, bem como define qual o profissional competente para tal.

Embora seja do conhecimento de todos que a carne de peixe é um alimento saudável, não se admite que o legislador estadual interfira na escolha dos alimentos da merenda escolar, sob pena de afastar ou modificar a eficácia da Lei Federal nº 11.947/2009.

Nesse ponto, o Autógrafo do Projeto de Lei nº 106/2011 não poderá contrapor ou mesmo regular preceitos já estabelecidos em normas gerais editadas pela União com o objetivo de regulamentar as disposições do art. 208, inciso VII, da Constituição Federal.

A competência concorrente para legislar sobre educação não confere ao Estado o encargo de restringir ou ampliar o regramento contido em norma editada pela União, sob pena de se incorrer em afronta ao art. 24 e seus parágrafos da Constituição Federal.

Ademais, a elaboração de cardápio da alimentação escolar é matéria situada no plano pois a Administração Pública tem ampla liberdade para implementar um padrão alimentar adequado em conformidade com a Lei Federal nº 11.947/2009, cabendo esse encargo ao nutricionista.

A função do Nutricionista está inserida no âmbito da competência do Órgão ao qual está subordinado, segundo a lúcida definição de Hely Lopes Meirelles, para o qual os órgãos públicos "São centros de competência instituídos para desempenho de funções estatais, **através de seus agentes**, cuja atuação é imputada a pessoa jurídica a que pertencem" (In Direito Administrativo Brasileiro, Ed. Malheiros, 36ª edição, São Paulo, ano 2010, pág. 68).

Nesse aspecto, a atuação do agente público profissional em nutrição não se dá de forma autônoma, eis que a execução de tal política pública conta com a orientação e controle dos órgãos do Poder Executivo, cuja organização e funcionamento cabe exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 71, inciso IV, alínea "a", da Constituição Estadual:

"Art. 71. São atribuições privativas do Governador do Estado:
IV - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e

.....".

Então, a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização e funcionamento dos órgãos do Poder Executivo, incluindo nesse contexto a forma de execução da política de alimentação escolar, não pode ser substituída por uma deliberação da Assembleia Legislativa, por representar uma invasão nas competências do Governador do Estado.

Em conclusão, não obstante os louváveis propósitos do autor do Projeto de Lei, tal medida legislativa cuida de matéria afeta ao Poder Executivo na tarefa de executar as atividades relativas ao preparo da alimentação escolar, ofendendo o princípio da independência e harmonia dos Poderes do Estado, inscrito no art. 2º, da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32, da Carta Estadual, nos seguintes termos:

"Art. 32 - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário".

É importante registrar que o poder de veto não está sujeito ao exclusivo critério discricionário ou ao juízo político do Governador do Estado, cabendo a este apenas a constatação fática de que alguma disposição legal não está em conformidade com os preceitos constitucionais ou se revela contrária ao interesse público.

O poder de veto atribuído ao Governador do Estado faz com que seja especialmente necessário o seu regular exercício de pleno controle da constitucionalidade das leis, a fim de, como lembra Kelsen, evitar "*atentado à fronteira politicamente tão importante entre a esfera do governo e a esfera do parlamento*".

Em síntese, a verificação da constitucionalidade das leis é procedimento de observância obrigatória, que não se submete à discricionariedade ou ao juízo político do Governador do Estado, devendo prevalecer o princípio da supremacia das normas constitucionais sobre as demais.

Isto posto, a medida contida no Autógrafo do Projeto de Lei nº 106/2011 viola o disposto no art. 24 e seus parágrafos, da Constituição Federal, e ainda os arts. 32 e 71, inc. IV, da Constituição Estadual, razão pela qual recomendamos a aposição de veto integral às suas disposições.

Este é o parecer que submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis 30 de agosto de 2013.

Silvio Varela Junior

Procurador Administrativo

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo nº: SCC 4825/2013

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil

Ementa: Autógrafo de projeto de lei. Determina a inclusão de carne de peixe na alimentação escolar Interferência do Poder Legislativo nas matérias afetas ao Poder Executivo. Matéria regulada por normas gerais editadas pela União - Lei Federal nº 11.947/2009. Violação de preceitos constitucionais. Recomendação de veto.

Senhor Procurador Geral do Estado,

De acordo com o Parecer do Procurador do Estado Silvio Varela Junior as fls. 39 a 43.

À vossa consideração.

Florianópolis, 03 de setembro de 2013.

Loreno Weissheimer

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

SCC 4825/2013

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 106/2011. Determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina. Recomendação de veto.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil.

DESPACHO

01. Acolho o Parecer n. 197/13 (fls. 39/43), da lavra do Procurador Administrativo Dr. Silvio Varela Junior, referendado à fl. 44 pelo Dr. Loreno Weissheimer, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica.

02. Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Florianópolis, 05 de setembro de 2013.

JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 106/2011

Determina a inclusão da carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica inclusa a carne de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O produto a que se refere o *caput* deste artigo é exclusivo para pescados industrializados.

Art. 2º O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado JOARES PONTICELLI - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário

Deputado Manoel Mota - 3º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 667/13

Joinville, 05 de setembro de 2013.

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto **Ajorpeme - Ética e Desenvolvimento Social**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Roni Goulart Nunes

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 11/09/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2201, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CAMILA COSTA KOERICH, matrícula nº 5872, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PMDB - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2202, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALDO TOMAZ KARVAT, matrícula nº 5968, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2013 (Gab Dep Antônio Aguiar - Campo Alegre).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2203, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 10 de setembro de 2013; **tomando sem efeito** a Portaria nº 2194, de 10 de setembro de 2013.

Gab. Dep. Ciro Marcial Roza

Matrícula	Nome	Cidade
3467	ADALBERTO HOEPFNER	JOINVILLE
7262	ADRIANA CUNHA MACHADO	JARAGUÁ DO SUL
7450	ALEXANDRA SANTOS DA SILVA	BLUMENAU
7263	CARLOS SOUZA FERNANDES	BALNEÁRIO CAMBORIÚ
2689	CLAUDIOELI DA SILVA	JOINVILLE
6148	DELCEY NORBERTO BATISTA	BLUMENAU
6727	DIOGENES LUIZ JOSE	CRICIÚMA
7148	ELIZABETE RODRIGUES FERREIRA GRAMAGOL	BLUMENAU
6958	ILTON DONATO DE ALMEIDA	ITAJAÍ
6619	IVAN PINTO	IBIRAMA
6799	JAIR ANTONIO DA SILVA	BLUMENAU
6665	LILIAN DE OLIVEIRA DOS SANTOS BITENCOURT	JAGUARUNA
6725	PATRICIA CUNHA DOS SANTOS	BLUMENAU
6667	RONALDO APARICIO ALANO	SANGÃO
7071	RONALDO MOREIRA DA SILVA	BLUMENAU
7082	SEBASTIÃO DAS GRAÇAS WOLFF	LAGES
6620	SIDINARA FOSCHIERA	CHAPECÓ
6792	TANIA REGINA ROSA RIBEIRO	SÃO FRANCISCO DO SUL

Republicada por Incorreção

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2204, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa/Biométrico**, a contar de 13 de agosto de 2013.

Gab Dep Gelson Merisio

Matrícula	Nome	Cidade
7442	HARRI WALTER HUBNER	CHAPECÓ

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2205, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CESAR LAUS SIMAS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-61, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 4ª Secretária).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2206, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IVONETE DA SILVA LOPES para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-61, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2207, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GIOVANI ROZA**, matrícula nº 3288, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2208, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GIOVANI ROZA, matrícula nº 3288, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2209, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **TICIANA TONIOLO TIEPPO**, matrícula nº 5627, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-77, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2210, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR TICIANA TONIOLO TIEPPO, matrícula nº 5627, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2211, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VINICIUS VEIGA GARCIA HAMAGUSHI**, matrícula nº 3415, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-93, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2212, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VINICIUS VEIGA GARCIA HAMAGUSHI, matrícula nº 3415, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-81, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2013 (Gab Dep Nilson Gonçalves).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2213, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOAO FULVIO FURTADO VIEIRA**, matrícula nº 2157, na DL - CC - Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, a contar de 11 de setembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2214, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449, na DL - CC - Comissão de Constituição e Justiça, a contar de 11 de setembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2215, de 12 de setembro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Jean Kuhlmann **VINICIUS DA CUNHA WOLFF**, servidor da Prefeitura Municipal de Blumenau, matrícula nº 14565-3 colocado à disposição na Assembleia Legislativa, exercendo **Atividade Parlamentar Externa/Biométrico - Blumenau**, no período de 12 de setembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 0002.5/13

Aprova nome para a composição da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN)

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Julcemar Alcir Coelho para ocupar o cargo de Diretor de Relações Institucionais na Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,
Deputado Renato Hinnig
Deputado Reno Caramori
Deputado Serafim Venzon
Deputada Heiderscheidt
Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO LEI Nº 370.2/13

Dispõe sobre a implantação de espaços de retenção para bicicletas e motocicletas e dá outras providências

Art. 1º Nos municípios com população acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes é obrigatória a implantação de espaço de retenção para bicicletas e motocicletas, em todas as aproximações de interseções semaforizadas, junto à faixa de travessia de pedestres e em locais onde houver necessidade por questões de segurança.

Parágrafo único. O espaço de retenção será delimitado entre a faixa de pedestre e a linha de retenção e terá distância mínima de 2,5 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,
Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 11/09/13

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo a criação de espaços de retenção exclusivos para bicicletas e motocicletas, em todas as aproximações de interseções semaforizadas, junto a faixa de travessia de pedestres e em locais onde, por questões de segurança, houver necessidade. O objetivo do projeto de lei é coibir a permanência de motocicletas e bicicletas entre automóveis, evitando, assim, o grande número de acidentes que se verifica em consequência desse comportamento.

È de conhecimento público que os acidentes envolvendo motocicletas e bicicletas tem aumentado consideravelmente e a criação dos espaços de retenção certamente proporcionará maior segurança para motociclistas e ciclistas, exigindo destes maior respeito à faixa de pedestres e permitindo, aos pedestres e demais motoristas, melhor visibilidade destes tipos de veículos.

Desse modo, peço o apoio de meus Pares para a aprovação da matéria.

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 371.3/13

Institui a Política Estadual de Preservação do Patrimônio Escolar em Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Preservação do Patrimônio Escolar em Santa Catarina.

Art. 2º A Política de que trata esta Lei tem os seguintes objetivos:

I - preservar e conservar o patrimônio escolar material e imaterial;

II - fomentar a cultura de guarda e valorização do patrimônio escolar junto às comunidades; e

III - proteger o "saber fazer" e os documentos textuais e iconográficos de valor permanente, bem como móveis e imóveis que remontem à educação escolar.

Parágrafo único. Entende-se por "saber fazer":

I - os modos de criar, fazer e viver o cotidiano escolar;

II - as formas de expressão; e

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

Art. 3º A Política Estadual de Preservação do Patrimônio Escolar em Santa Catarina, voltada para a conservação de todo patrimônio material e imaterial das escolas, tem como diretrizes:

I - o incentivo à preservação da memória escolar;

II - o incentivo às pesquisas e aos registros sobre a história da educação catarinense;

III - o incentivo de ações educativas de valorização do patrimônio escolar, envolvendo gestores escolares, professores, alunos e pais;

IV - a capacitação dos profissionais responsáveis pela manutenção do patrimônio escolar material e imaterial;

V - a garantia ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública, de forma ágil e segura, do acesso aos acervos e às informações neles contidas;

VI - a divulgação e conscientização sobre a importância da recuperação e proteção do patrimônio escolar material e imaterial; e

VII - o incentivo à captação de recursos voltados para obras e projetos de pesquisa e para organização e preservação do patrimônio escolar material e imaterial.

Art. 4º Os documentos sujeitos à preservação e conservação são aqueles que possuem valor histórico ou comprobatório, denominados documentos de valor permanente.

Art. 5º Para os fins desta Lei entende-se como documentos escolares de valor permanente, sujeitos à preservação, exemplares de:

I - ata de reunião pedagógica;

II - ata e documentos das associações escolares, grêmios, conselhos deliberativos, centros estudantis, associação de pais e professores e demais associações auxiliares das escolas;

III - ata de fundação;

IV - relatórios;

V - jornal escolar;

VI - diário de classe;

VII - ficha cumulativa;

VIII - livro termo de visita de inspetor escolar;

IX - registro de inspeção e supervisão de autoridade educacional;

X - programação de evento;

XI - planta da escola;

XII - histórico escolar;

XIII - registro de cardápio;

XIV - livro caixa escolar;

XV - livro de patrimônio ou inventário;

XVI - livro de castigo, "livro de pena" ou "livro negro";

XVII - livro de ocorrências;

XVIII - livro de honra;

XIX - agenda confeccionada pela escola;

XX - livro e material didático e paradidático;

XXI - cartilha e livro de leitura;

XXII - documentação de horas cívicas;

XXIII - regimento;

XXIV - projeto pedagógico;

XXV - plano de ensino dos professores;

XXVI - ficha de matrícula;

XXVII - ficha de avaliação;

XXVIII - fotografia;

XXIX - modelo de boletim;

XXX - hino escolar;

XXXI - convite de formatura;

XXXII - discurso de auto ridade;

XXXIII - documento reivindicatório;

XXXIV - carta e ofício expedido e recebido;

XXXV - produção de membro da comunidade escolar; e

XXXVI - demais documentos específicos de cada comunidade

escolar.

Art. 6º Os documentos escolares a serem preservados devem ser armazenados em local destinado a este fim ou em seção específica nas bibliotecas ou, ainda, em espaço próprio na secretaria.

§ 1º O local escolhido para guarda dos documentos a que se refere o *caput* deste artigo deve ser de fácil acesso e com ambiência adequada para sua preservação.

§ 2º O acondicionamento dos documentos a que se refere o *caput* deste artigo deve ser feito de acordo com as determinações técnicas da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e das Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos.

Art. 7º Para os fins desta Lei entende-se como bens móveis sujeitos à preservação, exemplares de:

I - sineta;

II - globo;

III - mimeógrafo;

IV - retroprojeter;

V - máquina de datilografia;

VI - quadro de giz;

VII - quadro de fotografia;

VIII - quadro de formatura;

IX - estrado;

X - púlpito;

XI - apontador;

XII - caneta;

XIII - tinteiro;

XIV - palmatória;

XV - lápis;

XVI - mesa;

XVII - régua;

XVIII - mata-borrão;

XIX - lousa;

XX - bandeira e seus acessórios;

XXI - mobiliário escolar; e

XXII - todos os objetos de uso escolar.

Art. 8º Os bens móveis a serem preservados deverão ser dispostos em locais de fácil acesso, boa visibilidade e com boa ambiência, não importando se juntos em um só espaço ou em espaços diferentes dentro da instituição escolar.

Art. 9º Para os fins desta Lei entende-se como patrimônio imaterial escolar sujeito à proteção, a representação dos saberes e fazeres produzidos nas escolas.

Art. 10. Todo material produzido a partir de pesquisas realizadas no estabelecimento de ensino deverá ser armazenado e disponibilizado em cópia a ser mantida na escola.

Art. 11. O profissional designado para cuidar e administrar o acervo patrimonial resguardado deverá possuir qualificação técnica.

Parágrafo único. A formação continuada destes profissionais fica a cargo do Estado que, por meio de convênios com universidades, instituições comunitárias, órgãos ou entidades, públicas ou privadas, deverá oferecer cursos e palestras.

Art. 12. A Política estabelecida nesta Lei terá como núcleos técnicos as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) e as Gerências Regionais de Educação (GEREDs).

Art. 13. Compete ao núcleo técnico:

I - orientar e fiscalizar a seleção do patrimônio a ser preservado, bem como a manutenção e conservação do bem;

II - assistir e suprir as necessidades indicadas pela escola quanto ao local, equipamentos e condições capazes de garantir a preservação do patrimônio protegido;

III - orientar e disponibilizar o relatório anual elaborado em cada unidade escolar, dispondo acerca das condições de conservação do patrimônio a ser preservado, do serviço efetuado pela escola, dos problemas encontrados e do cumprimento de todas as exigências que dispõe a Política Estadual de Preservação do Patrimônio Escolar em Santa Catarina; e

IV - planejar, divulgar e possibilitar a participação dos responsáveis pela organização e conservação do patrimônio em cursos técnicos.

Art. 14. Em caso de desativação da unidade escolar, a função cultural e educativa do "prédio" deverá ser preservada na nova destinação do imóvel.

Art. 15. O Estado poderá lançar editais específicos que disponibilizem recursos para projetos de preservação do patrimônio escolar.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias provenientes de receitas advindas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 12/09/13

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa contribuir para uma escola pública de qualidade, uma vez que todos os cidadãos têm direito à memória da educação escolar, um dos referenciais da identidade cultural e um dos instrumentos importantes para o exercício da cidadania. Guarda-se um referencial de escola seja pela frequência aos bancos escolares, seja pela exclusão destes.

Numa sociedade letrada como a nossa, a escola dita ritmos, tempos, oportunidades e a preservação de parte de seu acervo material é a oportunidade de manter vivos registros de lutas, disputas, projetos políticos e processos migratórios.

Nossa história registra diferentes formas de organizar a escolarização de sua população. Iniciativas emanadas da Província tornada Estado, de prefeituras, de comunidades, de grupos de migrantes, de operários e de empresários vão tecendo uma longa história da escolarização que não pode ser abafada pela deterioração de suas marcas arquitetônicas, documentais e iconográficas.

Os projetos e programas educativos de uma instituição escolar devem ser construídos levando em consideração sua memória e sua história, a fim de oferecer uma educação de qualidade, valorizando os vários sujeitos que no passado e no presente contribuíram e contribuem para a sua organização, devendo a história dos estabelecimentos escolares ser objeto de conhecimento não só do mundo acadêmico, mas, sobretudo, das comunidades escolares.

A escola é uma instituição moderna, mas seus arquivos estão longe de receber os devidos cuidados. Logo, a história da instituição escolar perde elementos à medida que se desfaz de seus registros escritos e iconográficos, mobílias e objetos, entre outros. Alguns estados já começam a dispensar atenção a essa questão, como é o caso dos estados vizinhos do Paraná e de São Paulo.

Apesar da forte cultura do descarte, encontramos uma diversidade (qualitativa e não quantitativa) de documentos que resistiram ao tempo, como livros de atas de reuniões pedagógicas, reuniões das Associações de Pais e Professores (APPs), livros de matrículas, históricos escolares, livros de ocorrências e outros. Além dos documentos considerados oficiais, encontramos, também, apesar de poucos, cadernos de planejamento de professores, livros didáticos e produções dos alunos. No entanto, podemos concluir que mesmo encontrando exemplares de documentos que resistiram às intempéries, a condição de guarda e preservação não ocorre adequadamente, criando condições favoráveis à deterioração.

Infelizmente, o que se verifica em todo o Estado é a ausência de políticas públicas para a preservação dos acervos escolares. Lamentavelmente, nossas escolas catarinenses não têm se constituído como lugares privilegiados para o cultivo de uma memória e de práticas

memorialísticas que contribuam para a construção de uma cultura política democrática. A ausência de uma política pública voltada para esta questão, aliada à falta de treinamento, orientação e capacitação das equipes diretivas e professores, são os principais elementos responsáveis por este quadro.

A precariedade em que se dá hoje a guarda ou preservação destes acervos exige uma resposta imediata, sob pena de se deteriorar, já que o que observamos é uma forte cultura do descarte em relação aos documentos e utensílios escolares. Em relação à guarda dos documentos, vivenciamos um descaso considerável, excetuando-se alguns poucos estabelecimentos, sendo comum, ano a ano ou em menor tempo, incinerarem documentos considerados "inúteis" para a escola.

Diante desta realidade, defender a preservação desta memória é defender a memória de um povo, em toda sua diversidade, mas para que esta memória se preserve é imprescindível que haja por parte do Estado e das políticas públicas, o incentivo e as garantias necessários. A memória e a história das escolas são dimensões importantes para a oferta de uma educação pública de qualidade, o que torna inadiável o estabelecimento de políticas e ações de guarda, de preservação e de acesso aos diferentes acervos das instituições escolares catarinenses.

Precisamos de uma política pública que se preocupe efetivamente com a preservação do patrimônio escolar e, acima de tudo, fomente a cultura da guarda e valorização do patrimônio escolar junto às comunidades, incentivando e garantindo a realização de ações educativas de valorização deste patrimônio, envolvendo gestores escolares, professores, alunos e pais.

Certamente, uma política pública voltada para a preservação do patrimônio escolar contribuirá para a historiografia da educação catarinense e, principalmente, para garantir o direito à cultura expressa e registrada em prédios, fotografias e objetos representativos de nossa diversidade e dos esforços que muitos já fizeram para escolarizar crianças, jovens e adultos.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputada Luciane Carminatti

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 372.4/2013

Institui o dia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica instituído, no Estado de Santa Catarina, o dia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, a ser comemorado anualmente no dia 24 de março.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente
Sessão de 12/09/13

JUSTIFICATIVA

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro consolidou sua história na luta pela democracia e pelos direitos dos brasileiros. Fundado em 24 de março de 1966 o partido e seus militantes foram aguerridos na defesa da democracia, suportando pressões de toda ordem na luta contra a opressão do regime militar.

Atualmente exerce posição de destaque na política nacional e estadual, sendo o maior partido político do estado de Santa Catarina, tanto em número de filiados, quanto em número de deputados estaduais, prefeitos e vereadores, merecendo esta data homenagem honrosa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 373.5/2013

Dispõe sobre tratamento tributário diferenciado em cidades germinadas no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º. A Secretaria de Estado da Fazenda fica autorizada a conceder, observado os termos, condições e especificações previstas em regulamento, tratamento tributário diferenciado aos contribuintes estabelecidos em municípios limítrofes com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, desde que:

I - a sede do município catarinense forme cidade geminada com a sede de município das Unidades especificadas neste artigo;

II - a legislação relativa ao ICMS vigentes naquelas Unidades possa resultar em tratamento mais benéfico aos contribuintes nelas instalados em detrimento dos contribuintes estabelecidos em Santa Catarina;

III - o tratamento tributário dispensado pelas Unidades citada no *caput* possa causar prejuízos reais ou potenciais a economia do Estado.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2013.

Deputado Renato Hinnig

Lido no Expediente
Sessão de 12/09/13

JUSTIFICAÇÃO

A proposta visa conceder as empresas catarinenses, que atuam nos municípios fronteiriços com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, tratamento isonômico ao dispensado por aquelas unidades da Federação. A redação proposta de forma genérica visa permitir a SEF definir em regulamento quais os produtos e operações que serão alcançados pelo benefício de sorte que possam ser incluídos ou excluídos determinados produtos ou operações em decorrência de avaliação técnica e financeira realizada pela Administração.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 374.6/2013

Dispõe sobre o descarte de documentos arquivados no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SC).

Art. 1º O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SC) fica autorizado a descartar fisicamente os documentos referentes à transferência, modificação e alteração de veículos, que se encontrem arquivados há mais de 5 (cinco) anos, após realizada a digitalização dos mesmos.

Parágrafo único. Entende-se por documentos de transferência, modificação e alteração de veículos:

I - todo e qualquer documento anexado ao processo de transferência, compra, cessão, aluguel, doação ou permuta de veículo;

II - todo e qualquer documento anexado ao processo de mudança de característica de veículo;

III - o certificado de registro de veículo utilizado para a comunicação de venda;

IV - a autorização para remarcação de chassi e motor; e

V - todo e qualquer documento utilizado no cadastro, licenciamento, emplacamento, tombamento e alienação.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 12/09/13

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa autorizar o descarte (eliminação) de documentos arquivados há mais de 5 (cinco) anos no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SC), após realizada a digitalização dos mesmos.

Tal medida reduzirá a massa documental, permitindo a disponibilização de maior espaço físico e a redução de custos operacionais.

O art. 325 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1977 (Código de Trânsito Brasileiro), prevê que "As repartições de trânsito conservarão por cinco anos os documentos relativos à habilitação de condutores e ao registro e licenciamento de veículos, podendo ser microfilmados ou armazenados em meio magnético ou óptico para todos os efeitos legais."

Por outro lado, o Manual de Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), prevê que documentos referentes à compra, aluguel, cessão, doação, permuta e transferência de veículo devem ficar arquivados por 5 (cinco) anos, acontecendo o mesmo com documentos referentes ao licenciamento de veículos.

Dessa forma, desnecessário é que o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SC) continue efetuando a guarda de documentos que se encontrem em seus arquivos há mais de 5 (cinco) anos.

Pelas razões aqui expostas, peço o apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação da presente proposição.

Deputado Darci de Matos

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 375/13

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1009

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Chapecó".

Florianópolis, 11 de setembro de 2013.

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente
Sessão de 12/09/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 127/13 Florianópolis, 16 de agosto de 2013.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Projeto de Lei que autoriza a conceder ao CAPP - Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick do Município de Chapecó, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de uma área de 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, imóvel matriculado sob o nº 63.757 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00588 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

No referido imóvel funcionava o presídio local, hoje desocupado e sem qualquer projeto de interesse do Estado.

A presente concessão de uso tem por objetivo fazer atendimento a Educação Especial Inclusiva.

Contudo à consideração de Vossa Excelência.

Repeitadamente,

Derly Massaud Anuniação

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº 375.7/2013

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Chapecó.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP), pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito do imóvel com área de 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 63.757 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00588 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 10.633, de 19 de dezembro de 1997.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por finalidade propiciar um local para o desenvolvimento de ações comunitárias da Educação Especial Inclusiva.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao concessionário, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade do concessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º O concessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, o concessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do concedente e do concessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado, em exercício

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 149/2013

Revoga a Lei nº 6.347, de 1984, que declara de utilidade pública a Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, em Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 6.347, de 11 de junho de 1984, que declara de utilidade pública a Cruz Vermelha Brasileira, filial de Santa Catarina, com sede na Cidade de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 169/2013

Autoriza a desafetação e doação à União de trecho da Rodovia estadual SC-163, entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Itapiranga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar à União, com respectiva absorção pela rede rodoviária sob jurisdição federal, trecho da Rodovia estadual SC-163, compreendido entre os Municípios de São Miguel do Oeste e Itapiranga, com extensão aproximada de 66,8 km (sessenta e seis quilômetros e oitocentos metros), coincidendo com os trechos da Rodovia federal BR-163/SC registrados no Plano Nacional de Viação (PNV) sob os códigos SNV 163BSC0020, 163BSC0021, 163BSC0022, 163BSC0023 e 163BSC0024, localizados entre o km 0,0 e o km 66,8, sem quaisquer ônus para a União até a data efetiva de sua transferência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 172/2013

Declara de utilidade pública o Instituto Social Nação Brasil, com sede no Município de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Social Nação Brasil, com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0173.0/2012

O Projeto de Lei nº 0173.0/2012 passa a ter a seguinte redação:

"O PROJETO DE LEI Nº 0173.0/2012

Declara de Utilidade Pública a Associação Saúde Mental do Estado de Santa Catarina - ASAMESC, em Ibicaré.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Saúde Mental do Estado de Santa Catarina - ASAMESC, com sede no Município de Ibicaré.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
 III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 IV - balancete contábil.
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."
 Sala da Comissão
 Deputado Marcos Vieira
 Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 11/09/2013

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 173/2012

Declara de utilidade pública a Associação Saúde Mental do Estado de Santa Catarina (ASAMESC), em Ibicaré.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Saúde Mental do Estado de Santa Catarina (ASAMESC), com sede no Município de Ibicaré.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0296.9/2013

O Projeto de Lei nº 0296.9/2013 passa a ter a seguinte redação:

"O PROJETO DE LEI Nº 0296.9/2013

Declara de utilidade pública o Instituto Pró-Inovação do Sul Catarinense - iPROi, de Criciúma.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Pró-Inovação do Sul Catarinense - iPROi, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão

Deputado Mauro de Nadal

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 11/09/2013

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 296/2013

Declara de utilidade pública o Instituto Pró-Inovação do Sul Catarinense (iPROi), de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,
DECRETA:
 Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Pró-Inovação do Sul Catarinense (iPROi), com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 297/2013

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor do Fundo de Desenvolvimento Social e Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, no valor de R\$ 74.517.898,42 (setenta e quatro milhões, quinhentos e dezessete mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 44.517.898,42 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e dezessete mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos) em favor do Fundo de Desenvolvimento Social e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em favor do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina, com vistas ao atendimento da programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º Para atender ao crédito a que se refere o art. 1º desta Lei, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas na programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO I

Ato Normativo	2013AN000615			
Órgão	26000	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação		
Unidade Orçamentária	26001	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação		
Subação	Apoio à implantação de Políticas Municipais de Habitação - SST			
Código	16.482.0540.1214.001676			
3	Despesas Correntes			
33	Outras Despesas Correntes			
33.90	Aplicações Diretas			
33.90.39 (0.2.61)	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1		R\$ 2.485.500,00	
4	Despesas de Capital			
44	Investimentos			
44.40	Transferências a Municípios			
44.40.42 (0.2.61)	Auxílios		R\$ 5.000,00	
Subação	Apoio técnico e financeiro às entidades que atendem idosos e grupos de idosos			
Código	08.244.0510.0316.011731			
4	Despesas de Capital			
44	Investimentos			
44.40	Transferências a Municípios			
44.40.42 (0.2.61)	Auxílios		R\$ 1.176.100,00	
Unidade Orçamentária	26093	Fundo Estadual de Assistência Social		
Subação	Capacitação continuada dos atores da Política de Assistência Social - SST			
Código	08.244.0510.0727.002026			
3	Despesas Correntes			
33	Outras Despesas Correntes			
33.90	Aplicações Diretas			
33.90.39 (0.2.61)	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1		R\$ 253.689,80	
Subação	Cofinanciamento de benefícios eventuais - SST			
Código	08.244.0510.0303.002067			
3	Despesas Correntes			
33	Outras Despesas Correntes			
33.41	Transferências a Municípios Fundo a Fundo			
33.41.41 (0.2.61)	Contribuições		R\$ 1.019.583,09	
Subação	Cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade - SST			
Código	08.244.0510.0336.002286			
3	Despesas Correntes			
33	Outras Despesas Correntes			
33.41	Transferências a Municípios Fundo a Fundo			
33.41.41 (0.2.61)	Contribuições		R\$ 1.009.861,50	

33.90	Aplicações Diretas			Subação	Telefonia fixa e internet no meio rural - SAR		
33.90.39 (0.2.61)	Outros Serviços Terceiros	R\$ 246,00		Código	20.126.0250.0705.011282		
4	Pessoa Jurídica 1			3	Despesas Correntes		
44	Despesas de Capital			33	Outras Despesas Correntes		
44.41	Investimentos			33.40	Transferências a Municípios		
44.41	Transferências a Municípios Fundo a Fundo			33.40.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 2.300.000,00	
44.41.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 77.352,00		Unidade Orçamentária	44093 Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural		
Subação	Cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade			Subação	Adequação ambiental - FDR		
Código	08.244.0510.0336.009459			Código	20.606.0340.0486.011380		
3	Despesas Correntes			3	Despesas Correntes		
33	Outras Despesas Correntes			33	Outras Despesas Correntes		
33.41	Transferências a Municípios Fundo a Fundo			33.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
33.41.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 940.860,00		33.50.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 216.414,00	
4	Despesas de Capital			Subação	Adequação de empreendimentos - FDR		
44	Investimentos			Código	20.606.0300.0474.011329		
44.41	Transferências a Municípios Fundo a Fundo			3	Despesas Correntes		
44.41.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 25.354,00		33	Outras Despesas Correntes		
Subação	Construção, reforma e ampl. de equip. de proteção social especial de média e alta complexidade - SST			33.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
Código	08.243.0510.0401.002253			33.50.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 209.853,00	
3	Despesas Correntes			Subação	Apoio a empreendimentos não agrícolas no meio rural - FDR		
33	Outras Despesas Correntes			Código	20.606.0310.0474.011414		
33.40	Transferências a Municípios			3	Despesas Correntes		
33.40.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 1.854.880,00		33	Outras Despesas Correntes		
4	Despesas de Capital			33.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
44	Investimentos			33.50.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 182.969,00	
44.90	Aplicações Diretas			Subação	Apoio ao associativismo - FDR		
44.90.51 (0.2.61)	Obras e Instalações	R\$ 16.800,00		Código	20.606.0310.0660.011415		
Subação	Construção, reforma e ampliação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS			3	Despesas Correntes		
Código	08.244.0510.0401.002307			33	Outras Despesas Correntes		
3	Despesas Correntes			33.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
33	Outras Despesas Correntes			33.50.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 51.882,11	
33.40	Transferências a Municípios			4	Despesas de Capital		
33.40.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 2.475.700,00		44	Investimentos		
4	Despesas de Capital			44.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
44	Investimentos			44.50.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 67.353,89	
44.90	Aplicações Diretas			Subação	Estruturação e organização de Arranjos Produtivos Locais - FDR		
44.90.51 (0.2.61)	Obras e Instalações	R\$ 4.300,00		Código	20.606.0310.0641.011344		
Subação	Eventos estaduais de gestão da Política de Assistência Social - SST			3	Despesas Correntes		
Código	08.244.0510.0219.002017			33	Outras Despesas Correntes		
3	Despesas Correntes			33.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
33	Outras Despesas Correntes			33.50.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 175.163,00	
33.90	Aplicações Diretas			Subação	Investimentos sustentáveis em apoio ao SC Rural - FDR		
33.90.32 (0.2.61)	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	R\$ 12.000,00		Código	20.606.0310.0879.010727		
33.90.36 (0.2.61)	Outros Serviços Terceiros-Pessoa Física	R\$ 30.000,00		3	Despesas Correntes		
33.90.39 (0.2.61)	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1	R\$ 450.500,00		33	Outras Despesas Correntes		
33.90.47 (0.2.61)	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 6.000,00		33.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
33.91	Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades			33.50.41 (0.2.61)	Contribuições	R\$ 96.365,00	
33.91.32 (0.2.61)	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	R\$ 1.500,00		Órgão	52000 Secretaria de Estado da Fazenda		
Subação	Manutenção do centro educacional São Gabriel - SST			Unidade Orçamentária	52002 Encargos Gerais do Estado		
Código	08.242.0510.0584.002294			Subação	Amortização e encargos de contratos de financiamentos internos - EGE		
3	Despesas Correntes			Código	28.846.0990.0753.003562		
33	Outras Despesas Correntes			4	Despesas de Capital		
33.90	Aplicações Diretas			46	Amortização da Dívida		
33.90.30 (0.2.61)	Material de Consumo	R\$ 17.197,40		46.90	Aplicações Diretas		
33.90.39 (0.2.61)	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1	R\$ 16.000,00		46.90.71 (0.1.00)	Principal da Dívida Contrat. Resgatado	R\$ 30.000.000,00	
4	Despesas de Capital			Órgão	54000 Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania		
44	Investimentos			Unidade Orçamentária	54096 Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina		
44.90	Aplicações Diretas			Subação	Contratação de serviços para operacionalização da administração - SJC		
44.90.52 (0.2.61)	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 7.753,54		Código	14.122.0900.0002.010927		
Órgão	44000 Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca			3	Despesas Correntes		
Unidade Orçamentária	44001 Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca			33	Outras Despesas Correntes		
				33.90	Aplicações Diretas		
				33.90.37 (0.2.61)	Locação de Mão-de-Obra	R\$ 7.552.081,33	
				Subação	Gestão compartilhada dos sistemas prisional e socioeducativo		
				Código	14.421.0750.1039.011042		
				3	Despesas Correntes		

33	Outras Despesas Correntes		
33.90	Aplicações Diretas		
33.90.39 (0.2.61)	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1	R\$ 21.779.639,76	
Total			R\$ 74.517.898,42

ANEXO II

Órgão	41000	Gabinete do Governador do Estado	
Unidade Orçamentária	41094	Fundo de Desenvolvimento Social	
Subação	Apoio ao sistema viário - FUNDOSOCIAL		
Código	26.782.0110.0915.011126		
4	Despesas de Capital		
44	Investimentos		
44.40	Transferências a Municípios		
44.40.42 (0.2.61)	Auxílios		R\$ 30.631.721,09
44.40.42 (0.2.61)	Auxílios		R\$ 11.886.177,33
Subação	Apoio financeiro a entidades de assistência social - FUNDOSOCIAL		
Código	08.243.0510.0908.011110		
3	Despesas Correntes		
33	Outras Despesas Correntes		
33.50	Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos		
33.50.43 (0.2.61)	Subvenções Sociais		R\$ 2.000.000,00
Órgão	54000	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	
Unidade Orçamentária	54096	Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	
Subação	Contratação de serviços para operacionalização da administração - SJC		
Código	14.122.0900.0002.010927		
3	Despesas Correntes		
33	Outras Despesas Correntes		
33.90	Aplicações Diretas		
33.90.37 (0.1.00)	Locação de Mão-de-Obra		R\$ 5.000.000,00
Subação	Gestão compartilhada dos sistemas prisional e socioeducativo		
Código	14.421.0750.1039.011042		
3	Despesas Correntes		
33	Outras Despesas Correntes		
33.90	Aplicações Diretas		
33.90.39 (0.1.00)	Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica 1		R\$ 25.000.000,00
Total			R\$ 74.517.898,42

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 313/2013

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Lages.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Lages, pelo prazo de 10 (dez) anos, o imóvel com área de 986,93 m² (novecentos e oitenta e seis metros e noventa e três decímetros quadrados), contendo benfeitorias de 842,91 m² (oitocentos e quarenta e dois metros e noventa e um decímetros quadrados), matriculado sob o nº 2.467 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 0723 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo viabilizar a instalação de órgãos públicos municipais.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passarão ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos

desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 314/2013

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Serra Alta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), a adquirir, por doação do Município de Serra Alta, o imóvel com área de 3.284,81 m² (três mil, duzentos e oitenta e quatro metros e oitenta e um decímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 1.062 no Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis da Comarca de Modelo.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como objetivo regularizar a faixa de domínio junto ao km 48,4 da Rodovia SC-469, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 932, de 30 de outubro de 2012.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento do DEINFRA.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular do DEINFRA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 354/2013

Revoga a Lei nº 10.755, de 1998, que declara de utilidade pública o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção (GEAAF), de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 10.755, de 26 de maio de 1998, que declara de utilidade pública o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção (GEAAF), de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 355/2013

Altera a Lei nº 11.873, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Campos Novos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 11.873, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Campos Novos.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Campos Novos, com sede no Município de Campos Novos.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***